



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

OTÁVIA MARQUES DE FARIAS

**A INTERINCOMPREENSÃO MOSTRADA:
UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO**

FORTALEZA
2014

OTÁVIA MARQUES DE FARIAS

A INTERINCOMPREENSÃO MOSTRADA:
UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Linguística. Área de concentração: Análise do Discurso.

Orientadora: Profa. Dra. Lívia
Márcia Tiba Rádís Baptista

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- F238i Farias, Otávia Marques de.
A interincompreensão mostrada : uma proposta de sistematização / Otávia Marques de Farias. –
2014.
121 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Tese(doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de
Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2014.
Área de Concentração: Análise do discurso.
Orientação: Profa. Dra. Lívia Márcia Tiba Rádis Baptista.

1. Humorismo brasileiro – Análise do discurso. I. Título.

OTÁVIA MARQUES DE FARIAS

A INTERINCOMPREENSÃO MOSTRADA:
UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Linguística. Área de concentração: Análise do Discurso.

Aprovada em: 31 / 03 / 2014

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Lívia Marcia T. R. Baptista (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antonio Luciano Pontes
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Profa. Dra. Letícia Adriana Pires Ferreira dos Santos
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Profa. Dr. Francisco Laerte Juvêncio Magalhães
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Prof. Dra. Sandra Maia Farias Vasconcelos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À Maria José Marques de Farias, minha Fofinha, que, nesse longo período de doutorado, teve tempo para me desgostar, “re-gostar”, ajudar, embaralhar, admirar, criticar, praticando, enfim, todas as coisas contraditórias e meio malucas que só as mães são capazes de fazer com a maior naturalidade do mundo.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pelo incentivo à pesquisa e pelo apoio financeiro à realização deste trabalho.

A Ricardo Lopes Leite, por me perturbar tanto que não pude não fazer o que tinha de ser feito. Obrigada, ranzinza do meu coração!

À Rosa Maria Farias Fontenele, tia querida que, no início do percurso do doutorado, falou palavras de incentivo simples e ideais. Elas ficaram ressoando até o fim...

À professora Lívia Márcia Tiba Rádís Baptista, pela orientação durante os seis anos de mestrado e doutorado.

Aos professores Antônio Bosco Luna e Antonio Luciano Pontes, referências importantíssimas desde o começo.

RESUMO

O presente trabalho, situando-se na perspectiva da Análise do Discurso francesa e alinhando-se à concepção de heterogeneidade predominante na disciplina, toma como referencial teórico principal a proposta de Maingueneau (1983, 1984), que desenvolveu a noção de polêmica discursiva como interincompreensão generalizada. Segundo o autor, a interincompreensão corresponde à impossibilidade de os discursos produzirem e compreenderem os enunciados de outra prática discursiva a partir das regras desta. Diferentemente do teórico, acreditamos que a interincompreensão, além de ter uma dimensão constitutiva, apresenta também uma dimensão que se mostra na materialidade discursiva, ou seja, compreendemos que a tradução operada por uma prática discursiva sobre o discurso outro será frequentemente, de algum modo, mostrada no texto, através de estratégias linguístico-discursivas que sistematizamos. Para tanto, utilizamos enunciados variados do campo discursivo humorístico, campo que consideramos especialmente polêmico, a partir dos quais realizamos nossa análise e compusemos nossa proposta de sistematização. A partir da análise, observamos a existência de estratégias em que o componente linguístico e o discursivo encontram-se imbricados, ambos em equilíbrio, no que concerne à relevância. É o caso da refutação, da ironia e do uso polêmico do verbo “ser”. Outras estratégias, porém, são mais marcadamente discursivas. Nesse caso, referimo-nos aos sete mecanismos identificados no último capítulo: uso da 1ª pessoa do discurso enunciando conforme simulacro do Outro; uso de aspas; recurso ao debate entre personagens (Mesmo X Outro); associação do Outro a discursos que retiram sua credibilidade / legitimidade; recurso ao debate Mesmo X Outro a partir de sema polêmico; uso da 1ª pessoa e evidenciação do simulacro do Outro a partir do exagero; atribuição de voz ao simulacro do Outro de modo a “flagrá-lo” em suas contradições.

Palavras-chave: Interdiscurso. Polêmicas discursivas. Mecanismos mostrados.

ABSTRACT

The present work, standing in the perspective of the French Discourse Analysis and aligned to the prevailing conception of heterogeneity in the discipline, takes as the main theoretical framework the contributions of Maingueneau (1983, 1984) , who developed the notion of discursive controversy as generalized interincomprehension. According to the author, interincomprehension corresponds to the impossibility of discourses produce and understand utterances of another discursive practice from the rules of this one. Unlike the author, we believe interincomprehension, besides having a constitutive dimension, also has a dimension that shows in the discursive materiality, ie, we understand that the translation operated by a discursive practice on the other discourse is often somehow shown in the text through linguistic and discursive strategies that we systematize. Therefore, we use a variety of utterances from the humorous discursive field, that we consider especially controversial, from which we perform our analysis and we wrote our proposal of systematization. From the analysis, we observe the existence of strategies in which the linguistic and discursive components are interwoven, both in equilibrium with regard to relevance. This is the case of refutation, irony and the polemical use of the verb "to be". Other strategies, however, are markedly more discursive. In this case, we refer to the seven mechanisms identified in the last chapter: use of the 1st person of the speech to enunciate as simulacrum of the Other; use of quotation marks; feature of a discussion between characters (Same X Other); association of the Other to discourses that derive their credibility / legitimacy; debate Same X Other from controversial sema; use of 1st person and emphasis to the simulacrum of the Other from exaggeration; assigning voice to the simulacrum of the Other in order to "catch him" in its contradictions.

Keywords: Interdiscourse. Discursive polemics. Shown mechanisms.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 INTERDISCURSIVIDADE E INTERINCOMPREENSÃO	16
2.1. As presenças do outro nos discursos	16
2.1.1. Bakhtin e o dialogismo / a polifonia	16
2.1.2. Authier-Revuz e as não-coincidências do dizer	21
2.2. A interdiscursividade	25
2.3. A interincompreensão regulada	35
3 O CAMPO DISCURSIVO HUMORÍSTICO E A INTERINCOMPREENSÃO	40
3.1. O humor na Filosofia e na Semântica Linguística	41
3.2. Considerações sobre a autoria no humor: as contribuições de Foucault	48
3.3. Subsídios teóricos da AD francesa sobre o humor: a obra de Possenti	53
3.4. A interincompreensão como base para o humor	60
4 CAMINHOS METODOLÓGICOS	69
4.1. A escolha dos textos que compõem o exemplário	70
4.2. Os procedimentos de análise	71
5 A INTERINCOMPREENSÃO MOSTRADA: ANÁLISE DOS CASOS EXEMPLARES	73
5.1. A refutação como estratégia linguístico-discursiva de explicitação da interincompreensão	73
5.2. A ironia como estratégia através da qual a interincompreensão se mostra	81
5.3. O uso polêmico do verbo “ser” e a interincompreensão mostrada	88
6 A INTERINCOMPREENSÃO MOSTRADA ATRAVÉS DE ESTRATÉGIAS DIVERSAS	100
6.1. Uso da 1ª pessoa do discurso enunciando conforme simulacro do Outro	100
6.2. Uso de aspas / Recurso ao debate entre personagens (Mesmo X Outro)	102
6.3. Associação do Outro a discursos que retiram sua credibilidade /	105

legitimidade	
6.4. Recurso ao debate Mesmo X Outro a partir de tema polêmico	108
6.5. Uso da 1ª pessoa e evidenciação do simulacro do Outro a partir do exagero	110
6.6. Atribuição de voz ao simulacro do Outro de modo a “flagrá-lo” em suas contradições	113
7 CONCLUSÃO	115
REFERÊNCIAS	118

INTRODUÇÃO

A presença da heterogeneidade nos textos é algo que vem sendo estudado por vários autores no âmbito da Linguística, incluindo-se, aí, representantes de áreas como a Linguística Textual, as Teorias da Enunciação e as Teorias do Discurso. Entendendo que essa heterogeneidade significa algum tipo de presença, seja de outro texto, seja de outro sistema de regras discursivas, em certo enunciado, compreendemos que o interesse nos aspectos referentes a essa questão faz parte de um movimento¹, ocorrente no domínio dos estudos da linguagem, que abarca propostas como a de Bakhtin (1929/1963), Authier-Revuz (1982) e Maingueneau (1983, 1984). Ao tratar desse movimento, referimo-nos, portanto, a teorias que não concebem como possível que um texto ou enunciado exista por si mesmo, independentemente de uma cadeia de textos ou de discursos que o possibilitem, esteja o referido enunciado associado aos elementos dessa cadeia por concordância ou oposição.

O presente trabalho, situando-se na perspectiva da Análise do Discurso francesa (doravante, AD) e alinhando-se à concepção de heterogeneidade predominante na disciplina, toma como referencial teórico principal a proposta de Maingueneau (1983, 1984), que desenvolveu o conceito de interdiscurso apresentado, inicialmente, por Pêcheux (1975). De acordo com Maingueneau (1983, 1984), a consideração da noção de formação discursiva (FD) pressupõe que se compreenda que ela não é um todo com características próprias, isolada das demais formações que compõem o universo discursivo (como supunham os analistas da primeira etapa da AD), nem um complexo que se forma independentemente e que se coloca em contato com outros de semelhante natureza *a posteriori* (conforme julgavam os analistas da segunda etapa da disciplina). Segundo o autor, as relações estabelecidas entre FDs são sua própria condição de existência, uma vez que a gênese de uma FD só é possível à medida que ela traz em sua constituição mesma, ou seja, dentro de si, outras FDs, seja para negá-las, seja para com elas estabelecer alianças.

¹ Utilizamos a palavra “movimento” no sentido de uma tendência que, em certo período histórico, perpassa todo um campo de estudos.

Assim, considerando as obras anteriormente mencionadas, concebemos a interdiscursividade como fato para toda e qualquer FD, já que sua própria constituição só se dá a partir das relações estabelecidas com outras FDs presentes no universo discursivo. Neste ponto, uma noção introduzida por Maingueneau (1983, 1984) traz mais luz às discussões sobre interdiscursividade e nos parece crucial, não só para os debates acerca de questões envolvendo o interdiscurso, mas para a AD enquanto disciplina preocupada em explicar o funcionamento das discursividades. Referimo-nos, aqui, ao conceito de interincompreensão.

Para Maingueneau (1983, 1984), cada FD se compõe de regras que regulam sua atuação, estabelecendo o que pode e deve ser dito e também o que não pode e não deve ser dito a partir dela. No processo de composição dessas regras é que entram as outras FDs com as quais a FD em questão estabelece relações. O fato é que, nesse processo, a FD que surge, sendo um lugar discursivo diferente daquele ocupado pelas demais, não tem acesso a elas, no sentido de que não pode elaborar enunciados a partir das regras delas; de outro modo, não constituiria um lugar discursivo diverso. Em outras palavras, podemos dizer que, para ter as suas próprias regras, é necessário que uma FD não conheça e não compreenda as regras de funcionamento das outras, sem, contudo, reconhecer esse desconhecimento. A partir disso, reformulamos algo que foi afirmado anteriormente: em sua gênese, uma FD incorpora não as outras FDs, mas simulacros² das FDs com as quais estabelece contato. Isso significa que, por não ter acesso às regras e, conseqüentemente, aos efeitos de sentido produzidos nas demais FDs, uma FD cria imagens das outras, identificando tais imagens a elas. Esses simulacros incorporados também acabam por compor as regras da FD em foco, o que completa seu sistema de restrições, garantindo sua existência e especificidade.

A interincompreensão, assim, corresponde à impossibilidade de produzir e compreender os enunciados de outra FD a partir das regras dela. Todo movimento no sentido de realizar a produção e compreensão de enunciados de FD diversa acaba por ser levado a cabo a partir das regras da própria FD que procura se “colocar no lugar” da outra. É importante deixar claro, ainda, que essa ausência de compreensão é mútua e restringe qualquer FD ao domínio de suas próprias regras,

² Simulacro, em “Gênese dos Discursos”, publicado por Dominique Maingueneau em 1984, coincide com a tradução que um discurso faz de outro discurso.

mesmo que seus enunciados deixem transparecer a crença de que tem acesso aos efeitos de sentido das outras FDs.

Observamos, a partir do que foi explicitado anteriormente, que a interincompreensão é pressuposto para a existência do interdiscurso, o que deveria garantir a centralidade do conceito no âmbito da AD. Não é isso, entretanto, o que se observa nas propostas e trabalhos de aplicação que apresentam a AD como base teórica. A noção de interincompreensão é, na maioria das vezes, deixada de lado, sequer figurando nas obras introdutórias à disciplina. Atribuímos esse esquecimento, principalmente, ao fato de que Maingueneau, apesar de ter sido muito feliz ao propor a concepção de interincompreensão, introduziu-a considerando tão somente sua dimensão constitutiva e julgando inapropriada qualquer abordagem que a concebesse levando em conta a materialidade dos enunciados. Isso fez com que trabalhos posteriores ficassem demasiadamente presos a essa concepção constitutiva e impediu que possíveis avanços na proposição inicial fossem realizados.

Alguns exemplos de trabalhos sobre a interincompreensão que podemos citar para demonstrar o que afirmamos acima são Silva (2006), Mussalim (2009) e Pantoja (2010). No primeiro, a autora analisa a interdiscursividade estabelecida entre a Teologia da Libertação e a Renovação Carismática Católica, examinando a semântica global dos discursos envolvidos. Conclui que essas FDs funcionam segundo semânticas globais que se recusam mutuamente. No segundo, a autora buscou realizar uma análise da polêmica envolvida na constituição do modernismo brasileiro, tendo como principal objetivo mostrar a operacionalização do conceito de interincompreensão, no que concerne ao tratamento dos dados. O trabalho, bastante interessante e bem elaborando, não nos parece, entretanto, ter avançado muito em tornar a noção de interincompreensão operacional. Nele, observamos a preocupação em identificar simulacros nos artigos e mostrar como eles se relacionam a instituições e ideologias, sem que a autora se detenha em uma sistematização das formas de articular as instâncias linguística e discursiva. No terceiro, o autor examinou notas de diferentes entidades acadêmicas acerca do mesmo fato e analisou, através de verbos e nomes, o vocabulário utilizado, identificando ocorrências do que ele chamou de “flagrantes de infração ao ‘código

dogmático' da prática política". As conclusões de seu trabalho desenvolveram-se no sentido de que a interincompreensão configura uma espécie de "diálogo de surdos", no qual não há a possibilidade de os enunciadores reverem seus posicionamentos.

Como se pode perceber, os trabalhos referidos, mesmo o de Mussalim (2009), que se pretendia mais inovador, não avançam do ponto de vista teórico e acabam por ser apenas aplicações da proposta de Maingueneau (1983, 1984). Diferentemente do teórico, acreditamos que a interincompreensão, além de ter uma dimensão constitutiva, apresenta também uma dimensão que se mostra na materialidade discursiva, ou seja, compreendemos que essa tradução³ realizada por uma FD será muito frequentemente, de algum modo, mostrada no texto através de estratégias linguístico-discursivas que sistematizamos adiante. Isso se deve ao nosso entendimento de que, mesmo quando se busca silenciar o outro para contrariá-lo, por exemplo, esse processo de oposição se constrói fundamentado em uma tentativa de compreensão que resulta em traduções que necessariamente deixam suas pistas nos enunciados.

Nesse sentido, enfatizamos que pretendemos, com nossa proposta, fazer avançarem os estudos sobre a interdiscursividade, deixando claro o papel central da interincompreensão para o estabelecimento e funcionamento desse fenômeno discursivo e que tomamos como objetivo realizar nosso intento através da apresentação da dimensão mostrada da interincompreensão nos enunciados.

Consideramos, portanto, que o conceito de interincompreensão comporta aspectos ainda não explorados e que, principalmente, podem contribuir, no âmbito da AD, para um refinamento da abordagem da interdiscursividade, isto é, das relações estabelecidas entre diferentes práticas discursivas.

Para alcançarmos o objetivo que nos propusemos, optamos por examinar um exemplário de textos oriundos do campo discursivo humorístico. A escolha por esse campo se deu em virtude de suas características peculiares, que nos pareceram favoráveis à operacionalização da pesquisa planejada. Segundo Possenti (1998, 2010), em obra destinada ao estudo do humor, notadamente, em piadas, os textos

³ Termo usado por Maingueneau (1982, 1983) para se referir ao processo segundo o qual uma FD interpreta os enunciados de outra segundo suas próprias regras, uma vez que não tem acesso às regras da outra.

humorísticos são especiais por produzirem efeitos de sentido típicos desse campo e por gerarem o riso. Isso é alcançado através da mobilização de diferentes níveis linguísticos, como o fonológico, o morfológico e o lexical. Além deles, há ainda outros aspectos decisivos, como o uso das pressuposições e das inferências que, para além do semântico e do textual, apresentam também um caráter marcadamente discursivo, já que, frequentemente, tanto sua produção quanto sua compreensão se baseiam em posicionamentos ideológicos.

Ainda segundo Possenti (1998, 2010), o exame de enunciados humorísticos se faz mais interessante para a AD por eles poderem veicular discursos reprimidos, subterrâneos, e posicionamentos quase sempre considerados proibidos. O que ocorre é que o humor, conforme afirmado anteriormente, produz certos efeitos de sentido característicos, e tais efeitos remetem, frequentemente, a dizeres que seriam impedidos em qualquer outro tipo de enunciado que não fizesse parte do campo discursivo do humor. Esses dizeres interditos na maior parte das cenas de enunciação encontram-se, nos enunciados humorísticos, livres dos procedimentos de controle que geralmente incidem sobre as FDs.

Possenti (1998, p. 25) destaca ainda que os enunciados de humor são uma ótima fonte “para tentar reconhecer (ou) confirmar diversas manifestações culturais e ideológicas, valores arraigados”. Assim, se, cotidianamente, não se deve, na maior parte das situações, marcar um posicionamento explicitamente racista, homofóbico ou excessivamente machista, nos enunciados produzidos no âmbito do campo discursivo humorístico, esses mesmos discursos que assinalam histórico-culturalmente espaços de conflito ideológico e de lutas por poder se expõem sem que os sujeitos enunciadorez sofram as censuras e sanções esperadas nos demais contextos. É fundamental, todavia, deixar claro que essas manifestações e esses valores aparecem nos enunciados humorísticos de modo a não deixar saliente o aspecto polêmico que lhe seria, já de saída, peculiar. Contrariamente, tais enunciados se constituem de modo a gerar um efeito de adesão, ou seja, são construídos para funcionar como se não fosse possível o retorno por parte do enunciatário, a resposta, a reflexão propiciadora de debate ou questionamento. Compreendemos, desse modo, que o humor busca silenciar diferenças, à medida que procura afastar completamente a participação de sujeitos que enunciariam a

partir de lugares discursivos diferentes daquele(s) que fundamenta(m) os efeitos de humor nos textos.

Esse caráter de “apagamento” da polêmica nos discursos que compõem o campo humorístico e de geração de aparente adesão por parte dos diversos sujeitos que funcionam como enunciatários na produção do humor é especialmente interessante para o estudo da interincompreensão. Isso porque, da maneira como os enunciados são constituídos, cria-se o efeito de que estão todos, enunciador e enunciatários, “do mesmo lado”. Em outras palavras: ao mesmo tempo que se produz a ilusão de que os sujeitos participantes da enunciação encontram-se todos no mesmo lugar discursivo, é necessário criar um “outro”, um simulacro do lugar que está fora do qual se enuncia e que funciona, em um texto humorístico, como alvo do que está sendo dito.

Esse processo de elaboração do outro e de simulação de adesão dos sujeitos, presente nos enunciados humorísticos, encontra-se completamente baseado na interincompreensão, que, conforme já explicitado, é fundamento de toda e qualquer produção discursiva. O que os textos oriundos do campo humorístico têm de idiossincrático e que faz deles objeto de estudo particularmente interessante, então, está relacionado, principalmente, ao fato de haver amiúde, em tais enunciados, um “alvo” bastante evidente.

Partindo desse pressuposto, já antecipado por Possenti (1998, 2010), de que uma das formas mais comuns de humor é justamente a que elege um indivíduo ou grupo social para ser desqualificado ou ridicularizado, conclui-se facilmente que os simulacros de outras FDs são constantemente evocados em enunciados humorísticos, o que os torna seara extremamente fértil para um estudo sobre interincompreensão. As estratégias linguístico-discursivas utilizadas nas produções discursivas do campo humorístico, para trazer à tona as traduções operadas sobre os enunciados das outras FDs, são assaz engenhosas e, por esse motivo, constituem o foco de nosso exemplário, a partir do qual examinamos a dimensão mostrada da interincompreensão.

Por fim, é necessário esclarecer que a presente tese encontra-se organizada da seguinte maneira: iniciaremos com um capítulo teórico, intitulado

“Interdiscursividade e interincompreensão”. Nele, partimos da exposição de perspectivas teóricas relevantes, no âmbito da Linguística, no que concerne ao tratamento do enunciado em que se faz presente a heterogeneidade. Assim, iniciamos com algumas considerações sobre Bakhtin (1929/1963, 1979) e Authier-Revuz (1982), de modo a esclarecer em que nossa proposta se aproxima e em que se afasta da desses autores. Depois, passamos à AD, discorrendo sobre conceitos-chave, até chegarmos às noções de interdiscurso e interincompreensão.

O capítulo seguinte trata do humor e, para que o compreendamos adequadamente e, principalmente, para que evidenciemos as motivações da escolha do campo humorístico para nos fornecer o exemplário de nossas análises, traçamos um percurso com autores oriundos da Filosofia, utilizando Bergson (1899) e Propp (1976), da Semântica, tomando como base Raskin (1985), e da AD, baseando-nos em Possenti (1998, 2010). Neste mesmo capítulo, realizamos também, antes de apresentarmos as concepções da AD sobre o humor, algumas reflexões com relação à noção de autor em enunciados humorísticos.

No capítulo que se inicia em seguida, analisamos estratégias linguístico-discursivas que operam de modo a possibilitar que a interincompreensão se mostre nos enunciados. Essas estratégias são consideradas por nós como exemplares, em virtude da frequência com que aparecem nos textos e também por serem recursos sobre os quais há vasta tradição de estudos realizados, sob pontos de vista diversos. Referimo-nos à ironia, à refutação e ao uso polêmico do verbo “ser”. Propomos que as três encontram seu fundamento na interincompreensão e, mais que isso, são formas de mostrá-la nos enunciados.

Por fim, no capítulo que encerra este trabalho, damos prosseguimento às análises. Aqui, porém, de modo diferente do que havia sido feito no capítulo anterior, partimos não de estratégias previamente conhecidas, mas dos próprios textos, e examinamos os mecanismos de explicitação da interincompreensão utilizados.

2 INTERDISCURSIVIDADE E INTERINCOMPREENSÃO

2.1. As presenças do outro nos discursos

Neste capítulo, apresentaremos as teorias que introduzem o “outro”, aquilo que, tradicionalmente, seria considerado exterior aos discursos, como condição de existência dos enunciados. Escolhemos as propostas que consideramos mais significativas, a saber, a de Bakhtin (1929/1963, 1979), Authier-Revuz (1982) e Maingueneau (1983, 1984) acerca do assunto. É importante esclarecer que as delineamos nessa ordem, não apenas respeitando princípios de ordem cronológica, mas também para cumprirmos o percurso que vai dos estudos da Enunciação até a AD, de modo que findaremos no âmbito da disciplina que adotamos, para nela permanecermos ao longo deste trabalho.

Cumpramos também esclarecer que, com relação às duas primeiras propostas, traçaremos suas feições em linhas mais gerais, detendo-nos mais na perspectiva de Maingueneau, base para o que desenvolvemos aqui. Iniciemos, pois, com o dialogismo bakhtiniano.

2.1.1. Bakhtin e o dialogismo

Bakhtin (1929/1963, 1979), ao teorizar acerca do dialogismo, findou por desenvolver um dos mais importantes conceitos da Linguística contemporânea. Diferentes disciplinas e abordagens o tomam como fundamento e, mesmo aquelas áreas em que ele não é adotado, precisam posicionar-se acerca da contribuição bakhtiniana, tal é sua relevância.

Para tratarmos desse tema, é válido, desde o início, esclarecermos que Bakhtin compreendia existir a língua enquanto sistema virtual. Portanto, embora suas obras se fixem quase que exclusivamente no funcionamento, no uso, o pensador jamais negou a noção de sistema ou a existência de regras subjacentes que permitem a elaboração de estruturas em uma língua determinada. Dito isso,

devemos considerar que, efetivamente, as atenções de Bakhtin estiveram bastante voltadas para a língua concreta, viva, real. E é a essa faceta da língua que o autor associará o dialogismo, afirmando serem todos os enunciados dialógicos.

Diferentemente do que se poderia supor a partir de uma leitura excessivamente apressada dos comentaristas do autor, o dialogismo não se restringe ao diálogo face a face ou à interação entre duas pessoas muito bem determinadas e localizadas no tempo e no espaço. O dialogismo se constitui em termos das relações de sentido estabelecidas entre dois enunciados, ou seja, uma palavra é sempre perpassada pela palavra do outro, uma vez que o enunciador, ao constituir seu discurso, sempre acaba por considerar o dizer do outro irremediavelmente inserido no seu.

Um dado importante para compreendermos o dialogismo bakhtiniano é a ausência de uma concepção ontologizante na teoria. O que isso significa é que Bakhtin e os demais componentes de seu círculo compreendiam não ser possível o acesso direto à realidade, de modo que qualquer gesto nesse sentido é interpretativo e se dá através da linguagem. Para eles, nesse processo de mediação, as palavras deixam o caráter neutro que possuem enquanto elementos do sistema e passam a funcionar sempre perpassadas por ideias, opiniões e pontos de vista, em suma, por discursos. Ao mesmo tempo, as palavras dialogam umas com as outras, refletindo, justamente, o caráter mediador da linguagem, anteriormente referido. Encontram-se sempre rodeadas por outras e com elas confrontadas.

Aqui, é necessário fazer uma observação: a partir do anteriormente exposto: não se deve entender serem as unidades da língua em si dialógicas. Dialógicos são sempre os enunciados, acontecimentos únicos que, ao mesmo tempo em que respondem a enunciados anteriores, antecipam enunciados futuros, já prevendo que também se tornarão base para dizeres posteriores. Vejamos o que nos diz Bakhtin (1975, p. 88), sintetizando o que apresentamos até aqui:

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso

vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar.

Assim, o discurso humano, concreto e histórico de que Bakhtin (1975) fala é exatamente o que corresponde ao enunciado, sempre marcado pelo contexto, pelas relações entre os interlocutores, pelo que já se atualizou e recebeu sentido anteriormente. O enunciado é, então, o que, independentemente de extensão, apresenta um acabamento que permite uma resposta. Essa é mais uma característica que o diferencia das unidades da língua.

Tomemos um exemplo para ilustrar o caráter dialógico do enunciado. Consideremos a palavra “solteiro”. Essa palavra, enquanto unidade de língua é neutra. Não estabelece, portanto, relação de ordem discursiva com nenhuma outra⁴. É dotada apenas de significação. Se, diferentemente, um rapaz vai a uma casa de forró, acompanhado de amigos e, durante o show, faz um brinde e grita “Solteiro!”, temos um enunciado associado a uma série de valores sociais e que funcionaria como uma espécie de afirmação da superioridade do “status” de solteiro para o homem. Estaria, aí, contrapondo-se a vários outros enunciados, como, por exemplo, um de base religiosa, que afirmaria o casamento e a monogamia. Ou mesmo a um enunciado feminista que, apesar de não se contrapor à opção de se manter solteiro em si, se colocaria de forma oposta à ideia de consumo das mulheres como objeto descartável, provavelmente presente no enunciado “Solteiro!” de que se falou acima. O outro aspecto que caracteriza esse enunciado como tal é a possibilidade de resposta, conforme já dissemos. Imaginemos um exemplo de resposta: digamos que outro rapaz do grupo, um pouco mais sensível, cansado da vida de farras e desejoso de um relacionamento estável que lhe possibilitasse sentir-se “indo para frente”, “cumprindo as etapas da vida adulta”, resolva utilizar o blog que tem para expressar sua opinião. Chega a sua casa após a festa e escreve uma postagem, na qual

⁴ Estabelece relações de ordem fonológica, morfológica, semântica etc. Mas não relação discursiva.

elencas todas as vantagens de ter uma namorada e todas as desvantagens de estar solteiro. O que temos aí é exatamente outro enunciado, dando continuidade à cadeia dialógica de que nos fala Bakhtin.

Conforme as considerações feitas, compreendemos, então, que o dialogismo é o princípio de funcionamento da linguagem em geral, é algo que sempre está nela presente, de maneira que cada enunciado apresenta, pelo menos, duas vozes: a do enunciado em si e aquela a que ele está respondendo. É dessa ideia que se origina outro importante conceito bakhtiniano, a saber, o de polifonia. Vale ressaltar, porém, nem sempre serem essas diferentes vozes manifestadas no fio discursivo. Mesmo assim, tais vozes estão ali, no enunciado, pois, conforme já colocamos, o dialogismo de Bakhtin é constitutivo, podendo, segundo esse autor, evidenciar-se nos enunciados ou não.

Outro ponto interessante dessa discussão é acerca do caráter individual ou social das vozes. Segundo o ponto de vista de Bakhtin (1929/1963, 1979), devem-se considerar vozes dos dois tipos. A concepção subjacente a isso é de que, enquanto discursos, tanto devem ter lugar as visões de mundo, as orientações teóricas e as tendências filosóficas quanto os pontos de vista de locutores imediatos. Acerca disso, Fiorin (2006, p. 27) faz alguns esclarecimentos:

Os conceitos de individual e de social, em Bakhtin, não são, porém, simples nem estanques. Em primeiro lugar, o filósofo mostra que a maioria absoluta das opiniões dos indivíduos é social. Em segundo, explica que todo enunciado se dirige não somente a um destinatário imediato, cuja presença é percebida mais ou menos conscientemente, mas também a um superdestinatário, cuja compreensão responsiva, vista sempre como correta, é determinante da produção discursiva. A identidade desse superdestinatário varia de grupo social para grupo social, de uma época para outra, de um lugar para outro: hora ele é a Igreja, hora o partido, hora a ciência, hora a “correção política”. Na medida em que toda réplica, mesmo de uma conversa cotidiana, dirige-se a um superdestinatário os enunciados são sociais.

Repensando, desse modo, o que pode ser avaliado como social por Bakhtin, resta ao individual papel ainda considerável, já que é justamente o dialogismo que permite ao ser humano exercer sua liberdade e seu inacabamento. Em outras palavras, podemos contrapor essa perspectiva a da AD, no que diz respeito ao assujeitamento. Enquanto, para esta, principalmente em suas fases iniciais, o sujeito seria assujeitado, enunciando sempre de acordo com as regras pré-determinadas de seu discurso, para a teoria bakhtiniana, o sujeito nunca se encontra completamente submetido aos discursos sociais, constituindo-se na interação destes com as suas escolhas. Vale lembrar, todavia, que mesmo essas escolhas “individuais” também foram, de certo modo, formadas a partir das vozes sociais, o que precisa ser levado em consideração. Observemos mais uma citação esclarecedora de Fiorin (2006, p. 58):

O mundo interior é a dialogização da heterogeneidade de vozes sociais. Os enunciados, construídos pelo sujeito, são constitutivamente ideológicos, pois são uma resposta ativa às vozes interiorizadas. Por isso, eles nunca são expressão de uma consciência individual, descolada da realidade social, uma vez que ela é formada pela incorporação das vozes sociais em circulação na sociedade.

Outro aspecto do dialogismo que merece atenção, neste trabalho em especial, é a noção de que ele pode ser constitutivo, não se deixando entrever no fio do discurso, e de que, em outras ocasiões, pode ser também demarcado, constituindo maneiras visíveis e externas de explicitar outras vozes discursivas. Bakhtin dá a essa segunda possibilidade o nome de “concepção estreita de dialogismo”. Isso não significa, contudo, ser essa concepção menor ou menos importante, uma vez que “estreita”, aí, serve apenas para indicar que o dialogismo inclui tais formas composicionais, mas vai muito além delas.

Dessa perspectiva, pode-se falar em discurso alheio demarcado, que ocorre quando, no próprio enunciado, indicam-se, de alguma forma, as vozes ali inseridas. Inclui os seguintes recursos: discurso direto e discurso indireto; aspas; negação. Haveria, ainda, as ocorrências de discurso alheio não-demarcado, ou seja, daquele em que, apesar de não haver indicações explícitas, conseguimos identificar a

existência de outras vozes. Realiza-se através do discurso indireto livre, da polêmica clara, da polêmica velada, da paródia e da estilização.

A concepção adotada neste trabalho se diferencia, neste ponto, da bakhtiniana, no sentido de que entendemos que todos esses recursos elencados por ele são, em primeira instância, polêmicas, e estas se realizam através de mecanismos variados, incluindo aqueles que ele elenca. Desse modo, em vez de a polêmica ser um recurso ao lado de outros, ela seria a base da heterogeneidade, perpassando todos os mecanismos de explicitação de vozes (ou discursos).

Essa discussão será retomada posteriormente, inclusive com o detalhamento acerca do conceito de polêmica. Por hora, é-nos suficiente ratificar em que nossa proposta se diferencia da de Bakhtin: primeiramente, no que concerne ao conceito de sujeito, pois, alinhados à concepção da AD, estendemos ser ele uma instância abstraída da concretude do indivíduo, encontrando-se, portanto, em nível no qual não se consideram aspectos das pessoas que falam efetivamente, mas são enfatizados os mecanismos de funcionamento do lugar discursivo de onde o sujeito enuncia, as regras dessa discursividade e os enunciados produzidos; em segundo lugar, há a divisão dos tipos de presença do outro, feita pelo autor e já apresentada, em que ele defende existir a polêmica em apenas dois subtipos de discurso alheio, a polêmica clara e a polêmica velada, enquanto nós afirmamos que, sempre que for possível identificar essa presença, haverá a polêmica a sustentando, possibilitando mesmo a sua existência.

2.1.2. Authier-Revuz e as não-coincidências do dizer

Authier-Revuz (1982), em sua teoria, defende que o dizer de um sujeito encontra-se sempre carregado de um dizer que vem de outro lugar, ou seja, o chamado “discurso-outro” está sempre presente, em todo e qualquer discurso. A autora, então, desenvolveu trabalho mostrando, muitas vezes através de marcas formais, de que maneira os dizeres se encontram assinalados por uma presença outra, diversa da do próprio enunciadador.

Authier-Revuz fundamentou sua proposta em três importantes autores, cada um com uma teoria que já tratava de formas de presença “exteriores” no discurso: Pêcheux, com sua concepção de interdiscurso; Lacan, com sua noção de sujeito cindido constituído na cadeia significante; Bakhtin, com a polifonia, de que já tratamos anteriormente. Acerca deste, Authier-Revuz (1992) estabelece uma crítica, baseada na ideia de que o autor não levou em conta a clivagem do inconsciente e seu heterogêneo radical, ou seja, o chamado “outro” psicanalítico, base da concepção de sujeito da teórica. É justamente na tentativa de preencher a lacuna existente, segundo a autora, nas teorizações de Bakhtin, que Authier-Revuz recorre a Lacan. Seu intuito é, principalmente, entender o sujeito do discurso, objetivo alcançado sob a égide da concepção lacaniana de “eu”, segundo a qual é impossível ao sujeito, ainda que ele não tenha consciência disso, fazer-UM com a língua; além disso, algo sempre escapa ao dizer desse sujeito, há sempre algo que diz de outro lugar.

Monta, então, sua teoria, estabelecendo uma divisão entre dois tipos de heterogeneidade possíveis: a mostrada e a constitutiva. Esta é condição de existência dos discursos, uma vez que não é explicitada através de marcas linguísticas, mas encontra-se resguardada pelos pressupostos psicanalíticos do discurso atravessado pelo inconsciente, pelo interdiscurso, pela presença do dialogismo. Aquela, por sua vez, é a maneira através da qual o sujeito negocia com a heterogeneidade constitutiva dos discursos. Em outras palavras, enquanto a heterogeneidade constitutiva está sempre presente, independentemente de quaisquer tentativas de identificação textual, a heterogeneidade mostrada é exatamente o que presenciamos quando é possível localizar o “outro” nos enunciados. É fundamental deixar claro, neste ponto, que a heterogeneidade mostrada não é um simples reflexo da constitutiva, mas, realmente, funciona como fruto de uma negociação, de uma espécie de “gerenciamento” feito, por vezes, pelo enunciador, no intuito de lidar com a presença do outro.

A heterogeneidade mostrada se subdivide em dois tipos: a marcada, presente quando há indicações, no próprio enunciado, que delimitam a presença do discurso outro; a não-marcada, quando não há delimitação explícita, mas é possível

identificar que, no fio do discurso, o outro se mostra, manifesta-se. Vejamos o que nos diz Authier-Revuz (2004, p. 22) sobre os diferentes tipos de heterogeneidade:

Nem estágio de decomposição, nem luminoso horizonte de ultrapassagem; para a descrição linguística das formas de heterogeneidade mostrada, a consideração da heterogeneidade constitutiva é, a meu ver, uma ancoragem necessária, no exterior do linguístico: e isso, não somente para as formas que parecem oscilar facilmente devido às modalidades incertas de seu resgate, mas, fundamentalmente, para as formas mais explícitas, mais intencionais, mais delimitadas da presença do outro no discurso.

Compreendemos, a partir da citação, estar a heterogeneidade constitutiva ligada ao exterior, ou seja, às próprias condições da enunciação, e ser de grande importância o exame dessa heterogeneidade constitutiva para o entendimento de sua vertente mostrada. Depreendemos, assim, que a autora considera a heterogeneidade constitutiva uma espécie de resposta ao encontro do sujeito com seu discurso, isto é, a partir do momento que o sujeito se depara com seu discurso, depara-se também, simultaneamente, com seus outros, que se encontram nele inseridos. A consequência lógica desse encontro, então, é a própria heterogeneidade constitutiva. Não nos esqueçamos, porém, de que há modos de negociação realizados pelo sujeito para regular, monitorar, seu encontro com o discurso. Vejamos esses modos, a partir de Authier-Revuz (1992):

Primeiramente, há o espaço da não-coincidência interlocutiva entre os enunciadorees. Nesse caso, o sujeito convoca o outro e tenta fazer dele um reflexo da parte de si que reconhece. Explicando melhor, esse modo de negociação pressupõe não haver coincidência entre sujeito-outro e língua e passa a buscar estabelecer a univocidade, ainda que apenas por um mecanismo formal. Um exemplo disso seria “É um modo *singular* de fazer as coisas, se você entende o que eu digo”.

Em segundo lugar, há o espaço da não-coincidência do discurso com ele mesmo. É o que ocorre em “Se fizermos isso, sofreremos uma *sanção, como dizem os juristas*”. É necessário observarmos que o sujeito aqui insere um discurso no seu,

ao utilizar o termo “sanção”, mas faz questão de esclarecer que esse é o discurso outro, não fazendo parte do dele (do enunciador).

Em terceiro lugar, encontramos o espaço da não-coincidência entre as palavras e as coisas, que identificamos no seguinte enunciado: “O jantar, se é que podemos chamar aquilo de jantar, estava péssimo!”. Aqui, o foco é a palavra utilizada e a indicação de certo nível de inadequação em seu uso, no próprio discurso do sujeito.

Por fim, em quarto lugar, deparamo-nos com o espaço da não coincidência das palavras com elas mesmas. Esse quarto modo de negociação é apresentado como o ponto de encontro do sujeito com o equívoco da língua. Isso decorre do fato de que, nesse caso, o sujeito apresenta uma informação e, em seguida, retifica-a, conforme observamos em “Preciso resolver uma série de problemas antes da viagem; aliás, uma série de problemas, não, dois problemas”.

Essa proposta acima delineada, contudo, encontra-se excessivamente determinada, de nosso ponto de vista, pela noção de sujeito psicanalítico adotada pela autora. Apesar de a teoria lacaniana ter sido um dos fundamentos para a constituição da AD, sua concepção de sujeito só é considerada até certo ponto, sendo aproveitada, principalmente, a noção de inconsciente enquanto linguagem. Daí em diante, psicanálise lacaniana e AD se separam, já que aquela utiliza as referidas concepções de sujeito e inconsciente desta para embasar a ideia de assujeitamento que será de extrema importância epistemológica para sua definição enquanto disciplina independente daquelas em que se inspirou em seu processo de formação. A noção de assujeitamento, conforme sabemos, não encontra lugar na psicanálise. Tudo isso faz com que a noção de sujeito de Authier-Revuz se afaste da que encontramos na AD, uma vez que seu sujeito se aproxima muito mais do indivíduo, ainda que considerado clivado, dotado de inconsciente e, portanto, de uma heterogeneidade constitutiva.

O outro de Authier-Revuz, assim, sendo identificado com o inconsciente, faz parte, simplesmente, da psiqué do indivíduo, de sua subjetividade, enquanto o

Outro⁵ da AD remete a um lugar discursivo específico, a um conjunto de regras do que pode e deve ser dito e do que não pode e não deve ser dito por um sujeito que desse lugar enuncie, fora do lugar discursivo do sujeito cujo enunciado está sendo analisado. Adiante, veremos que a noção vai ainda além, ao encontrar-se com a concepção de interdiscurso. Deixemos para desenvolver as demais ideias relacionadas oportunamente.

Para concluir, é importante ressaltar que, da autora, aproveitamos a noção de presença alheia mostrada e não mostrada. Apesar de nosso referencial teórico ser efetivamente a AD, tomamos essa separação e, conforme já explicitado, propomos ser a interincompreensão frequentemente mostrada nos enunciados.

Dito isso, passemos à concepção de interdiscursividade.

2.2 Pêcheux, Maingueneau e o desenvolvimento da concepção de interdiscurso

O termo “interdiscurso” já foi, por vezes, utilizado neste trabalho. Mesmo assim, devido à sua importância para a pesquisa, é digno de uma explicação mais bem estruturada. Tal explicação pressupõe que algumas considerações sejam feitas antes acerca de dois outros conceitos fundamentais para a AD: prática discursiva e posicionamento. A noção de prática discursiva foi proposta por Foucault, em sua *Arqueologia do saber* (1969a), e incorporada pela Análise do Discurso. Advindo da “práxis” marxista⁶, o conceito sofreu importantes transformações na teorização foucaultiana. Uma grande diferença da prática discursiva para a postulada por Marx é que, para este autor, a prática seria de sujeitos, enquanto que, para Foucault, a prática estaria distanciada de qualquer ação de sujeitos. Isso pode ser melhor

⁵ O termo aparecerá com inicial maiúscula sempre que se referir à concepção adotada na AD. Isso se deve ao fato de o autor que o consagrou, Dominique Maingueneau, usá-lo assim em suas obras.

⁶ De acordo com Costa (2005, p. 40), “O conceito, retomado de Aristóteles por Feuerbach, foi usado por Marx e seus discípulos para denotar o conjunto de modos ativos pelos quais o Homem transforma o meio natural em que vive e as relações sociais que o unem e/ou separam dos outros homens no âmbito de uma sociedade historicamente situada. (...) Porém, para Marx, não se pode entender a filosofia da práxis como uma espécie de pragmatismo, que rejeitaria a teoria e o conhecimento do mundo, reduzindo-os à prática, e que associaria a verdade a um ‘conhecimento útil’. Ao contrário, para Marx, o conhecimento supõe uma atividade prática e deve ser validado na prática”.

compreendido a partir da citação abaixo, retirada de *A arqueologia do saber* (FOUCAULT, 1969a, p. 136):

Finalmente, o que se chama de 'prática discursiva' pode ser agora precisado. Não podemos confundi-la com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma idéia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de interferência; nem com a 'competência' de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa.

Maingueneau, em sua *Gênese dos Discursos* (1984), retoma, por sua vez, a noção de prática discursiva. Nessa obra, o autor pretende romper com o passado da Análise do Discurso, no sentido de que tenciona demonstrar que o discurso não deve mais ser tratado como conjunto de textos, como arquivo⁷, mas como uma prática discursiva. A ideia do estudioso, então, ao utilizar o termo introduzido por Foucault, é a de referir-se à articulação entre uma formação discursiva e o funcionamento de grupos que a gerem. Em outras palavras, de acordo com Costa (2005, p. 40): "Para o autor, há um intrincamento entre um discurso e uma instituição relacionada ao funcionamento de comunidades".

Assim, o modo de organização de um grupo não é exterior ao seu discurso, não é algo que se estabelece de maneira independente da instância discursiva. Ambos se constituem simultaneamente, um determinando o outro. O que interessa aí, vale a pena salientar, é justamente a articulação dos dois.

Segundo Maingueneau, cada discurso se institui a partir de um sistema de restrições semânticas. A partir do momento que se propõe a noção de prática discursiva como o imbricamento entre grupo (ou instituição) e discurso, é possível também afirmar que os dois são regidos pelo mesmo sistema de restrições semânticas. Em outras palavras, devido à forte ligação que se pressupõe entre

⁷ Naquele momento, a preocupação de Maingueneau se inseria em um processo de transformação ocorrido no interior da AD: os princípios e os procedimentos da primeira fase da disciplina, etapa conhecida como "análise automática do discurso", eram questionados e reformulados.

grupo e discurso quando se fala em prática discursiva, não é difícil deduzir que as instituições estão submetidas ao mesmo processo de estruturação do discurso propriamente dito.

De acordo com Maingueneau (1984, p. 134):

Essas reflexões sobre a relação entre semântica do discurso e instituição nos conduzem, pois, a tomar distância em relação à idéia segundo a qual ela seria um simples ‘suporte’ para as enunciações que seriam fundamentalmente exteriores a ela. Ao contrário, parece muito claro que essas enunciações são parte da mesma dinâmica semântica que a instituição. Não se poderia, pois, fazer funcionar aqui o esquema de tipo ‘infraestrutural’, sendo a instituição a causa e o discurso seu reflexo ilusório. *A organização dos homens aparece como um discurso em ato, enquanto que o discurso se desenvolve sobre as próprias categorias que estruturam essa organização.* [grifo meu]

Convém esclarecer que, quando se afirma que discurso e instituição estão submetidos ao mesmo processo de estruturação, quer-se dizer que as mesmas regras e os mesmos valores considerados como positivos presentes nos enunciados estarão no modo de estruturação do grupo. Assim, entre os humanistas devotos, estudados por Maingueneau (1984), o sema⁸ “ordem” é classificado como positivo para os enunciadores que enunciam desse lugar discursivo. A maneira como se estrutura o grupo que gere tal discurso, de modo análogo, é marcada pela organização, pela hierarquia.

Além disso, associados aos sentidos possíveis e valorizados em certo discurso, há também modelos de interação dentro do grupo. No caso do humanismo devoto, em que semas tais quais “plasticidade”, “moderação”, “ritmo” e “flexão” estão elencados dentre os positivos, as virtudes essenciais exigidas, por exemplo, dos mestres nos colégios de jesuítas são a flexibilidade de espírito, a doçura, o bom humor constante.

⁸ Palavra ou expressão que funciona como operador de individuação dentro um discurso. Imagine-se um espaço discursivo constituído por uma relação polêmica entre dois discursos. Constituindo o sistema de restrições semânticas de cada um dos discursos envolvidos, há dois grupos de semas: um que comporta dos semas considerados positivos por aquela prática discursiva e o outro com os semas contrários, tomados como negativos. Segundo Maingueneau (1984, p. 67): “A relação polêmica, como vimos, está fundada nesta dupla repartição: cada pólo discursivo recusa o outro, como derivando de seu próprio registro negativo, de maneira a melhor reafirmar a validade de seu registro positivo”.

Não é possível asseverar que a partir da organização do grupo se constituiu o discurso ou vice-versa. Ambos se estruturaram conjuntamente, dentro de um contexto social específico que coexiste a determinado campo discursivo. O surgimento de um novo discurso nesse campo pressupõe uma alteração que já é, desde o começo, o casamento entre a instituição e o discurso em formação.

Fizemos essas considerações iniciais, acerca das práticas discursivas, com o intuito de deixarmos explícito com que concepção estamos trabalhando. Neste ponto, faz-se mister esclarecermos que há autores que, em virtude das mudanças ocorridas na AD desde a sua gênese como disciplina de investigação científica, defendem que se deve abandonar o uso de “formação discursiva”, substituindo-se esse termo sempre por “prática discursiva”. Neste trabalho, porém, usaremos “formação discursiva”, “prática discursiva”, “discurso”, “discursividade”, em várias ocasiões, para indicar o lugar discursivo de onde o sujeito enuncia, sempre considerando a relação existente com o grupo social que o gerencia enquanto discurso.

Depois de tratarmos da prática discursiva e de esclarecermos nossa opção por não excluir certos termos desta pesquisa, passemos à noção de posicionamento. Este, acima de tudo, remete à constituição e manutenção de uma identidade enunciativa. Por esse motivo, é que não se pode falar em interincompreensão sem considerá-lo, já que, como anteriormente referido, o estabelecimento da polêmica está ligado exatamente à marcação identitária dos discursos. Neste sentido, Charaudeau e Maingueneau (2004) apresentam três acepções para o termo, que abordaremos a seguir.

A primeira dessas acepções toma “posicionamento” de maneira pouco específica. A palavra é utilizada para designar a indicação de um locutor de sua situação em um espaço de conflito. Essa indicação de situação seria dada pelo emprego de uma palavra, de um certo tipo de vocabulário, de um registro de língua tal, do uso de determinadas construções, da manifestação através de um gênero do discurso específico etc. Um bom exemplo seria o de um locutor que se utiliza do termo “luta de classes”, posicionando-se como sendo de esquerda.

A segunda acepção é aplicada a posicionamentos no âmbito do campo discursivo. Refere-se a uma produção discursiva bem específica (como “o discurso feminista de tal período”, por exemplo), designando tanto as operações de instauração e conservação de identidade em um campo discursivo quanto essa própria identidade. Convém ressaltar que uma identidade enunciativa não é fechada e cristalizada, mas, sim, se conserva por um trabalho de constante reconfiguração, através da interdiscursividade. É ainda relevante apontar que essa acepção de posicionamento se manifesta, inclusive, na opção por um gênero determinado, por uma maneira de citar etc., ou seja, não apenas por meio dos conteúdos.

A terceira acepção é a de posicionamento como simples lugar ocupado pelo locutor em um campo de discussão, como o dos valores que ele defende. É o que se chama posicionamento de fraca consistência doutrinal. Podendo ser organizados em sistemas de pensamento ou em simples normas de comportamento social, são mais ou menos conscientemente adotados pelos sujeitos sociais e os caracterizam identitariamente. Aplica-se, por exemplo, a um programa de televisão, uma campanha publicitária etc. Seria a acepção mais próxima daquela que o senso comum atribui ao sema posicionamento.

No sentido de apreender mais informações a respeito da noção de posicionamento na fase atual da AD, pode-se observar o que dizem Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 393):

A noção de posicionamento conhece um sucesso crescente, correlativo de uma diminuição da preferência por ‘formação discursiva’, percebida talvez como muito ligada ao domínio sociopolítico. Mas, para ser operatória, essa noção deve ser cuidadosamente especificada em função dos tipos de discurso concernidos. Por exemplo, no discurso religioso ou no discurso filosófico, os posicionamentos em geral correspondem às “escolas”, aos “movimentos” que se consideram a expressão de uma doutrina, mas esse não é o caso geral.

O que se pode depreender disso é a importância cada vez maior da noção de posicionamento para os estudos em AD e também a necessidade de se especificar, para cada análise, dependendo do objeto, com que perspectiva a palavra posicionamento está sendo adotada. Em nosso caso, adotamos a segunda

das três noções anteriormente elencadas, de modo que, a partir dela, tratamos os enunciados analisados considerando o campo discursivo no qual eles se inserem (o campo humorístico).

Neste ponto, vale a pena, ainda acerca de posicionamento, observar o que diz Costa (2005, p. 42-43), comentando a noção de Maingueneau sobre o conceito em questão:

Outro conceito que julgamos interessante para uma concepção dialética da relação sujeito/contexto discursivo é o de posicionamento. O autor [Maingueneau] considera que posicionar-se no interior de um campo discursivo, isto é, em uma configuração relativamente autônoma de práticas discursivas que delimitam uma certa região do universo do discurso, é colocar em relação uma tomada de palavra com um percurso, uma trilha já aberta, ou fundada no próprio gesto de enunciação dessa obra, no âmbito do campo discursivo.

Apesar de a obra na qual se baseiam os comentários de Costa acerca das concepções de Maingueneau versar sobre o campo da literatura, o próprio autor destaca que pode ser estendida a outros campos discursivos, como no caso desta dissertação. Daí a alusão feita.

Com relação ao conteúdo da citação, é interessante observar como funde as duas primeiras acepções já expostas a respeito de posicionamento, acepções essas que serão consideradas para o desenvolvimento da pesquisa: destaca-se tanto a configuração do campo discursivo quanto o gesto de enunciação em si, “a tomada de palavra” com “o percurso”, “uma trilha já aberta”.

Por hora, o que foi apresentado parece-nos suficiente, reservando-se os avanços obtidos com a análise para o momento adequado. Podemos, enfim, passar à noção de interdiscurso em si.

A noção de interdiscurso surge como parte de um “movimento” dentro do âmbito dos estudos acerca da enunciação, que apontavam para o fato de que o discurso, diferentemente do que se supunha, era marcado pela heterogeneidade. Convém esclarecer que, quando se faz menção à “movimento”, não se está afirmando que havia uma mobilização coletiva e organizada por parte dos teóricos no sentido de defender a referida heterogeneidade.

Na verdade, “movimento”, conforme sucintamente antecipado em nota de rodapé, foi usado para expressar uma tendência, ou seja, a existência de ações de estudiosos em um mesmo sentido: a descoberta de que o discurso não deve ser visto como um bloco compacto, fechado e definível em si mesmo. Uma mostra representativa disso são as propostas de Ducrot, Bakhtin e Authier-Revuz que apontam para o caráter heterogêneo da língua e da linguagem. Assim, Ducrot, em 1980, apresentou o conceito de polifonia, definida como a maneira de, na enunciação, diferenciar quem produz o enunciado daquele que é o responsável pela asserção. Em 1929/1963, Bakhtin publicou (e, posteriormente, republicou) obra que girava em torno do chamado “princípio dialógico” que, segundo Maingueneau (1984, p. 34), remete ao “caráter constitutivo da interação enunciativa”. Authier-Revuz, em 1982, desenvolveu a oposição entre heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva, consideradas como duas formas de presença do “Outro” no discurso.

Todas essas teorias, apesar de diferentes entre si, acabam por contribuir para modificações com relação ao modo de ver a discursividade e de trabalhá-la em dentro da própria AD. Isso porque a primeira fase da Análise do Discurso é marcada justamente por tomar cada formação discursiva como um todo que deve ser apreendido isoladamente, ou seja, como uma realidade que pode ser examinada de maneira efetiva sem que se considerem as relações que estabelece com outra(s).

A noção de interdiscurso, introduzida por Pêcheux (1975) e posteriormente retomada e desenvolvida por Maingueneau (1984), inscreve-se nesse percurso de compreensão do discurso como não homogêneo e não fechado em si mesmo. No dizer de Pêcheux (1975, p. 162), “...toda formação discursiva dissimula, pela transparência de sentido que nela se constitui, sua dependência com relação ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas...”. Depreendemos, daí, a importância, na concepção pecheutiana de interdiscurso, atribuída à ideia de dependência da FD com relação ao todo complexo como dominante. O que isso significa é que não há FD sem que se considere essa inserção.

Maingueneau (1984), por sua vez, apresenta a ideia de que o interdiscurso é composto, na verdade, por uma tríade: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. O primeiro refere-se ao conjunto de formações discursivas que

interagem em uma dada conjuntura. É um conceito não-operacional, uma vez que é impossível ao analista apreendê-lo em sua totalidade. Serve, efetivamente, para definir a extensão máxima do que pode ser subdividido de modo a dar origem a domínios passíveis de serem estudados. Esses domínios são justamente os campos discursivos, segundo elemento da tríade que compõe a interdiscursividade.

Um campo discursivo é um conjunto de formações discursivas que se delimitam reciprocamente em uma região do universo discursivo. De acordo com Brandão (2004, p. 90):

Pode-se tratar, por exemplo, do campo político, filosófico, dramático, gramatical etc. Pertencentes a uma sincronia dada, as formações discursivas que constituem um campo discursivo possuem a mesma formação social, mas divergem na maneira de preenchê-la, o que faz com que se encontrem ou em relação polêmica, ou de aliança ou de neutralidade. E cada uma define sua identidade pela mediação desse sistema de diferenças.

Como também não é possível estudar um campo discursivo em sua totalidade, faz-se nele um recorte. Tal recorte deve enquadrar subcampos analiticamente produtivos chamados de espaços discursivos. Cada espaço discursivo é uma fatia de um campo na qual se podem examinar as relações existentes entre duas formações discursivas que se encontram em concorrência⁹.

A partir da exposição da tríade que compõe a noção de interdiscursividade, pode-se perceber que o aspecto relacional entre as formações discursivas é crucial. Na verdade, com a ideia de interdiscurso, foi necessário admitir que o que antes era considerado o “exterior” discursivo fazia, de fato, parte do intradiscurso. Explicando melhor: antes, no período da AD em que se tomava cada formação discursiva como um bloco fechado, os outros discursos, com relação a uma FD determinada, eram considerados como “exterior”. Entretanto, Pêcheux e, depois, Maingueneau operaram com a noção de que avaliar dessa maneira prejudicava a análise, pois não demonstrava como as FDs realmente se relacionam, a saber, trazendo em seu próprio interior o(s) seu(s) Outro(s).

⁹ Concorrência, nesse caso inclui tanto as relações de aliança e neutralidade quanto de oposição.

Essa característica é explicada pelo fato de que, a partir do momento que um discurso constitui sua identidade, o faz com relação a outro. Assim, uma formação discursiva, ao delimitar quais enunciados seriam possíveis, ou seja, ao estabelecer a zona do dizível legítimo, cria, ao mesmo tempo, o que não pode ser dito, uma ausência a que Maingueneau (1984, p. 39) denomina “interdito”. Tal ausência, identificada com o Outro do qual o Mesmo¹⁰ se diferencia, está no interior desse Mesmo, faz parte dele.

De acordo com Maingueneau (2005, p. 38):

Reconhecer este tipo de primado do interdiscurso é incitar a construir um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro. [grifo do autor]

Segundo o autor, a presença do Outro é constitutiva em todo e qualquer discurso, não precisando explicitar-se, a cada enunciação, que o Mesmo não admite o Outro, uma vez que tal negação já é parte do próprio dizer daquele. Nas palavras de Brandão (2004, p. 93), “A relação com o Outro deve ser percebida, portanto, independentemente de qualquer forma de alteridade marcada”.

Por fim, acerca do interdiscurso, encontramos esse conceito, muitas vezes, identificado com o de memória discursiva, identificação que nos parece bastante coerente. De modo geral, associa-se a toda formação discursiva uma memória discursiva. Esta, não é, como se poderia pensar, uma memória psicológica. Na verdade, a noção de memória discursiva depende da inscrição dos enunciados na história.

Isso significa que, em uma formação discursiva dada, o que permite a circulação de formulações anteriormente enunciadas é justamente a memória discursiva. Assim, dentro da zona do dizível legítimo de uma formação discursiva, a

¹⁰ O termo “Mesmo” é utilizado por Maingueneau em sua *Gênese dos discursos* (1984) e se opõe a “Outro”. O Mesmo, para fins didáticos, seria o discurso a partir do qual se enuncia em um determinado enunciado. A partir do ponto de vista dele, o(s) discurso(s) com o(s) qual(is) ele se encontra em concorrência seria(m) seu(s) Outro(s).

memória discursiva determina o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados que pertencem a formações discursivas historicamente contíguas.

Brandão (1991, p. 99) afirma, acerca da memória discursiva, que:

... toda produção discursiva, efetuada sob determinadas condições conjunturais, faz circular formulações já enunciadas anteriormente. As formulações pertencentes a essas sequências discursivas preexistentes constituem, com as 'formulações de referência'¹¹, redes de formulações que nos permitirão verificar os efeitos de memória que a enunciação de uma seqüência discursiva de referência determinada produz em um processo discursivo.

A memória discursiva, então, é responsável por retomar enunciados provenientes do intradiscorso, em certos casos, e do interdiscorso, em outros, e proceder a operações de atualização e de rejeição. Nas operações de atualização, a memória discursiva recupera, do passado, já-ditos que, ao serem retomados, passam a pertencer ao domínio da atualidade. Por outro lado, em decorrência das operações de rejeição, a memória discursiva põe de lado exatamente o fato de que esse enunciado não é uma novidade e, através de apagamentos, faz com que os já-ditos sejam assumidos como enunciados inéditos.

Para o estudo da interincompreensão aqui proposto é importante ter em mente o conceito de memória discursiva, uma vez que, nos processos de explicitação do Outro, a presença de já-ditos e de repetições parece apontar para os modos de constituição de simulacros que sustentam a polêmica como interincompreensão. Vejamos, no tópico seguinte, a concepção de interincompreensão, central para nosso trabalho.

¹¹ Segundo Brandão (2004, p. 98), "... seqüência discursiva tomada como ponto de referência a partir do qual o conjunto dos elementos do corpus receberá sua organização".

2.3. A interincompreensão regulada¹²

Pode-se começar a tratar das polêmicas discursivas¹³ afirmando existirem, de acordo com Maingueneau (1984), restrições específicas, regras, que fazem com que os enunciados sejam parte de um discurso ou de outro. A esse respeito, afirma Maingueneau (1984, p. 49):

O sistema de restrições semânticas que teremos que definir não visa de forma alguma a engendrar frases gramaticais, mas a definir operadores de individuação, um filtro que fixa os critérios em virtude dos quais certos textos se distinguem do conjunto dos textos possíveis como pertencendo a uma formação discursiva determinada.

Na sua outra obra que trata das polêmicas discursivas (1983), o autor esclarecera que, ao falar de regras, não se referia às regras de formação de frases num idioma, à sua sintaxe ou ao seu vocabulário, mas, sim, às regras internas de cada discurso, que permitem aos enunciadores enunciarem de certo modo e não poderem enunciar de outro. O que isso significa é que cada FD, então, caracteriza-se por um sistema de restrições que determina o que pode ser dito a partir dela, o que deve ser dito, mas também o que não pode ser enunciado, simplesmente por não fazer parte dos enunciados possíveis a partir do discurso em questão.

Essa impossibilidade de enunciar de modo diferente do pré-definido para uma FD tem implicações também na interação com enunciadores de outras FDs. Isso porque, se não é possível enunciar de uma maneira determinada, pois certos sentidos não “significam” dentro de sua grade semântica, certamente também não será possível compreender o que diz um enunciador que enuncia da FD na qual esses sentidos são os que devem ser enunciados.

A questão é que o enunciador não reconhece seu “não entendimento”. Interpreta, então, a enunciação do Outro a partir das regras de sua própria FD, o que resulta na chamada interincompreensão generalizada (MAINGUENEAU, 1984, p.103). De acordo com o autor:

¹² Ou generalizada. Ao dizer “generalizada”, enfatiza-se o aspecto global da interincompreensão, ou seja, o fato de que ela está presente em todos os discursos. Já ao dizer “regulada”, o que se salienta é a existência de regras, em cada discurso, que regem sua produção e interpretação dos enunciados.

¹³ Polêmica discursiva e interincompreensão, para Maingueneau, são conceitos identificados.

Quando se considera o espaço discursivo como rede de interação semântica, ele define um processo de interincompreensão generalizada, a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas. Para elas, não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de “não compreender” o sentido dos enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno. No modelo, isso se manifesta no fato de que cada discurso é delimitado por uma grade semântica que, em um mesmo movimento, funda o desentendimento recíproco.

No modelo proposto pelo autor, e ao qual ele se refere na citação acima, organiza-se o conjunto de semas relacionados a uma determinada FD. Esses semas são divididos em “positivos” e “negativos”, de acordo com a valoração atribuída por aquela FD aos sentidos mobilizados. Assim, os semas positivos são aqueles que mobilizam sentidos que a FD reivindica para si, ao passo que os negativos são o oposto dos positivos e mobilizam sentidos rejeitados.

Em relação com outro enunciador proveniente de outra formação discursiva, um enunciador tal, a cada posicionamento marcado pelo Outro, interpreta os enunciados dele a partir das categorias do registro de seu próprio sistema. Em outras palavras: esses enunciados do Outro são “traduzidos” a partir das regras da FD do intérprete, em seu fechamento semântico. Pode-se dizer, então, que um discurso não se contrapõe ao seu Outro, mas ao simulacro que faz dele.

De acordo com Maingueneau (1984), essa atividade de “tradução” é, por definição, sempre realizada em proveito do discurso que traduz. Para esse discurso tradutor propõe a denominação de “discurso-agente”. Em contraposição, sugere para o traduzido o tratamento de “discurso-paciente”.

Convém destacar que lidar com esse processo como “tradução” se justifica à medida que, no interior de uma língua, mesmo sabendo que elas não constituem o sistema de maneira forte e decisiva, pelo contrário, sua atuação aí é bastante restrita, existem por toda parte zonas de interincompreensão recíproca. E isso parece suficiente, segundo Maingueneau (1984, p. 104), para pensar em termos de discurso e tradução.

É importante, ainda, esclarecer que, nessa tradução, os discursos envolvidos não estão no mesmo plano (MAINGUENEAU, 1984, p. 104):

Evocando dessa forma a passagem de uma 'interpretação' à outra do 'mesmo' enunciado, damos talvez a impressão, errônea, de que essas duas interpretações se encontram no mesmo plano. De fato, não se dirá que o enunciador de um discurso 'interpreta' seus próprios enunciados; esse é um privilégio reservado a uma instância superior. O discurso não pode interpretar-se a si mesmo, a não ser no modo inefável da coincidência com sua própria competência ('é exatamente isso!') ou produzindo dele glosas que decorrem dessa mesma competência, que são por sua vez passíveis de uma tradução semântica pelo Outro.

Além desse esclarecimento através da citação, é conveniente reforçar que a polêmica discursiva se dá exatamente a partir do momento em que duas FDs estão em concorrência, uma traduzindo a outra pelas suas próprias regras, cada uma fechada em seu próprio sistema de restrições, uma não compreendendo a outra, mas sem perceber isso. Por esse motivo é que se trata desse fenômeno em termos de "polêmica como interincompreensão" (Maingueneau, 1984, p. 103).

Essa noção de polêmica é um dos sustentáculos. Há, ainda, relacionada a ela, uma outra idéia também produtiva: polemizar seria, acima de qualquer coisa, apanhar o adversário em erro, em infração com relação a uma lei que se impõe como incontestável. Existem duas maneiras de fazer isso: a primeira seria desqualificar o adversário, tirando-lhe o direito à palavra, ao mostrar que ele não segue as regras do jogo (mente, produz citações inexatas, é incompetente, apresenta informações errôneas etc.). A segunda maneira consiste em apresentar-se aceitando os pressupostos do campo discursivo em questão e apontar a não coincidência entre esses pressupostos e um enunciado do adversário.

É importante deixar claro que, ao tentar mostrar as incongruências do adversário, o enunciador de uma FD determinada também está operando uma "tradução" dos enunciados daquele. Tanto que não é raro observar-se, em debates, um dos participantes apresentar argumentos no sentido de desautorizar o outro, seja mostrando que ele viola as regras do jogo da enunciação, seja apontando para a não-convergência entre os dogmas do campo e o enunciado do adversário, e esse

outro tentar responder em termos de “Eu não disse isso!” ou “Não foi isso que eu quis dizer!” ou “Você está tirando conclusões inadequadas!”.

Outro ponto que deve ser destacado é o dos pressupostos comuns, associados ao campo discursivo. Apesar de ficarem muito mais explícitas as diferenças, existem também bases compartilhadas entre discursos que se encontram em conflito. Esse compartilhamento é que possibilita a segunda maneira apresentada de polemizar, que pressupõe que o enunciador admita os dogmas do campo discursivo no qual se encontra em relação de concorrência com o adversário.

De acordo com Maingueneau (1984, p. 115):

Na polêmica, contrariamente ao que se pensa espontaneamente, é a convergência que prevalece sobre a divergência, já que o desacordo supõe um acordo sobre ‘um conjunto ideológico comum’, sobre as leis do campo discursivo partilhado. A polêmica sustenta-se com base na convicção de que existe um código que transcende os discursos antagônicos, reconhecido por eles, que permitiria decidir sobre o justo e o injusto. É assim postulada a figura do árbitro, do neutro, da instância que não é nem um nem outro, vale dizer, da utopia de uma posição que seja parte interessada no conflito e exterior a ele. Seja o Papa, o partido, os sábios, o bom senso... deve existir em algum lugar algum tribunal habilitado a decidir. Ficção que sustenta a polêmica sem poder pôr-lhe um termo.

O fato de compartilharem uma parte determinada do universo dos discursos aponta para a existência de modos diferentes de enunciar “verdades”. Assim, acerca de um mesmo tema, por exemplo, com relação à origem da vida, há o discurso religioso cristão e há o discurso da ciência moderna. Esses dois discursos, como afirmado, fazem parte de um mesmo campo discursivo, estabelecendo relação de antagonismo um com o outro; são “respostas” diferentes para as mesmas “questões”.

Se concorrem dessa maneira conflituosa, “brigando” pelo mesmo espaço, ambos almejando ao *status* de verdade, o mais provável é que entre os enunciados das duas FDs em questão se estabeleça a polêmica, ou seja, como uma se define negando a outra, cada uma com suas regras de “tradução” dos semas comuns no campo discursivo, surge a interincompreensão regulada, que se caracteriza pelo fato de cada FD só compreender os tais semas de acordo com suas próprias regras.

Adiante, retomaremos o conceito de campo discursivo, ao explicarmos o porquê de considerarmos o humor enquanto campo, e não, simplesmente, como um discurso.

3 O CAMPO DISCURSIVO HUMORÍSTICO E A INTERINCOMPREENSÃO

Quando nos propusemos estudar a interincompreensão, tomando como exemplário textos oriundos do campo discursivo humorístico, já supúnhamos que nos depararíamos com uma questão básica a respeito da qual seria de fundamental importância realizar uma reflexão. A questão é esta: o que é humor?

Pensar uma definição de humor nos coloca diante do tipo de fenômeno tão corriqueiro quanto difícil de determinar. O fato é que, de maneira geral, o senso comum toma o humor como uma obviedade, como algo cuja conceituação não merece uma atenção maior, tendo em vista que o estranho seria não saber o que pode ser entendido como humorístico ou não. O senso comum, entretanto, não escapa de ser também um lugar discursivo a partir do qual se enuncia. E, nesse caso, trata-se de um lugar discursivo de onde nós, em nossa pesquisa, não podemos e nem queremos enunciar.

Assim, buscamos vozes de outras práticas discursivas, vozes que produzem enunciados com os quais os nossos próprios enunciados se encontram em maior convergência. Nessa busca, dois autores se destacaram de modo especial: Bergson (1899) e Propp (1976). Ambos clássicos frequentemente evocados quando, do campo discursivo científico, emergem repetições ou deslocamentos acerca do humor, os dois autores optaram por tomar como foco de suas reflexões o riso¹⁴. É necessário deixar claro, neste ponto, que o campo de onde as referidas obras foram enunciadas não foi o científico, mas o filosófico, o que demonstra algo nada raro: o campo científico mobiliza frequentemente simulacros de saberes do campo filosófico, para alimentar os seus próprios processos de produção discursiva. É exatamente o que faremos no tópico inicial deste capítulo, no qual incluímos, ainda, a proposta de Raskin (1985), voz oriunda já do campo científico, porém de um lugar discursivo ainda um tanto diverso do nosso: a Semântica.

Depois desse tópico inicial, abriremos também espaço para a noção de autor de Foucault (1969b), importante para nossa proposta acerca do humor e, por fim,

¹⁴ De antemão, esclarecemos que não estabeleceremos distinção entre humor e riso. Consideraremos que ambos encontram-se relacionados.

destacaremos as ideias de Possenti (1998, 2010) sobre os textos humorísticos, presentes em obra que tem como fundamento a AD e, portanto, é de nosso especial interesse. Iniciemos, então, nosso percurso.

3.1. O humor na Filosofia e na Semântica Linguística

Bergson (1899) produziu uma obra intitulada “O riso”, que tem como subtítulo “Ensaio sobre a significação do cômico”. A partir daí, é possível afirmar que, para o pensador, há uma ligação estreita entre o riso e a comicidade. De forma mais exata, podemos depreender que o riso funciona como consequência lógica da presença do cômico, o que se confirma pelo modo como a teorização do autor se encontra organizada na obra citada.

Uma das primeiras considerações feitas em “O riso” é a de que não há comicidade fora do que é propriamente humano. Assim, além de ser o ser que ri, o homem também é o ser que faz rir, o que nos leva a outra assertiva do autor: o nosso riso é sempre riso de grupo, ou seja, a comicidade precisa de eco para realizar seus efeitos, uma vez que o riso tem sempre significação social. Tais ponderações nos parecem bastante pertinentes, já que podemos reinterpretá-las a partir de nossas bases teóricas e entender que, de algum modo, as palavras do filósofo nos alertam quanto a ter sempre em mente a pressuposição da inserção do ato cômico no universo dos efeitos de sentido que se produzem e funcionam por e para um grupo determinado de sujeitos. Em outras palavras, não é difícil pensar em deslocamentos e releituras da proposta de Bergson (1899), de modo que se evidenciem possíveis compatibilidades teóricas com a nossa perspectiva.

O filósofo prossegue, elencando aquilo que entende poder se enquadrar no cômico, já que está tratando dos esquemas que provocam riso: por exemplo, os automatismos, as inversões daquilo que se espera e o enfoque em algum aspecto físico quando o que está em cheque é uma característica moral. Tomando todos os modelos de comicidade que ele apresenta em um sentido mais amplo, compreendemos que, para o pensador, a vida é uma série encerrada em si mesma e evolui no tempo e no espaço, sempre numa espécie de percurso “adiante”, que

comporta o processo de envelhecimento, sem permitir pausas ou repetições. Diante disso tudo, o cômico seria justamente o desvio no percurso, algo que gerasse repetição, automatismo, inversão da ordem natural das coisas ou interferência de uma série em outra.

A despeito da tentativa de Bergson (1899) de delimitar formas para o cômico, que entendemos estarem diretamente relacionadas às condições de produção do livro em questão, optamos por destacar mais uma afirmação central do autor: o riso é incompatível com a emoção. Em última instância, o que isso significa é que só podemos rir de uma pessoa ou de um grupo de pessoas quando não nos deixamos comover por ela(s). O cômico, então, só teria lugar na medida em que recorresse unicamente à inteligência, à razão, sem emoções ou apiedamentos.

A perspectiva de Bergson (1899) quanto a isso parece-nos especialmente interessante, pois, de algum modo, pode ser relacionado ao que diz Possenti (1998, 2010) acerca do humor em piadas. Para este autor, cuja proposta explicitaremos com mais detalhes adiante, as piadas versam quase que exclusivamente sobre assuntos controversos e, além disso, operam fortemente com estereótipos. Ora, de uma perspectiva discursiva, estereótipos poderiam ser definidos como simulacros do Outro que são elaborados de maneira redutora e, frequentemente, nada lisonjeira. Para rirmos, portanto, de um estereótipo, precisamos, ainda que momentaneamente, deixar de lado a capacidade de empatia por aqueles que estão sendo alvo da piada. Entendemos, desse modo, que há aí um desdobramento a ser considerado: a existência de certo distanciamento, perceptível nos próprios enunciados humorísticos, do enunciador com relação ao Outro cujo simulacro esteja sendo evocado com finalidade de gerar humor.

Após essas considerações acerca de Bergson (1899), passemos a algumas apreciações sobre o trabalho de Propp (1976). O autor começa seu livro tecendo uma crítica às teorias anteriores sobre a comicidade e o riso. Afirma que seus predecessores trataram do tema de forma excessivamente abstrata, frequentemente sem tomar como base para suas propostas os fatos da realidade. Não pretendemos dar conta do caráter ontologizante que está subjacente a essa crítica do filósofo. Importa-nos, primeiramente, mostrar que Propp (1976), apesar do julgamento que fez dos pensadores clássicos do humor, desenvolveu um pensamento que

apresenta pontos de contato importantes com os deles. Assim, podemos elencar pelo menos as três aproximações a seguir, entre Propp (1976) e o anterior Bergson (1899), para ilustrar sua ligação com as teorias antecedentes: assim como Bergson (1899), Propp (1976) defende ser o humor algo inerentemente humano e acrescenta que a natureza inorgânica não pode ser ridícula por não ter absolutamente nada em comum com o homem; destaca, como seu precedente, a possibilidade de gerar o riso a partir de instrumentos linguísticos; entende, por fim, o riso como agressão, algo sugerido por Bergson (1899) ao apontá-lo como uma correção, uma forma de humilhar aquele que, de alguma maneira, toma liberdades com a sociedade.

O aspecto mais explorado na obra de Propp (1976) é o do caráter agressivo do riso, o do riso como forma de zombaria, de escárnio. O autor, então, pontua as maneiras através das quais alguém pode funcionar como provocador e alvo do riso ao mesmo tempo. Para começar, destaca a semelhança entre objetos e pessoas como passível de gerar o riso como reação. Vale ressaltar que, ao defender a relação de semelhança como fonte do riso, o filósofo especifica não estar se referindo a qualquer tipo de similaridade: antes, somente as semelhanças de defeitos devem ser consideradas. Qualidades parecidas, portanto, não causariam riso; apenas aquelas características que parecessem revelar imperfeições físicas e/ou de caráter entre duas pessoas ou objetos teriam seu lugar na análise do autor.

A diferença, por sua vez, também poderia evocar um caráter cômico, já que, manifestando-se a partir da evidenciação de uma característica que certa pessoa não tem, mas que se supunha ser comum a todos, põe luz sobre o ridículo que há naquilo que escapa à norma, que não atende às expectativas mais básicas que a sociedade cria sobre todo e qualquer ser humano. Para o autor, “será cômica a manifestação de tudo que não corresponde a essas normas [...]. Quanto mais ressaltadas as diferenças, mais provável é a comicidade” (PROPP, 1976, p. 62).

Representar o homem como coisa, assim como referir-se a ele como quem se refere a um animal são também recursos produtores de riso, desde que a comparação realizada seja desabonadora. Em outras palavras, podemos dizer que há um potencial cômico no ato de relacionar uma pessoa a um animal ou a uma coisa. Tal potencial, porém, só se realiza se a relação não for feita elogiosamente. Afirmar que se portou como um leão na reunião, por exemplo, se foi um enunciado

produzido como autoelogio, não terá graça nenhuma. Denominar a si mesmo “boi”, contudo, em virtude de uma traição conjugal pela qual passou, já é algo com muito mais probabilidade de soar como cômico.

Por fim, ainda tratando do riso que o sujeito chama a si mesmo, colocando-se como alvo, Propp (1976) fala da possibilidade que se tem de produzir o cômico a partir das representações das profissões. Ressalta a necessidade de, nesse caso, esvaziar a profissão de conteúdo humanístico, social ou de tensão mental e focar em sua descrição técnica e execução.

Depois de elencar essas maneiras de o sujeito gerar riso sobre suas próprias características ou ações, Propp (1976) destaca as formas existentes de o cômico se manifestar pela ação de alguém que quer provocar o riso, mas tomando outrem como alvo. Fala, então, da possibilidade de se “fazer o outro de bobo”, enfatizando o que há nele de negativo, com o fim de rebaixá-lo. Segundo o autor: “O antagonista vale-se de algum defeito ou descuido da personagem para desmascará-la para o escárnio geral” (PROPP, 1976, p.100). Outra estratégia de derrisão¹⁵ salientada é a paródia (que se realiza através do apelo ao exagero, que se dá a partir da utilização de procedimentos como a caricatura, a hipérbole e o recurso ao grotesco).

Neste ponto, parece-nos oportuno tecer algumas considerações acerca de como compreendemos a proposta de Propp (1976), observando-a a partir de nosso olhar discursivo. Como explicitado anteriormente, temos consciência de serem os conhecimentos acima oriundos de outro campo discursivo e, por isso, estamos atentos ao fato de que precisamos considerar também as condições de produção da obra que comentamos. Sabemos ainda, contudo, ser possível dialogarmos com ela, deslocando-a de modo a nos aproveitarmos de certas contribuições que possa trazer para as nossas reflexões acerca do objeto que tomamos para nossas análises e proposições. Desse modo, centraremos nossa atenção na maneira como o filósofo trata da comicidade. Conforme é possível perceber a partir do anteriormente exposto, o autor trabalha com a noção basilar de que o cômico está diretamente relacionado à derrisão, ou seja, para que a comicidade esteja presente é necessário

¹⁵ O termo “derrisão” refere-se ao riso rebaixante, àquele que expõe seu alvo ao ridículo, retirando-lhe credibilidade e legitimidade.

pensarmos em um riso ocasionado pela zombaria, pelo escárnio, pela desqualificação de alguém.

De acordo com o que explicamos anteriormente, Propp (1976) entendia que o riso poderia ser provocado por uma pessoa que desqualificaria a si mesma ou, de outro modo, por uma pessoa que desqualificaria outrem. O que propomos aqui, todavia, é retirar a análise do âmbito pessoal e passá-la para o âmbito discursivo. Sendo assim, compreendemos que o sujeito, para causar a derrisão, produz enunciados nos quais evoca um Outro, a partir da mobilização de seu simulacro, para que seja ridicularizado e desqualificado. Mesmo nos casos em que o enunciador assume uma primeira pessoa gramatical, parece-nos que, se se trata de enunciados produzidos no campo humorístico, há uma espécie de descolamento entre o sujeito que enuncia e o que é enunciado, na medida em que o sujeito faz uma avaliação de si mesmo, de seu próprio estereótipo, estando situado no discurso, mas, ao mesmo tempo, simulando um distanciamento que lhe permite ridicularizar a si mesmo e ao grupo com o qual se apresenta como estando identificado. cremos que esse distanciamento seja fruto mesmo do procedimento de “jogar para o outro” o motivo do riso, já que a derrisão aplicada à primeira pessoa costuma apontar para uma crença ou comportamento de grupo com o qual o enunciador busca fazer com que seu enunciatário se identifique.

Por fim, no que se refere à teoria de Propp (1976), é válido ressaltar que o autor diferenciava dois tipos de riso: o satírico e o humorístico. O primeiro seria o riso derrisório, ou seja, aquele baseado no rebaixamento de seu alvo, na zombaria, enquanto o segundo seria natural, sem significado ideológico ou orientação social. Não levaremos em conta essa distinção, importa deixar claro, por entendermos, segundo os próprios princípios da AD francesa, não haver enunciados humorísticos ou respostas do enunciatário que sejam neutras, como quis sugerir Propp (1976).

Conforme havíamos explicado, buscamos, no campo filosófico, contribuições à nossa proposta. Não podemos deixar de lado, também, a existência de sistematizações importantes para nosso percurso no próprio campo científico e, mais especificamente, oriundas da Linguística. Assim, realizaremos algumas reflexões acerca da teoria de Raskin (1985), publicada na obra “Semantic Mechanisms of Humor”.

Raskin (1985) monta toda a sua teoria sobre uma mesma base: a ideia de que o humor surge a partir de uma dissimilaridade, da observação de uma inconsistência entre um conceito que se estabelece *a priori*, mas é substituído por outro *a posteriori*. O que isso significa é que a produção do humor verbal pressupõe dois princípios, a saber, a compatibilidade total ou parcial com dois scripts¹⁶ diversos; a existência de uma oposição entre os dois scripts. Desse modo, um script (evento estereotipado e seu conteúdo semântico correspondente) é sugerido para que o enunciatário, em certo ponto do enunciado, dê-se conta de que, na verdade, o script para aquele evento é diverso, ou seja, através do mecanismo descrito pelo semanticista, um script se sobrepõe ao outro, provocando o estabelecimento de uma única interpretação. Todo esse esquema parece, inicialmente, bastante apropriado. No entanto, é suficiente refletirmos apenas um pouco mais para que nos demos conta de algo óbvio: nem toda alteração de script é humorística. Para comprovar isso, basta pensarmos nas ambiguidades que, de maneira geral, põem-nos diante de dois scripts, mas também fazem com que não seja difícil decidir qual dos dois levaremos em consideração.

Para especificar ainda mais os mecanismos geradores do humor, Raskin (1985), então, acrescenta mais dois princípios, que complementam o quadro de definição iniciado. De acordo com um deles (terceiro na sequência de princípios identificadores do humor na atividade verbal, estabelecidos pelo autor), temos a alteração de um modo *bona fide* de comunicação para um modo não *bona-fide*, significando a expressão destacada, tão somente, “boa-fé”. Em outras palavras, há, em todo texto humorístico, um percurso que vai da “boa-fé”, quando se inicia a interpretação a partir do script mais óbvio, para a ausência dessa “boa-fé”, que se instaura quando o enunciatário se dá conta de estar diante de uma espécie de “armadilha”, estratégia deliberadamente criada para conduzi-lo à crença de que se depara com um esquema quando, na verdade, o esquema evocado é outro. Esse processo de “enredamento” do enunciatário não ocorre na simples ambiguidade, gerada quase que exclusivamente por acidente. E, quando há ambiguidade e, ao mesmo tempo, a alteração do modo *bona-fide* para o não *bona-fide*, estamos

¹⁶ Segundo Raskin (1985, p. 81), o script é uma estrutura cognitiva convencional interiorizada pelo falante nativo que representa o seu conhecimento de uma pequena parte do mundo

certos de que a ambigüidade em questão já se fez acompanhar do efeito humorístico.

Há ainda o último princípio, estabelecido por Raskin (1985), segundo o qual o texto humorístico inclui um gatilho que indica a passagem da “boa-fé” para a ausência de “boa-fé”. Esse gatilho é, na verdade, a presença de algum elemento linguístico (palavra, expressão, termo, frase etc.) que funciona como indicador da troca do script para o enunciatário. O que observamos com relação ao que propôs Raskin (1985) é que, de fato, há certa parcela de textos humorísticos em que ocorre o percurso da troca de um script por outro. Um caso emblemático seria o de uma famosa crônica de Carlos Drummond de Andrade, intitulada “Caso de Secretária”¹⁷, na qual, desde o primeiro parágrafo do texto, é construída a ideia de que a secretária está, de acordo com o estereótipo social que pesa sobre a profissão, seduzindo seu chefe para com ele passar a noite, aproveitando-se, para isso, de sua solidão e vulnerabilidade, uma vez que é aniversário dele, e nenhum de seus parentes se lembrou de parabenizá-lo.

Apenas no último parágrafo, quando o personagem principal já está no apartamento da secretária e sai do banheiro nu, esperando encontrar a “amante” pronta para uma noite tórrida, o script muda: a família o aguarda, cantando em uníssono “Parabéns pra você”, o que indica que a palavra “caso”, presente no título do texto e inicialmente interpretada como “relação não-oficial, extraconjugal”, significa, com efeito, “história, caso”.

Nesse exemplo, identificamos, de fato, todo o percurso proposto por Raskin (1985) para explicar o humor. Não nos parece, contudo, que esse esquema, que pressupõe os quatro princípios já comentados, dê conta de todos os enunciados humorísticos. Fazemos essa aposta nos baseando, antes de mais nada, na existência de um campo discursivo do humor, a partir do qual são produzidos os enunciados que classificamos como humorísticos. Parece-nos claro que há muito mais a ser associado a tal campo do que o que o esquema de Raskin (1985) permite considerar. Os casos previstos por Bergson (1899), por exemplo, em que a repetição de uma ação (de uma frase, para nos mantermos no nível das manifestações

¹⁷ Publicada em “Cadeira de balanço”, obra presente em: ANDRADE, Carlos Drummond de. Poesia completa e prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1973.

verbais) provoca o riso parecem ilustrar bem o que defendemos. Isso nos leva a concluir, então, que existem, sim, mecanismos linguísticos (mais especificamente, linguístico-discursivos) que servirão como suporte para que nós, analistas, consigamos associar os enunciados ao campo do humor e às práticas discursivas de onde eles são oriundos. E é o reconhecimento desses mecanismos que nos permitirá estabelecer os limites do campo em questão.

Buscando compreender algo mais acerca deles, examinaremos as contribuições de Possenti (1998, 2010) para que tenhamos as considerações da AD francesa com relação ao humor, ou seja, os posicionamentos do próprio lugar discursivo do qual enunciamos. Antes disso, porém, faz-se necessário enfocarmos um outro tema: as questões de autoria no humor. Faremos isso tomando como base Foucault (1969b), o que nos coloca, mais uma vez, em relação com o campo filosófico.

3.2. Considerações sobre a autoria no humor: as contribuições de Foucault

Faz-se necessário tecermos algumas considerações acerca da noção de autoria, exposta por Foucault em seu texto clássico “O que é um autor?”¹⁸. O filósofo, mais uma vez evocado neste trabalho pela pertinência de suas proposições aos nossos objetivos e pelo aproveitamento de suas ideias por parte da AD, trata da diferenciação entre o que ele chama de “nome próprio” e de “nome do autor”. Longe de apresentar definições inequívocas e simples, desde o início de sua exposição, o filósofo deixa claro que o que apresentará são problematizações acerca da questão da autoria e, mais do que repostas, trará perguntas em seu texto.

Diante do texto da palestra, fazemos uma síntese da teorização foucaultiana quanto a essa questão. Com relação ao nome próprio, compreendemos que ele se liga à pessoa que nomeia no sentido mais elementar possível, aquele através do qual aponta para alguém. Entretanto, não se restringe a isso, já que é mais que uma referência, funcionando, de acordo com o filósofo, em alguma medida, como uma

¹⁸ Originalmente, no Bulletin de la Société Française de Philosophie, 63o ano, no 3, julho-setembro de 1969, p. 73-104. (Société Française de Philosophie, 22 de fevereiro de 1969; debate com M. de Gandillac, L. Goldmann, J. Lacan, J. d'Ormesson, J. Ullmo, J. Wahl.)

descrição. O exemplo por ele apresentado para ilustrar a ideia de nome próprio é o de quando se diz um nome como “Aristóteles”. Aí, o emprego da palavra equivale a uma descrição ou a uma série de descrições definidas, como aquelas pelas quais se enuncia “o autor das Analíticas” ou “o fundador da ontologia”, entre outras possíveis.

A questão do nome de autor, contudo, é mais complexa. Observemo-la a partir das palavras do próprio Foucault (1969b, p. 276):

[...] um nome de autor não é simplesmente um elemento em um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por um pronome etc.); ele exerce um certo papel em relação ao discurso: assegura uma função classificatória; tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros. Por outro lado, ele relaciona os textos entre si; Hermes Trismegisto não existia, Hipócrates, tampouco - no sentido em que se poderia dizer que Balzac existe -, mas o fato de que vários textos tenham sido colocados sob um mesmo nome indica que se estabelecia entre eles uma relação de homogeneidade ou de filiação, ou de autenticação de uns pelos outros, ou de explicação recíproca, ou de utilização concomitante. Enfim, o nome do autor funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer "isso foi escrito por tal pessoa", ou "tal pessoa é o autor disso", indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status.

Considerando tudo isso, entendemos que o nome de autor, diferentemente do que ocorre com o nome próprio, não ultrapassa os limites dos enunciados produzidos, ou seja, o nome de autor é algo que está nos textos em si, recortando-os e separando-os dos demais discursos, instaurando uma ruptura decorrente da diferença de um grupo de discursos com relação aos outros e, ao mesmo tempo, semelhantes entre si.

É necessário esclarecer, ainda, não ser o que Foucault (1969b) denomina de “função-autor” algo presente em todos os enunciados produzidos. Na verdade, para todos os textos é válida a afirmação de que podem ter um signatário, um redator. A presença da função-autor, porém, depende de quatro características que funcionam como pré-requisitos para sua existência: estar ligada a enunciados que sejam objeto de apropriação; não ser exercida de maneira universal e constante em todos os

discursos; ser o resultado de uma operação complexa que constrói um certo “ser de razão”; não remeter a um único indivíduo real, mas funcionar como uma “função-sujeito” que pode ser ocupada por diferentes indivíduos.

A primeira característica remete à relação existente entre a função-autor e o sistema jurídico e institucional que contém, determina e articula o universo discursivo. A autoria conforme se estabeleceu em nossa sociedade contemporânea, então, pressupõe tanto o direito sobre um texto quanto a responsabilização do indivíduo pelo que diz. É o que possibilita, por exemplo, que alguém pleiteie judicialmente a obtenção de direitos sobre determinada obra ou, em outra situação, tenha de responder por processo em virtude de algo que disse ou escreveu e que atingiu outra pessoa ou um grupo de pessoas. O fato é que, neste ponto, parecemos encontrar as noções de indivíduo e de sujeito do discurso mais imbricadas do que costuma ocorrer na AD. Compreendemos, entretanto, que o que ocorre neste caso é a aproximação máxima entre o nome de sujeito (que diz respeito ao indivíduo) e o nome de autor (diretamente relacionado à instância discursiva).

Quanto à segunda característica, o fato é que os discursos no qual há a função-autor não a têm funcionando todos da mesma maneira. O exercício da função-autor na literatura, por exemplo, não é o mesmo que ocorre no humor (este, será comentado adiante), e nem um mesmo discurso se configura, no decorrer do tempo, exatamente da mesma maneira, no que concerne à função-autor. Esse é o caso da literatura, em que, há alguns séculos, os textos se produziam e circulavam, com muita frequência, de maneira anônima. Na sociedade contemporânea, contudo, a função-autor na literatura é bastante significativa, tendo-se tornado objeto de fixação por parte tanto dos próprios enunciatários desses enunciados quanto de teóricos que se debruçam sobre questões de autoria na literatura, sob os mais diversos pontos de vista.

No que concerne à terceira característica, afirmamos com Foucault (1969b) que a função-autor não remete simplesmente a um indivíduo real. Na verdade, ela cria uma instância abstrata e complexa, que podemos identificar ao próprio sujeito do discurso do qual a AD trata, o que nos põe diretamente no âmbito da quarta característica: a autoria, enquanto função, pode ser ocupada por diferentes sujeitos, desde que todos os enunciados produzidos se encontrem de acordo com uma

discursividade determinada. Ou seja: o autor não é uma pessoa, é um lugar que será sempre ocupado por qualquer indivíduo que produzir enunciados de acordo com um conjunto de aspectos demarcadores e identificadores de certo discurso.

Exemplifiquemos tomando a bastante conhecida história da obra “Marxismo e filosofia da linguagem”¹⁹ sobre a qual paira, até hoje, a dúvida quanto a quem, efetivamente, a teria escrito, se Bakhtin ou um de seus discípulos, Volochínov. Do ponto de vista da função-autor, tal polêmica não faria o mínimo sentido, pois, se há aí a possibilidade de ambos terem escrito o texto, isso significa que os dois produziram seguindo as regras e de acordo com os limites da mesma discursividade. Assim, podemos dizer que há um autor, denominado historicamente Bakhtin, que não é mais que uma função, tendo esta, possivelmente, sido exercida por mais de uma pessoa.

Tomando como base tudo o que foi exposto neste tópico, importa-nos refletir sobre a função-autor no campo discursivo humorístico. Primeiramente, é necessário deixar claro que o humor não deve ser entendido como um único discurso. Um único discurso pressuporia uma unidade em termos ideológicos e de regras de funcionamento, no que concerne ao que pode e deve e ao que não pode e não deve ser dito, que os enunciados humorísticos não têm. Já dissemos ser o campo discursivo, segundo Maingueneau (1997, p.116), “um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região”, ou seja, o campo é uma parte do universo discursivo onde se encontram vários discursos, delimitando-se mutuamente e estabelecendo entre si relações de aliança, concorrência ou neutralidade, além de se encontrarem ligados pelo fato de serem formas diferentes de responder às mesmas perguntas, formuladas em certas condições de produção.

Compreendemos, assim, o humor como um campo discursivo que defendemos comportar vários discursos e, portanto, diferentes ideologias. Por esse motivo, os enunciados oriundos do campo humorístico não apresentam necessariamente os mesmos posicionamentos, uma vez que são produzidos a partir

¹⁹ Publicado, pela primeira vez, em Leningrado (hoje, São Petersburgo, Rússia), em 1929.

de discursividades diversas. O lugar discursivo de onde se enuncia uma piada sobre nordestinos, por exemplo, não é o mesmo a partir do qual os memes do Suricate Seboso²⁰ são enunciados, sendo possível, inclusive, afirmar que estamos diante de dois discursos que estabelecem entre si relação de concorrência.

Dito isso, a partir desse esclarecimento, podemos prosseguir com as considerações acerca da autoria no campo discursivo humorístico. O que propomos aqui é que, hoje, esse sistema de discursividades é um dos casos em que podemos falar da presença da autoria. Pensando nas quatro características essenciais para determinar a existência da função-autor nos discursos que circulam socialmente, concluímos que várias das práticas discursivas incluídas no campo humorístico, por vezes, as apresentam.

Identificamos, desse modo, cada uma das características. A primeira, que se refere à possibilidade de apropriação do discurso, é algo cada vez mais forte em nossa sociedade. Observamos que a tradicional “blindagem” com que os discursos humorísticos contavam, que garantia a já referida possibilidade de se dizer tudo, desde que se dissesse de forma “engraçada”, como brincadeira, encontra-se cada vez mais frágil, cada vez mais passíveis de críticas por parte de vários setores da sociedade, uma vez que estes estão muito menos predispostos a aceitar qualquer coisa que se diga exclusivamente por ter sido afirmada de modo humorístico. Essa mudança está diretamente relacionada ao fato de que, se, antes, os enunciados de humor circulavam sem autoria, como repetições de textos anônimos, sem um “responsável” pelos ditos, hoje, principalmente com a popularização da modalidade denominada “stand-up comedy”, os textos passam a ser associados a certos nomes próprios que, muitas vezes, são elevados à categoria mesmo de nome do autor. Já há, por exemplo, quem identifique certos textos como “do Rafinha Bastos”, “do Danilo Gentili”, da “Samanta Schmutz” etc. Em decorrência disso, muitos humoristas acabam por ser severamente criticados e, por vezes, processados, em virtude de piadas ou “casos” contados em seus shows, fato com o qual eles não se encontravam acostumados e que tem gerado muita polêmica na mídia, justamente

²⁰ Suricate Seboso é o nome de uma página do facebook que produz conteúdo humorístico, utilizando-se, para isso, do estereótipo do cearense de classe média baixa. O tom não é de diminuição ou destruição do objeto do riso, e sim de busca de adesão e identificação entre enunciador e enunciatário, de modo que aquele que acompanha as postagens se veja representado ali, ria de si mesmo e compartilhe para que os amigos da rede social também possam se identificar.

por ainda haver vozes que buscam defender o caráter intocável que o humor tinha quando ainda não havia a apropriação dos enunciados humorísticos.

A segunda característica, segundo a qual não há homogeneidade na maneira como a função-autor se exerce em discursos diferentes ou no mesmo discurso em épocas diferentes também fica evidente no que se colocou acima acerca do campo discursivo humorístico. Conforme já explicitado, tal campo, no passado, não comportava a função-autor associada a seus enunciados, o que se alterou nos últimos anos, em virtude de modificações sociais, trazendo a autoria para o âmbito do campo do humor.

No que concerne às características terceira e quarta, impossíveis de serem comentadas em separado, podemos citar um caso ilustrativo. Como já explicamos, tais características dizem respeito ao fato de que os enunciados de uma discursividade fazem emergir um complexo ser de razão, que não pode ser confundido com um indivíduo real. Retomemos, pois, o exemplo já citado do Suricate Seboso. Há, de acordo com o que expusemos, uma página em rede social na qual são produzidos os textos que apresentam os suricates como personagens-enunciadores. Algo interessante, porém, vem acontecendo nos meios em que esses enunciados circulam: pessoas comuns, de nenhuma maneira relacionadas à página oficial, passaram a elaborar seus próprios memes, apresentando os suricates como personagens-enunciadores. Percebemos, então, que estamos diante de textos aos quais se pode associar um nome próprio e, provavelmente, um nome de autor²¹. Independente de serem todos os textos produzidos pelos mesmos indivíduos, o fato é que os personagens, as imagens, as estruturas sintáticas, as sugestões fonéticas, o léxico selecionado, tudo isso remete aos textos percebidos como parte de uma mesma discursividade, em virtudes das qualidades e regularidades que mostram.

3.3. Subsídios teóricos da AD francesa sobre o humor: a obra de Possenti

Nos últimos anos, muitos trabalhos em AD, realizados sobre corpora humorísticos, foram disponibilizados ao público acadêmico. De forma geral, todavia,

²¹ Diego Jovino é o dono da página Suricate Seboso. Tem-se tornado cada vez mais conhecido nos meios virtuais por causa dos memes associados a ele.

esses trabalhos se configuravam como aplicações de uma mesma proposta teórica, que se tornou clássica para os que se dedicam ao estudo das Teorias do Discurso no Brasil: a de Possenti (1998, 2010). Por esse motivo, iniciaremos nossa apresentação dos subsídios teóricos da AD sobre o humor, utilizando as ideias defendidas na referida obra.

Segundo o autor, o estudo de textos humorísticos é especialmente relevante para a AD porque, através deles, circulam sentidos que, em quaisquer outros enunciados, seriam interditados. O que isso significa é que o campo discursivo do humor funciona diversamente dos demais, no sentido admitir que determinados efeitos de sentido sejam mobilizados sem que sobre sua produção enunciativa incidam certas limitações socialmente estabelecidas acerca do que pode e do que não pode ser dito.

Assim, a interdição a certos temas ou a proibição à produção de certos enunciados, fatos comuns nas mais diversas sociedades, são suspensas quando o enunciado produzido é constituído a partir do campo discursivo humorístico. De acordo com Possenti (1998, 2010), portanto, o analista do discurso pode se utilizar dos textos de humor “para tentar reconhecer ou confirmar diversas manifestações culturais e ideológicas, valores arraigados.” (POSSENTI, 1998, p.25) Discursos subterrâneos, cotidianamente reprimidos, seriam, então, mobilizados nessa situação “especial” provocada pelo acontecimento que é o enunciado oriundo do campo humorístico. Afirmarções que, ao menos em público, não seriam feitas por serem consideradas racistas, sexistas, homofóbicas, politicamente incorretas etc. passam a ser produzidas com bastante naturalidade quando envoltas pela proteção secularmente concedida ao que recebe a classificação de “humorístico”.

Tomando como base Raskin (1985), Possenti desenvolve um trabalho com as características do humor, utilizando-se, para isso, da noção de gatilho desencadeador do efeito humorístico, devida ao semanticista. É necessário, aqui, deixar claro que o analista no discurso em questão opta por especificar seu objeto de análise e finda por focar o gênero piada. Assim, elenca os gatilhos linguísticos capazes de produzir efeitos de sentido humorísticos em enunciados. Vejamos alguns exemplos de tipos de gatilhos que o autor apresenta e os níveis linguísticos em que eles se manifestam.

Primeiramente, podemos mostrar um texto no qual, utilizando a proposta de Possenti (1998, 2010), identificamos o efeito de humor sendo produzido a partir de um gatilho do nível fonológico. Para tanto, observemos a tirinha abaixo:

FIGURA 1²²



Segundo Possenti (1998, 2010), em um texto como esse, o efeito de sentido humorístico deve ser observado a partir do gatilho linguístico utilizado. No caso, estamos diante de uma dupla possibilidade de interpretação da palavra “chokito”, uma que é a pretendida pela personagem que afirma querer muito um chokito, ou seja, um chocolate que leva esse nome; outra, a de que, na verdade, ela deseja tomar um choque ou um pequeno choque, que é o que o marido interpreta. Assim, há dois scripts disponíveis: um, mais provável, gerado pela fala da personagem feminina no primeiro quadrinho; outro, menos provável, que se sobrepõe ao primeiro para produzir o efeito de sentido humorístico. Há algumas coisas importantes aí.

Mais relevante do que mostrar as duas possibilidades interpretativas (ou scripts) presentes nos texto, consideramos que devemos destacar o fato de que não encontramos apenas o nível fonológico sendo mobilizado para que o gatilho de humor seja ativado. Compreendemos haver, sim, uma questão fonológica quando o personagem entende que sua companheira está falando de um choque elétrico, e não do chocolate, já que, em “chokito”, o /o/, presente na primeira sílaba, é pronunciado como vogal posterior média-alta arredondada (na maioria esmagadora das variedades linguísticas brasileiras), enquanto, em “choquito”, a pronúncia seria

²² Disponível em: www.humorface.com

de uma vogal média-baixa (independentemente da variedade linguística em questão). O que demonstramos, com isso, é a sobreposição de um script sobre outro em virtude da ausência de importância dada a um par mínimo que se forma, ou seja, a uma oposição com valor fonológico.

Mais que isso, porém, deve ser observado. Há, ainda, uma questão morfológica. Em “chokito”, temos uma palavra cujos elementos mórficos formativos não são apreendidos individualmente pelos falantes da língua. É uma forma percebida como primitiva, sem derivações já aplicadas. Tanto que podemos elaborar seu diminutivo e teremos, como resultado, “chokitozinho”. Já em “choquito”, estamos diante de forma com sufixo diminutivo já aplicado, no caso, “-ito”, nada comum em português, apesar de possível. O mais usual, nesse caso, seria dizer “choquezinho”, ou mesmo “choquinho”, forma mais cotidiana, mais popular. O segundo nível de análise a partir do qual entendemos ser a palavra “chokito” o gatilho linguístico da tirinha, portanto, é o mórfico. Isso já nos coloca diante de algo não tão explorado por Possenti (1998, 2010), pois, com certa frequência, percebemos a existência de níveis linguísticos sobrepostos nos elementos compreendidos como gatilhos, mas apenas um nível é destacado pelo autor.

Outro exemplo possível, do ponto de vista de Possenti (1998, 2010), para tratar de scripts e gatilhos, é o seguinte. Nele, o nível de análise mais relevante é o morfológico, mas há também que se considerar a importância do fonológico para que se entenda a composição do gatilho do humor.

FIGURA 2²³



²³ Disponível em: blog.drpepper.com.br

Nessa tirinha, temos um personagem que se define profissionalmente como “ex-terminador”²⁴, ou seja, ele trabalhou, no passado (por isso, “ex”), como alguém que dava nomes às coisas, criava termos, portanto. Na conversa, o interlocutor, porém, entende que ele é um “exterminador”, alguém (no entendimento do referido interlocutor, um robô, provável referência ao filme “O exterminador do futuro”) que extermina, mata pessoas. Aí, o gatilho é a própria palavra “ex-terminador”, que poderia ser interpretada segundo dois scripts: 1) o de que ele mata pessoas; 2) o de que “ex”, no caso, é prefixo indicativo de atividade / ação / condição do sujeito no passado e, por isso, ele é alguém que dava nomes às coisas em momento anterior ao da enunciação. Mesmo que nossa análise parta desse gatilho, considerando-o morfológicamente, não podemos negar o aspecto fonológico que também sustenta o humor presente no texto, já que as curvas entoacionais de “ex-terminador” e “exterminador” seriam, certamente, diferentes, apesar de obviamente semelhantes.

Por fim, seguindo nosso propósito de apenas ilustrar a proposta do autor, vejamos um caso em que o gatilho seria a dupla possibilidade de interpretação da dêixis, ocorrência também destacada por Possenti (1998, 2010):

FIGURA 3²⁵

ENQUANTO ISSO NO HOSPÍCIO...

O louco se atira do terceiro andar do hospício. Logo, junta uma multidão em volta dele e um sujeito, percebendo que ele ainda está vivo, pergunta:

- O que aconteceu, cara?

E o louco:

- Não sei! Eu tô chegando agora!



O que ocorre na piada acima é que o gatilho está na ausência de explicitação do elemento dêitico. Assim, a pergunta “O que aconteceu, cara?”, que se refere à

²⁴ Na tirinha, não há o hífen separando o prefixo da palavra. A prefixação é indicada pelo uso do negrito somente em “terminador”, no segundo quadrinho.

²⁵ Disponível em: <http://copicola.com/2012/01/19/enquanto-isso-no-hospicio/>

pessoa com quem se fala, ou seja, à 2ª pessoa do discurso, e que, explicitamente, ficaria algo como “O que aconteceu contigo, cara?”, por causa da ausência da referência de pessoa, faz com que seja possível a emergência de outro script que, na fala do louco, se sobrepõe ao anterior, mais provável: o de que o dêitico implícito seria o de lugar (“O que aconteceu aqui, cara?”).

É de fundamental importância ressaltar que, na proposta de Possenti (1998, 2010), a análise não se restringe à identificação do gatilho e dos dois scripts possíveis. Se assim fosse, teríamos apenas uma repetição do que já estava colocado em Raskin (1985). A identificação do gatilho, para Possenti (1998) deve ser compreendida como ponto de partida para o exame do humor, já que é o aspecto da materialidade linguística responsável pelo efeito de sentido humorístico de forma mais direta, mais imediata. Tal efeito, entretanto, não se sustenta exclusivamente sobre a presença do gatilho, pois pressupõe uma análise não somente linguística, mas linguístico-discursiva. Assim, ao identificarmos o gatilho, estamos identificando um mecanismo de produção de efeitos de sentido que funciona no interior de certa discursividade, mobilizando estratégias e enunciados próprios daquele discurso, evocando valores e ideologias que são ditos a partir de certo lugar discursivo.

Assim, tomando o primeiro texto, que tem a palavra “chokito” como gatilho, observamos o pedido da esposa em um texto fundamentado na repetição de estereótipos (o que, de acordo com o autor, é uma característica das piadas): nele, a mulher-esposa é velha e feia; além disso, perturba a paz de seu marido, fazendo-lhe um pedido na hora em que este deseja repousar e dormir. O esquema da esposa sem atrativos físicos e constantemente tomando atitudes com a finalidade de tirar seu marido do que está fazendo, incomodando-o, principalmente, através de exigências consideradas “chatas”, é bastante comum em textos humorísticos. Observamos os mesmos efeitos de sentido no meme a seguir:

FIGURA 4²⁶

São comuns também textos nos quais outros estereótipos aparecem repetidos: o da esposa mais jovem, bonita e infiel; o do marido que tem uma esposa feia e uma amante atraente; o da esposa que faz de tudo para fugir do sexo com o marido; o do marido sexualmente impotente; o do marido que deixou de ter interesse sexual pela esposa, entre outros. Vale salientar que todos os citados se restringem apenas a estereótipos relacionados ao tema “casamento”. Para qualquer tema de base que pudéssemos citar, haveria uma série de lugares comuns, de já-ditos, que, de alguma maneira, encontram-se relacionados a ideologias e, conseqüentemente, a discursos que circulam socialmente.

²⁶ Disponível em: <http://memetizando.com/2012/07/14/esposa-feia/>

Assim, concluímos que, para Possenti, a identificação do gatilho é apenas o primeiro passo da análise, servindo como uma espécie de indicador dos estereótipos que são mobilizados e de como o efeito de sentido do humor é produzido no discurso que se utilizou daquele gatilho. No caso do último texto mostrado, o autor identificaria o gatilho em um “implícito”. A ideia implícita, no texto em questão, seria a de que a esposa, por ser feia, faria com que os vizinhos mesmos desejassem consertar a janela, para não ter de vê-la sem roupa, no banho. O exame do texto, então, seria feito a partir daí, considerando-se os aspectos discursivos anteriormente referidos.

Expusemos, neste tópico, a perspectiva de Possenti acerca do humor. Faz-se necessário, antes de prosseguirmos, esclarecer que entendemos haver alguns problemas na proposta do autor, principalmente, no aproveitamento da ideia de scripts de Raskin (1985). O fato é que essa ideia se aplica muito bem à análise de piadas, objeto do pesquisador. Entretanto, conforme veremos adiante, não explica o funcionamento do humor em outros textos. Passemos, então, à nossa proposta acerca do campo discursivo humorístico, proposta que justifica a escolha de tal campo como fonte de onde retiramos nosso exemplário.

3.4. A interincompreensão como base para o humor

Após montar todo esse quadro acerca do humor e de como diferentes autores, com vinculações teóricas diversas, trataram dele, exporemos nossa perspectiva acerca do assunto, o que finda por explicar, como dissemos, o motivo pelo qual nosso exemplário é composto por enunciados do campo discursivo humorístico.

Conforme já adiantamos em capítulo anterior, Maingueneau (1983, 1984) apresenta a interincompreensão regulada como a ausência mútua de compreensão entre dois discursos diferentes, de modo que: 1) ao interpretar o enunciado do Outro, essa interpretação nunca se dê conforme os efeitos de sentido que esse enunciado produz em seu discurso de origem; 2) ao falar do Outro, o discurso-agente esteja sempre elaborando um simulacro desse Outro, o que se deve ao fato

de, para um discurso, ser impossível enunciar fora das suas próprias regras. Assim, ainda que esteja tentando reproduzir o dizer do Outro, um discurso sempre diz a si mesmo, pois seus enunciados são produzidos conforme uma espécie de grade semântica da qual um lugar discursivo específico não tem como prescindir.

Segundo Maingueneau (1983, 1984), a interincompreensão é constitutiva de todos os discursos e encontra-se atrelada à própria noção de interdiscurso. Este trabalho, de acordo com o que afirmamos em vários pontos, propõe uma perspectiva mostrada acerca da interincompreensão, uma vez que entendemos existirem mecanismos linguístico-discursivos, portanto, passíveis de serem identificados na materialidade do discurso, que evidenciam a ausência de entendimento interdiscursiva de que estamos tratando.

Apesar de não termos a intenção de anteciparmos, neste tópico, os detalhes acerca da sistematização que propomos para a interincompreensão, demonstraremos, aqui, como boa parte dos enunciados do campo discursivo humorístico também se encontra sustentada na polêmica discursiva, de maneira que as manobras utilizadas para evocar o simulacro do Outro como forma de produzir efeitos de sentido associados ao humor já possam começar a ser observadas.

Mostraremos, então, alguns exemplos de textos humorísticos, de gêneros variados e, a partir dos enunciados em questão, começaremos a delinear nossa proposta acerca da interincompreensão e de como ela colabora para a produção do efeito de sentido de humor. Para tanto, começemos com um exemplo clássico, o da piada de loira. Aqui, ela foi transposta para o gênero tirinha.

FIGURA 5²⁷

Os textos humorísticos que são construídos para provocar o riso a partir da representação estereotipada das mulheres loiras são um ótimo exemplo inicial, levando em conta nossos objetivos. Observemos que, nesse texto, há muitos elementos já explorados quase exaustivamente em enunciados anteriores, guardados na memória discursiva de uma quantidade enorme de sujeitos do discurso. Referimo-nos à figura feminina, de cabelos loiros, geralmente jovem, bonita, utilizando roupas justas e decotadas e, principalmente, dizendo algo muitíssimo tolo ou se comportando de forma totalmente absurda, tudo isso para deixar mais do que clara sua ausência de inteligência.

Caso optássemos por uma análise de acordo com Possenti (1998, 2010), iniciariamos identificando o gatilho: a palavra “própria”, que poderia ser interpretada através de dois scripts. O primeiro seria o mais óbvio, aquele segundo o qual qualquer pessoa com níveis mínimos de inteligência entenderia a situação, a saber, o script em que “própria” funciona como uma espécie de dêitico que aponta para a pessoa que fala. O segundo, por sua vez, seria aquele de acordo com o qual “própria” seria entendido como o nome da pessoa que está falando, ou seja, nesse script, a loira, por sua falta de capacidade intelectual, entende que, ao responder “É a própria”, a pessoa do outro lado da linha está se apresentando pelo primeiro nome.

²⁷ Disponível em: www.humortadela.com.br

Depois que identificássemos o gatilho e os dois scripts, cuidando para não perdermos de vista aquele que, no texto, se sobrepõe, deveríamos relacionar tudo isso aos estereótipos, aos já-ditos acerca do mesmo assunto, aos aspectos ideológicos subjacentes à tirinha, às relações interdiscursivas aí presentes etc. Chegaríamos, possivelmente, a conclusões semelhantes às que o próprio Possenti (1998, 2010) chegou ao estudar as piadas de loira: o estereótipo da loira reproduzido e alimentado através das piadas é, em última instância, a manifestação do discurso machista, segundo o qual as mulheres bonitas e cuja aparência e o comportamento sugerem vida sexual ativa não podem ter agregada a si a característica da inteligência. Assim, em vez de apenas “retratar a realidade”, como muitos piadistas afirmam fazer ao reproduzir esses discursos, o que se faz, a partir das piadas de loira, é reforçar um posicionamento ideológico que, no fim das contas, perpetua certas relações sociais de poder secularmente estabelecidas.

De nosso ponto de vista, contudo, a análise não pararia aí. Observaríamos que tais textos forjam um grupo supostamente coeso, o das “loiras burras”, que, como seres desprovidos de inteligência, produziriam enunciados completamente estapafúrdios, que apenas comprovariam sua óbvia falta de dotes mentais. A partir daí, perceberíamos que certos enunciados são atribuídos à personagem loira, como se por ela tivessem sido efetivamente produzidos. Eis o simulacro do Outro de que falamos em ponto anterior deste trabalho. Não foi uma loira que, irmanada com as demais em sua parvoíce, disse o que no texto se atribui a ela. Do lugar discursivo do enunciadador da tirinha-piada foi que se produziu tal enunciado, de acordo com as regras de funcionamento do lugar em questão.

Aqui, vale a pena uma observação importante: o gesto enunciativo de criar um simulacro para o grupo composto pelas “loiras burras” é o mesmo que instaura a existência do próprio grupo. Poder-se-ia pensar, então, ser este caso diferente do das piadas racistas, por exemplo. Afinal, o grupo dos negros está aí, estabelecido a partir de um dado da “realidade”, ou seja, de algo observável e irrefutável nos referentes em si. Não nos esqueçamos, porém, de que essa construção dos negros como grupo foi uma elaboração histórica, produzida primordialmente por aqueles que se viam como diferentes deles. Em outras palavras, foi necessário que, em algum momento, esse recorte “brancos x negros” tenha sido feito, de maneira que os

brancos enunciaram os negros, estabelecendo a relação de diferença da maneira como conhecemos. Assim, se a existência dos dois grupos nos parece dada a priori, isso deve ao fato de que os discursos nos constituem de maneira intensa, a ponto de nós os compreendermos como a “realidade”.

No caso das “loiras burras”, torna-se mais fácil percebermos que o gesto enunciativo cria o grupo, pois estamos diante de um conjunto de textos mais recente e ao qual parece já ter-se dado existência com finalidades humorísticas. Não nos esqueçamos, porém, daquilo que nos indicou Possenti (1998, 2010): as piadas de loira são piadas sexistas e, ainda que disfarçadamente, têm como alvo as mulheres em geral.

Organizando o que foi dito acerca da interincompreensão que há nesse texto, temos o seguinte: 1) um sujeito, que produz seus enunciados a partir de certo lugar discursivo; 2) o Outro desse discurso de onde o sujeito enuncia e que, no caso, seriam as “loiras burras”, explicitamente, e as mulheres em geral, implicitamente; 3) a construção de um simulacro desse Outro pelo sujeito do discurso em questão, simulacro que se constitui, principalmente, pela produção de enunciados atribuídos ao Outro.

Vale a pena salientar que, nesse esquema todo, a voz é sempre a mesma, sempre a do Mesmo, ainda que seu sujeito, estrategicamente, enuncie como se desse lugar ao dizer do Outro. Essa cessão da palavra, de fato, nunca ocorre, até porque, conforme já explicamos, a partir do momento em que os enunciados são produzidos de certo lugar discursivo, as regras que serão seguidas, para produção e interpretação, serão sempre as desse lugar, não sendo possível que o sujeito que daí enuncia compreenda ou produza enunciados através das mesmas regras que o sujeito de seu Outro utilizaria. Assim, é impossível a um sujeito acessar os efeitos de sentido dos enunciados de outra discursividade. Até porque, se tal manobra fosse admissível, o sujeito estaria irremediavelmente situado dentro daquele discurso e, portanto, ele já não seria seu Outro.

Após reforçarmos algumas ideias acerca da noção de interincompreensão, faz-se necessário esclarecermos como ela funciona como fundamento para enunciados produzidos no campo humorístico. Tomando como base ainda a piada

de loira anteriormente apresentada, coloquemos diante de nós a tarefa de analisar que mecanismos linguístico-discursivos provocam o efeito de sentido humorístico no texto. Com base em Raskin (1985) e em Possenti (1998, 2010), poderíamos falar dos dois scripts já comentados e de como o fato de o menos provável se sobrepor é o elemento gerador de riso. Poderíamos, também, deixar de lado a noção de script e afirmar, simplesmente, que o humor surge da resposta absurda dada pela loira e de nossa conseqüente percepção acerca de sua falta de inteligência. De uma forma ou de outra, o mais importante é que tenhamos clareza de que o sustentáculo do efeito de sentido humorístico, no exemplo analisado, é a interincompreensão.

Caso consideremos a perspectiva que coloca diante de nós dois scripts diferentes, poderemos dizer que o script em que “própria” funciona como menção a si mesma, feita pela interlocutora da loira ao telefone, é o script que o enunciador da piada associa a si, ou seja, é a maneira como esse enunciador sugere que interpretaria o texto. Em contrapartida, o outro script, aquele em que “própria” é entendido como o nome da interlocutora da loira, é evocado como enunciado desse discurso Outro sobre o qual se pretende gerar riso. Vale a pena lembrar que não temos um enunciado proferido a partir de outra discursividade aqui. O que temos é um simulacro do que seria enunciado pelo Outro e, em última instância, um simulacro do próprio Outro. E o mais relevante: ainda que um enunciado fosse efetivamente produzido em um discurso e, depois, reproduzido em outro, ele já não seria o mesmo enunciado. Certamente, seria a mesma frase. Entretanto, passaria a ter seus efeitos de sentido regidos por outras regras e, por isso, ainda que atribuído pelo Mesmo ao seu Outro, manter-se-ia em sua condição de simulacro.

De outro modo, conforme sugerido anteriormente, ainda que não seja considerada a noção de script, teremos a interincompreensão como fundamento para o efeito de sentido humorístico. Nesse caso, a resposta absurda dada pela loira é considerada, de modo mais direto, o simulacro do Outro elaborado pelo discurso-agente. E é justamente a evocação desse simulacro e a sua interpretação a partir do lugar discursivo do Mesmo que faz com que os leitores da tirinha-piada a recebam como humorística, provocadora de riso.

Uma última observação, neste ponto, faz-se necessária. Nos textos humorísticos, o simulacro do Outro que é elaborado é o que provoca o efeito de

sentido de humor. Isso se deve ao fato de que o alvo desses textos, ou seja, aquilo que é destacado para ser ridicularizado, é justamente esse simulacro. Nesse processo de evocar para desqualificar, ridicularizar, o sujeito que produz o enunciado humorístico pressupõe adesão de seu enunciatário. Em outras palavras, o que isso quer dizer é que o enunciador de um discurso do campo do humor já enuncia de modo a forjar a colocação de seu enunciatário no mesmo lugar discursivo de onde ele produz seus enunciados. Não se pode negar que estamos diante, aí, de eficiente estratégia linguístico-discursiva que, de algum modo, contribui para a tradicional salvaguarda atribuída ao discurso humorístico. Isso se dá porque é exatamente essa estratégia para garantir adesão por antecipação que dá margem a que se diga, dos enunciados humorísticos, que são apenas brincadeiras, piadas, e, por isso, não há motivo para levá-los em conta como algo mais significativo.

Após explicar os mecanismos básicos da interincompreensão como base para o efeito de sentido humorístico, examinemos mais um texto.

FIGURA 6²⁸



O texto acima, um meme retirado da página do facebook intitulada “Suricate seboso”, é um exemplo interessante porque se diferencia do enunciado anterior em

²⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/suricateseboso?fref=ts>

certos aspectos. Se, na tirinha-piada, ficava bem mais clara a relação estabelecida entre o discurso do enunciador e seu Outro, que funcionava como alvo da zombaria ou da ridicularização, no caso do meme, entendemos estar diante de um texto em que isso ocorre de forma mais complexa, uma vez que o lugar discursivo de onde o sujeito enuncia parece ser o mesmo do alvo da zombaria, ou seja, haveria uma espécie de troça que o enunciador faria consigo mesmo e com todos aqueles que com ele compartilham o mesmo sistema de regras de produção e compreensão de enunciados.

Assim, no meme selecionado, o efeito de sentido do humor surge, em primeira instância, por identificação do enunciatário com o que está colocado no texto. Em outras palavras, o enunciatário, ao ter acesso ao meme, coloca-se como sujeito possível do que é dito, como ator possível dos comportamentos adotados. Entretanto, é necessário deixar claro que, apesar do efeito de realidade transmitido por esses enunciados, eles não correspondem exatamente ao funcionamento do discurso do enunciador e nem de seu enunciatário.

Na verdade, tais enunciados forjam um universo de sentidos completamente pautado no exagero, tanto presente nos procedimentos representados (o personagem que assume a primeira pessoa é o próprio super-homem, ao salvar a mãe dos males que a chinela virada pode causar), quanto na linguagem utilizada, que pode ser associada ao estereótipo do cearense adolescente de classe média-baixa. E são exatamente esses recursos ao exagero e ao estereótipo que produzem o efeito de sentido humorístico. A identificação do enunciatário, portanto, dá-se na medida em que ele compartilha, não o lugar discursivo do enunciado produzido pelo sujeito-personagem, mas o lugar discursivo do sujeito maior, o enunciador que produz o próprio meme e que constrói um simulacro para esse sujeito-personagem que aparece representado.

Assim, o que, inicialmente, parecia um “rir de si mesmo”, revela-se, mais uma vez, como o “rir do simulacro do Outro”, pois, mesmo que o enunciatário creia estar identificado, em algum nível, com o sujeito-personagem, o que ocorre é que esse sujeito faz parte de um estereótipo que possibilita a elaboração do simulacro do Outro, tanto por parte do enunciador do meme quanto por parte de seu enunciatário. Ao fazerem parte do processo que gera o efeito de sentido humorístico,

fundamentado no simulacro desse Outro, mesmo na ilusão de serem parte (e, talvez, até em decorrência dessa ilusão), enunciador e enunciatário findam por marcar o distanciamento de seu lugar discursivo com relação ao lugar discursivo de onde são oriundos os enunciados atribuídos ao sujeito-personagem e podem, assim, rir do simulacro exposto.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Conforme explicitado nas seções anteriores, o presente trabalho encontra-se situado teoricamente no âmbito dos estudos do discurso, mais especificamente, no da AD. É amplamente sabido que a AD é uma disciplina teórica que apresenta conceitos acerca, principalmente, das relações existentes entre ideologia e discurso, entendendo este como materialização daquela. Diferentemente, então, de outras propostas enquadradas como parte da Linguística, a AD não estabelece um método para ser aplicado a diferentes pesquisas. O ponto pacífico em termos metodológicos finda por ser a necessidade de cada pesquisador elaborar seu próprio dispositivo analítico.

Dentro dessa perspectiva, a primeira opção metodológica importante que fizemos foi a de não utilizar um corpus fechado com gênero de discurso e temática específicos, mas trabalhar com um exemplário cujo critério básico de composição foi o enquadramento dos textos no campo discursivo humorístico. Essa opção foi feita por nos parecer a mais produtiva para nossos intentos, uma vez que contamos com a flexibilidade de lidar com textos variados, muito mais relevantes em termos de representatividade do modo como a interincompreensão se dá nos enunciados. Desse modo, a própria natureza teórica de nosso trabalho nos conduziu ao uso do exemplário em vez do corpus: já que nossa preocupação central não é aplicar conceitos / categorias à análise de textos, mas propor desenvolvimentos de ordem teórica a um conceito estabelecido em AD, entendemos ser muito mais apropriado colocar os enunciados tomados como base para a análise a serviço desse nosso propósito maior, e não como foco principal.

Dito isso, passemos às seções seguintes, nas quais são explicitadas as escolhas norteadoras da composição do exemplário e, posteriormente, são evidenciados os procedimentos de análise utilizados.

4.1. A escolha dos textos que compõem o exemplário

Os textos que fazem parte do exemplário são, principalmente, episódios de um quadro de programa de TV, falas de humoristas de stand-up comedy, além de tirinhas, piadas e memes disponíveis em sites da internet. Os episódios referidos fazem parte de uma série intitulada “Senhora dos Absurdos”, veiculada dentro do programa “220 Volts”, do canal Multishow. Cada um dos episódios da série tem duração que vai de um minuto e meio a dois minutos e trata de um tema específico, o que, no conjunto, provê-nos de um rico panorama acerca de ideologias que circulam em nossa sociedade e de como essas ideologias funcionam quando se materializam em enunciados.

Nesses episódios, temos uma personagem principal, uma senhora com cerca de cinquenta anos, rica, branca, moradora do Leblon. Essa personagem se mostra como enunciatrice de discursos extremamente conservadores, a partir dos quais elabora enunciados, frequentemente, fazendo referência a minorias, como os negros, os pobres e os homossexuais. Na maior parte das vezes, acompanhamos a personagem falando diretamente para a câmera, como quem dá sua opinião sobre algum tema, exprime seu ponto-de-vista acerca do assunto em pauta, sempre de forma bastante incisiva, simulando a explicação de verdades sobre a vida e sobre as relações entre as pessoas. Por tratar de temas em si potencialmente polêmicos, assumindo, para isso, posicionamentos discursivos explícitos e enfáticos, os enunciados desse sujeito se mostraram excelentes exemplos para nossa sistematização da interincompreensão mostrada.

Quanto às falas de stand-upcomedy, escolhemos algumas piadas de Rafinha Bastos, retiradas de seu DVD “A arte do insulto”. O stand-upcomedy, ou “comédia em pé”, como algumas pessoas chamam no Brasil, é uma modalidade de show de humor na qual o comediante se apresenta sem uma caracterização de personagem, ou seja, mostra-se “de cara limpa”, comentando temas do cotidiano. As apresentações têm duração variada, com algumas não alcançando os três minutos, enquanto outras ultrapassam os dez. O mais importante para a escolha desse tipo de texto foi o fato de que, no stand-up, o enunciatrice sempre escolhe um alvo para as suas piadas, alguém ou um grupo de pessoas que serão ridicularizadas ou desqualificadas para que se alcance o intento de gerar o riso. Em nossa análise

prévia, vimos casos, por exemplo, em que o alvo das piadas eram um vizinho com hábitos incômodos ou até as pessoas com mau-hálito, textos que não serão de nosso interesse no momento por não marcarem de maneira mais consistente e evidente as relações interdiscursivas e, conseqüentemente, as ocorrências de interincompreensão (apesar de que, mesmo nesses, há interdiscursividade e polêmica, inclusive mostrada; a ausência de interesse em lidar com eles decorre de que tais fenômenos se mostram de modo mais difuso, menos óbvio, evocando mais Outros). Em outros casos, esses sim relevantes para nós, identificamos, nos enunciados, a evidente oposição a discursos específicos.

Por fim, gostaríamos de esclarecer que tanto os episódios de “Senhora dos absurdos” quanto as apresentações de stand-upcomedy foram coletados do site “You Tube”, onde se encontram disponíveis.

Podemos passar agora aos procedimentos de análise.

4.2. Procedimentos de análise

Inicialmente, fizemos um levantamento de estratégias linguístico-discursivas que, já sabíamos, em virtude de trabalhos anteriores, funcionarem no sentido de mostrar a interincompreensão na superfície discursiva. Partimos, então, da refutação, analisada em Farias (2008), e da ironia, que pesquisamos para também figurar no mesmo trabalho, mas que, por questões de ordem prática, acabou sendo, naquela ocasião, temporariamente deixada de lado. Além da refutação e da ironia, em nossa análise prévia do exemplário de textos do campo humorístico, percebemos a recorrência do uso polêmico do verbo “ser”. Procedemos, então, buscando ocorrências dessas três estratégias em enunciados humorísticos.

Reunimos as que consideramos mais representativas e, em seguida, as analisamos, de modo a evidenciar que, de fato, as três se encontram fundamentadas na polêmica, ou seja, na interincompreensão, incluindo sempre um alvo para o riso, alvo que pode ser identificado à apresentação de simulacro de Outro.

Além dessas três estratégias, que consideramos casos exemplares pela frequência com que são utilizadas e por configurarem recursos de linguagem que trazem consigo toda uma tradição de estudos, dentro e fora do âmbito da Linguística, fizemos, em capítulo posterior, a análise de outros recursos encontrados e que também funcionam no sentido de evidenciar formas de se mostrar da interincompreensão.

A parte analítica, conforme se pode inferir do que foi afirmado, foi dividida em dois capítulos. No primeiro deles, correspondente ao quinto capítulo da tese, examinamos as três estratégias linguístico-discursivas exemplares. No sexto capítulo da tese, fizemos o caminho inverso: buscamos, nos próprios textos, mecanismos através dos quais a interincompreensão se mostra, utilizando, como principal pista para isso, a identificação de simulacros do Outro presentes nos enunciados. As discussões e resultados encontram-se a seguir.

5 A INTERINCOMPREENSÃO MOSTRADA: ANÁLISE DOS CASOS EXEMPLARES

Tomando como base os aspectos teóricos anteriormente delineados, trataremos, neste capítulo, das formas através das quais a interincompreensão se mostra nos enunciados. Iniciaremos nossa sistematização, portanto, com a análise de enunciados que nos pareceram especialmente emblemáticos, em um exame prévio, no que concerne aos modos de a interincompreensão se mostrar. Conforme esclarecemos na parte deste trabalho dedicada à metodologia, consideramos especiais a refutação, a ironia e o uso polêmico do verbo “ser”. Por esse motivo, neste capítulo, as análises se encontram divididas em três tópicos, um para cada estratégia linguístico-discursiva considerada exemplar. Vejamos a primeira delas, a refutação.

5.1. A refutação como estratégia linguístico-discursiva de explicitação da interincompreensão

Observemos o enunciado a seguir:

TEXTO 1²⁹



²⁹ Disponível em: papodehomem.com.br/feminismo/

No enunciado acima, deparamo-nos com a estratégia de apresentar duas personagens assumindo a primeira pessoa do discurso, de modo que uma enuncia o discurso do Mesmo, e a outra, o do simulacro do Outro, elaborado a partir do ponto de vista do enunciador da tirinha. Do diálogo entre elas, estabelece-se ser o ponto de vista do Outro contraditório e impossível de ser sustentado. O que nos importa, nesse caso, apesar de não ser a única estratégia presente no texto, é um recurso muito comum em textos de cunho mais argumentativo, como artigos de opinião e crônicas: a refutação. Como estamos diante de um texto humorístico, a refutação acabou por aparecer dentro desse outro mecanismo de que falamos, mais típico de textos oriundos do campo em questão. Foquemo-nos, portanto, na relação de interincompreensão, evidenciada através da refutação, presente no diálogo das duas personagens.

Logo no primeiro quadrinho, uma das personagens diz: “A diferença salarial não tem nada a ver com sexismo”. Ao enunciar isso, o que faz é inserir o dizer do outro no seu próprio dizer ou, mais especificamente, o simulacro que faz do dizer do Outro. Essa inserção, porém, tem uma especificidade. É realizada de modo que o simulacro do Outro seja evocado e, simultaneamente, negado. Assim, existe um Outro ao qual o Mesmo atribui o enunciado “A diferença salarial tem a ver com o sexismo”. Contrapõe-se este àquele, portando, através do uso da refutação. Vejamos de forma mais detalhada aspectos dessa estratégia. Iniciemos com um percurso dos estudos acerca dela para, posteriormente, chegarmos à refutação como estratégia através da qual a interincompreensão se mostra.

A refutação é apresentada por estudiosos importantes, como Ducrot (1984) e Moeschler (1982), a partir de uma perspectiva pragmática. Por esse motivo, tem seu lugar dentro da teoria dos atos de fala. A AD, conforme se sabe, exercita seu olhar sobre as questões da linguagem através de uma abordagem que considera um contexto mais amplo que aquele considerado pela Pragmática³⁰. A AD não trata, por exemplo, de atos de fala, mas problematiza a relação enunciação e enunciado. Ao utilizar estes termos em lugar daqueles, não se faz apenas uma simples alteração terminológica: modificam-se os pressupostos e também as possíveis análises.

³⁰ Simulacro da Pragmática elaborado a partir do lugar discursivo da AD.

Mesmo assim, os referidos autores (e também outros que trabalham com a abordagem pragmática) são úteis para esta pesquisa.

Inicialmente, é necessário esclarecer que refutação e negação não são a mesma coisa. Segundo Moeschler (apud BRANDÃO, 1998, p. 76), a negação é um dos marcadores textuais possíveis da refutação³¹ e, para explicar como esta funciona, Brandão (1998) recorre a autores como Ducrot e Barbault (1981) e Ducrot (1984). Em sua explanação, a autora conclui, em linhas gerais, que, para haver refutação, é necessária a existência de uma relação polêmica entre o enunciado que contém o marcador de negação e enunciados anteriores a ele, ou seja, a refutação se fundamenta no interdiscurso. Caso não haja a negação polêmica, estaremos diante de simples negação descritiva.

A esse respeito, afirma Brandão (1998, p. 80):

Para Ducrot e Barbault, será apenas a negação de frase que, eventualmente, poderá constituir-se num ato de fala de negação (ou de refutação). Baseando-se nessa distinção, estabelecem duas espécies de negação: a polêmica e a descritiva. A distinção entre negação polêmica e negação descritiva é de grande importância para a Análise do Discurso que entretém relações privilegiadas com a primeira (Maingueneau, 1987). Fundada em preocupações pragmáticas, essa distinção visa destacar a função da negação nos atos de enunciação.

Para exemplificar, os autores citados por Brandão (1998) apresentam duas frases: “Não há nuvem no céu” e “Este muro não é branco”. Aparentemente, as duas são bem semelhantes; a função da negação em cada uma, entretanto, tem particularidades que fazem com que elas difiram entre si. Na primeira, a negação tem função descritiva, pois serve para falar sobre algo, para dar uma característica de alguma coisa. Na segunda, a função da negação não é descrever, mas opor-se a

³¹ Vejamos Brandão (1998, p. 76), que elenca as classes de marcadores textuais da refutação proposta por Moeschler: a) o próprio verbo performativo ‘refutar’ que é indicador da forma mais explícita de uma refutação; b) locuções metalingüísticas do tipo “não é verdadeiro”, “não é certo”, “é mentira”, “é falso”; c) a refutação pode também ser marcada por um lexema (por exemplo: o substantivo “erro” que pode aparecer isoladamente ou em um enunciado do tipo: você cometeu um erro. Como este lexema pode ser utilizado em enunciados não refutativos, é chamado de marcador potencial de ato de refutação; d) conectores que indicam ou confirmam o valor refutativo do ato ilocutório. É o caso dos operadores argumentativos: ao contrário, até mesmo; e) a negação: [...] embora não seja o único meio linguístico para refutar [...] a negação ocupa lugar privilegiado entre os marcadores de refutação [...].

uma afirmação anterior acerca do muro. Sua função é, pois, polêmica, na medida em que introduz uma refutação a um enunciado positivo correspondente.

Em 1984, o próprio Ducrot, em sua obra “O dizer e o dito”, reformula essa classificação da negação em descritiva e polêmica, subdividindo esta última em duas: negação metalinguística e negação polêmica. Essa reformulação está ligada ao fato de que, no livro de 1984, Ducrot diferencia locutor e enunciador, coisa que não havia feito na obra de 1981.

Vale lembrar que, em contextos determinados, as mesmas frases, do ponto de vista do tipo de negação, poderiam ter interpretações diferentes. Assim, a função da negação só pode ser especificada com segurança com base em um contexto.

A negação metalinguística se dá a partir de uma frase que contradiz outra frase efetivamente realizada por um locutor. Assim, em “Paulo não parou de fumar”, há uma negação metalinguística desde que tal frase seja pronunciada em um contexto em que apareça como uma contraposição a um locutor que tenha dito “Paulo parou de fumar”. Já a negação polêmica se dá no nível da enunciação e não se contrapõe a algo que um locutor tenha de fato dito. É uma contraposição, mas no nível discursivo. Para Brandão (1998, p. 83):

Negação polêmica é a que melhor permite uma abordagem polifônica e corresponde à negação polêmica da classificação primitiva. Aqui não há a rejeição dos termos de um locutor, autor de um enunciado atestado, mas de um enunciador colocado em cena no discurso que pode não estar assimilado ao autor em nenhum discurso efetivo. O que é rejeitado, a atitude positiva a qual o locutor se opõe, é construído no interior mesmo da enunciação que o contesta, ocorrendo, então, polifonia no nível dos enunciadores. Na negação polêmica, o efeito é sempre ‘rebaixante’ e os pressupostos são mantidos.

Estabelecendo uma relação entre o exposto acima e o que já apresentamos acerca das polêmicas discursivas, concluímos que, para haver refutação, é necessária a interincompreensão, uma vez que o que é negado polemicamente por um discurso é o simulacro de seu Outro.

Para explicar isso melhor, observemos a refutação sob um ponto de vista discursivo. A refutação é um procedimento argumentativo citacional. É argumentativo porque tem como finalidade conseguir a adesão do enunciatário a uma tese. De acordo com Charaudeau (1992, p. 783), para existir argumentação, é necessário um propósito sobre o mundo que seja questionável por alguém quanto à sua legitimidade. Isso significa que a ideia apresentada, o argumento, não pode ser um ponto pacífico, ou seja, para haver argumentação é necessário que o enunciador enuncie marcando um posicionamento questionável por outro enunciador que enuncie a partir de uma prática discursiva diferente da sua.

Além disso, o autor afirma também ser fundamental, para que haja argumentação, um sujeito que se engaje em relação a esse propósito e desenvolva um raciocínio que busque estabelecer uma verdade sobre ele. Em outras palavras, é necessário um enunciador comprometido com uma prática discursiva e que demonstre esse seu pertencimento a um lugar discursivo a partir de enunciados que evidenciem seu posicionamento. A busca do estabelecimento da verdade, aí, é a tentativa de que se imponha como válido o posicionamento que marca o lugar discursivo de onde o enunciador que argumenta enuncia.

Por fim, o estudioso também postula a necessidade de que haja um outro sujeito que, interessado no mesmo propósito, questionamento e verdade, constitua o alvo da argumentação. Tal sujeito é o enunciatário e pressupõe-se que haja, de sua parte, interesse nos percursos discursivos associados aos posicionamentos presentes nos enunciados argumentativos. A ideia do enunciador é conduzir esse enunciatário a uma adesão. Entretanto, convém lembrar que, apenas para um enunciatário que já partilhe com o enunciador o mesmo lugar discursivo, os enunciados argumentativos terão os efeitos de sentido pretendidos.

Em um enunciado refutativo, encontram-se esses três elementos fundamentais, o que deixa claro tratar-se, pois, de um procedimento argumentativo. Afirmamos também ser a refutação um procedimento citacional. Explicaremos, então, o porquê de tal asserção.

A citação é apontada por alguns autores, tais qual Koch (2001), como um dos processos através dos quais se dá a intertextualidade. Para a autora, a citação

seria considerada como intertextualidade explícita. Seria, então, a reprodução *ipsis literis* de um excerto proveniente de outro texto. Os casos de intertextualidade implícita seriam aqueles nos quais não se faz menção à fonte.

Fazendo um deslocamento dessa concepção, no sentido de passar do âmbito do texto ao âmbito do discurso, e também considerando citação em um sentido mais amplo, ou seja, englobando tanto as menções explícitas quanto as implícitas, a citação deixa de ser a reprodução de algo anteriormente dito ou escrito para ser um procedimento que pode figurar como intradiscursivo ou interdiscursivo.

Na verdade, essa citação intradiscursiva, em última instância, não existe, pois, a partir do momento em que um discurso ativa enunciados provenientes dele próprio, não se deve falar em citação, mas em manifestação da memória discursiva.

Em contrapartida, os procedimentos citacionais interdiscursivos existem e podem ser tanto explícitos quanto implícitos. O primeiro tipo refere-se, principalmente, a menções que são feitas no Mesmo de discursos com os quais ele estabelece relação de aliança. Assim, lembrando das práticas estudadas por Maingueneau (1984), é possível pensar em um exemplo hipotético envolvendo o discurso do humanismo devoto: deste lugar discursivo, no qual a associação dos conhecimentos religiosos a conhecimentos laicos era tomada como positiva, poder-se-ia enunciar uma determinada ideia, com fins de analogia, por exemplo, e atribuí-la à filosofia ou à ciência.

Já os procedimentos citacionais interdiscursivos implícitos são aqueles nos quais o Mesmo se apropria do simulacro que faz do Outro, sem explicitar que se trata de uma menção, tendo algum objetivo para desse modo proceder. É exatamente aqui que se encaixa a refutação. Nesse caso, a relação que o Mesmo estabelece com o simulacro do Outro que é evocado é de oposição, e o objetivo da refutação é a adesão do enunciatário, estando ligado, portanto, ao seu caráter argumentativo.

Assim, a partir da refutação vista da perspectiva discursiva anteriormente explicada, mostra-se que tal procedimento argumentativo se sustenta na polêmica discursiva como interincompreensão. De acordo com Brandão (1998, p. 94-95):

É um processo de admissão-expulsão do Outro que revela uma ‘interincompreensão’ radical e que está na base de toda relação polêmica. Esse processo manifesta, paradoxalmente, uma relação de alteridade que, marcada por uma falta, torna ‘possível’ a própria completude do discurso. Em outros termos, numa polêmica, a identidade de uma formação discursiva se dá pela negatividade representada pela formação discursiva que se lhe opõe.

Diante de todo o exposto acerca da refutação, vejamos mais alguns exemplos, oriundos do campo discursivo humorístico, selecionados para esta seção do trabalho:

1. a) “Tá vendo, gente, esse povo da África, eles não têm visão!” (Senhora dos Absurdos, “Adoção”)
2. a) “... eu desci no meu prédio agora aqui no Leblon, e tem uns mendigo estacionado aqui que eu não sou obrigada com o IPTU que eu pago, entendeu?”
b) “Deixa uma ou duas pra fazer sombra, não tem necessidade de ter essa quantidade de árvore que ninguém usa, entendeu? (Senhora dos Absurdos, “Amazônia”)
3. a) “Eu não dou não é por pão-durice, não é nada disso. É que eu acho o seguinte, eu sigo a Bíblia!”
b) “Agora, eu não tenho que ensinar ninguém a pescar...” (Senhora dos Absurdos, “Caridade”)

Considerando o que foi exposto sobre a refutação, observemos o exemplo 1a. Nele, encontramos “... eles não têm visão!”, sendo “eles”, nesse caso, “esse povo da África”. O procedimento realizado pelo enunciador segue justamente o percurso explicado de evocar o simulacro do Outro para, então, negá-lo. Assim, ao enunciar que “eles não têm visão!”, o sujeito estabelece um posicionamento de oposição ao enunciado “eles têm visão”, potencialmente realizável a partir da prática discursiva com a qual seu lugar discursivo se encontra em conflito. Fazemos questão de destacar, neste ponto, a importância de tomarmos esse enunciado como “potencialmente realizável”. Isso se justifica na medida em que, conforme apresentamos, a refutação não se realiza a partir da negação de algo efetivamente dito, mas daquilo que, do ponto de vista do Mesmo, pode ser atribuído ao Outro.

É necessário considerarmos que a oposição entre “ter visão” x “não ter visão” adquire caráter polêmico em virtude do termo que o pronome “eles”, ocupando a função de sujeito, retoma. Referimo-nos a “esse povo da África”, termo que mobiliza a memória discursiva dos sujeitos, podendo evocar verdades³² sobre questões étnicas, raciais, históricas ou mesmo biológicas. É possível associarmos a concessão da prerrogativa de “ter visão” ao povo da África a certo posicionamento discursivo ligado a uma ideologia não-racista e igualitária, acerca da qual o enunciador elabora simulacro para, simultaneamente, negá-lo. Assim, constrói-se a interincompreensão que se mostra através da refutação.

No exemplo 2a, a refutação se baseia na negação de posicionamento discursivo segundo o qual seria possível afirmar que ela teria de suportar a presença dos mendigos, ainda que pague um alto IPTU. Esse posicionamento estaria em conflito com o lugar discursivo marcadamente elitista de onde fala o sujeito do enunciado em questão e poderia ser identificado com uma discursividade de cunho mais humanista, menos capitalista. É a esse simulacro de enunciado potencial, oriundo de discurso cujas ideologias de base são radicalmente contrárias àquelas do lugar discursivo do enunciador de 2a, que esse enunciado se contrapõe.

No caso de 2b, a oposição é a enunciados potenciais de discursos ambientalistas, segundo os quais a defesa da natureza deveria ser prioridade de toda a sociedade. Em 2b, o mais interessante é observarmos como, de fato, esse simulacro é feito com base nas regras do Mesmo, e não nas do Outro. Assim, ao dizer “não tem necessidade de ter essa quantidade de árvores que ninguém usa”, o enunciador refuta um enunciado potencial do Outro, mas o faz inserindo elementos de uma ideologia utilitarista, que se encontra no discurso do Mesmo, mas não no discurso ambientalista do Outro. Segundo essa ideologia utilitarista, muito presente no discurso capitalista, o que não é utilizado diretamente, principalmente, em um sentido desenvolvimentista, pode e deve ser dispensado em prol de algo que ela coloque como mais vantajoso.

No item 3a, ao falar sobre caridade, o enunciador assevera que não dá, não por pão-durice, mas por seguir a bíblia. Ao dizer que não é por pão-durice,

³² Social e discursivamente construídas, é importante ressaltar.

refuta o simulacro de um enunciado potencial, de um discurso com o qual seu lugar discursivo se encontra em conflito, segundo o qual não faz doações por ser pão-duro. O mais interessante é que acrescenta uma explicação acerca do fato de não fazer doações, lançando mão, para isso, do simulacro de outro discurso: o discurso religioso cristão que convoca. Segundo o simulacro desse discurso, explicitado pelo enunciador, não se deve dar o peixe ao pobre, mas ensiná-lo a pescar. É essa explicação que possibilita o desdobramento presente em 2b, no qual o enunciador diz que não tem que ensinar ninguém a pescar. Em outras palavras: evoca o discurso religioso para justificar o porquê de negar princípios de caridade para, logo em seguida, negar também o discurso religioso.

5.2. A ironia como estratégia através da qual a interincompreensão se mostra

Após essas considerações acerca da refutação, tratemos da ironia. Para fundamentar nossa análise dessa estratégia, seguimos o percurso traçado por Brait (1996). A autora, que inicia suas considerações acerca da ironia tomando como base Kerbrat-Orecchioni (1978), afirma que, primeiramente, pode-se citar a ironia referencial, que é a que se manifesta quando se faz menção a uma pessoa ou situação como sendo irônica. Assim, falar na “ironia da história”, na “ironia da atualidade”, “na ironia do destino” ou usar expressões como “o que é particularmente irônico...” seria se utilizar da ironia referencial. Já a ironia verbal é um procedimento linguístico que, inclusive, aparece, muitas vezes, entre as chamadas figuras de linguagem.

De acordo com a autora, a ironia referencial seria, em última instância, uma contradição entre dois fatos contíguos, ou seja, o enunciador observaria uma situação determinada e nela encontraria fatos que não se encaixam perfeitamente do ponto de vista da lógica. Em outras palavras, o fato encontrado não é o que se esperaria. Desse modo, a característica básica da ironia referencial seria a contradição.

Segundo Brait, a contradição é exatamente o que há em comum entre os dois tipos de ironia. Diz Brait (1996, p. 61), citando Kerbrat-Orecchioni (1978): “... a ironia não verbal está em relação com a ironia verbal e os dois sememas do termo

estão em intersecção – há polissemia e não homonímia - : a noção de contradição está no coração do conceito de ironia”. A ironia verbal, em termos mais exatos, seria então a contradição entre dois níveis semânticos ligados a uma mesma sequência significante.

Assim, há essa interpretação tradicional da ironia enquanto contradição. Convém, deste ponto em diante, que as atenções estejam concentradas na ironia que se dá através da linguagem ou, como será dimensionado posteriormente, no nível do discurso. Brait (1996) comenta os estudos que Kerbrat-Orecchioni (1978) faz acerca da ironia no discurso literário, e um trecho escrito por aquela serve para introduzir certas observações que devem ser feitas sobre a ironia “verbal”. Segundo Brait (1996, p. 51):

Se por um lado é preciso reconhecer a importância desse trabalho e os inúmeros elementos aí expostos que servem de trampolim para o estudo de extensões mais amplas que a frase (e que exigem a total mudança de parâmetros, segundo os velhos ensinamentos de Benveniste no que diz respeito às diferenças existentes entre a instância da frase e a instância discursiva...), a discussão em torno da não-sinceridade envolvida pela ironia parece ser o ponto mais forte para a reflexão em torno de um discurso, na medida em que amplia a dimensão do fenômeno irônico e coloca diferentes e importantes níveis de abordagem. As questões ligadas a ‘um significante para dois significados’, a ‘um índice ou sinal propositadamente colocado pelo enunciador’, e mesmo ao ‘sujeito da enunciação literária’, para assinalar apenas alguns aspectos, merecem, como em outros estudos, a problematização e a reinstauração por outros caminhos.

Inicialmente, convém tratar da existência de “um significante para dois significados”. Mesmo sabendo que a perspectiva presente nessa ideia é a que usa como unidade de análise a frase, vale a pena considerá-la. Vinculada à noção de ironia como contradição, defende que, para um enunciado irônico como “Fiquei linda nessa foto!” há um significante, que é o enunciado em si, e dois significados: um, o sentido literal da frase, e o outro, o sentido que o enunciador quer de fato dar a ela. A contradição anteriormente referida diria respeito exatamente à não-coincidência entre os dois sentidos envolvidos em tal estratégia.

Surge dessa primeira questão relacionada à existência de dois significados para um só significante outra bastante pertinente: como, então, fazer com que o

interlocutor (ou enunciatário) compreenda qual o efeito de sentido que o enunciador quer provocar? O trecho retirado de Brait (1996) também remete a isso, já que se refere a “um índice ou sinal propositadamente colocado pelo enunciador”. Assim, sempre é necessário, para realmente haver ironia, que o enunciador marque, de algum modo, estar dizendo (ou escrevendo) algo, mas, na verdade, pretender causar um efeito de sentido oposto. No exemplo dado no parágrafo anterior, “Fiquei linda nessa foto!”, uma forma bastante provável para indicar tratar-se de um enunciado irônico seria o uso de uma entonação diferenciada. De outro modo, se o enunciado fosse realizado através da escrita, a palavra “linda” poderia vir entre aspas para apontar em direção à ironia.

A “discussão em torno da não sinceridade envolvida pela ironia”, também presente na citação de Brait (1996), resolve-se exatamente com base na constatação de que tais marcas são fundamentais para se falar em ironia. As marcas são, em última instância, o que diferencia a mentira da ironia. Na mentira, o enunciador tem a intenção de fazer com que o enunciatário creia no que ele enuncia e, por isso, não sinaliza que seu enunciado não corresponde à verdade (ou àquilo em que ele acredita). Na ironia, em contrapartida, pode-se falar em não-sinceridade, mas não se pode falar em mentira, justamente por causa das marcas, que fazem com que nela (na ironia) a não sinceridade seja compartilhada entre enunciador e enunciatário.

O que foi apresentado até aqui se insere em uma praxe teórica que enfoca, como visto, o caráter contraditório da ironia. Esta, entretanto, não é a única maneira possível de encará-la. Outros autores, ao longo da história dos estudos sobre o assunto, desenvolveram suas pesquisas em um sentido distinto.

Sperber e Wilson (1978, 1981) destacam a ironia como processo citacional e referem-se a ela como menção-eco. Esses autores ainda estudam a ironia a partir de uma abordagem que se concentra no nível frástico, mas inovam ao se afastarem da ideia básica concentrada, simplesmente, na contradição. Além disso, percebem um aspecto fundamental da ironia, que é configurar-se ela a partir das diferentes formas de citação. Segundo Brait (1996), ao partir da oposição existente entre emprego e menção, os autores acabam por trabalhar as referências presentes nos

discursos, chegando às diferentes formas de menção e de eco, elementos bastante úteis na descoberta do alvo da ironia.

Além dos autores mencionados, Maingueneau é outro estudioso que se pronuncia acerca da ironia. Em sua obra, comentando a posição de Ducrot, refere-se a ela também como “enunciação irônica”. Para Maingueneau (2001, p. 95):

... nessa perspectiva, uma enunciação irônica põe em cena uma personagem que enuncia algo de deslocado e do qual o locutor se distancia por seu tom e sua mímica. Ele se coloca como uma espécie de imitador dessa personagem que se exprime de maneira incongruente (dizendo, por exemplo “Que tempo lindo!” quando chove a cântaros). Assim, para Ducrot ‘falar de modo irônico é para um locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador E, posição de que se sabe, aliás, que o locutor L não assume a responsabilidade e, mais que isso, que ele a considera absurda’.

Assim, redimensionando os conceitos para uma perspectiva discursiva, conclui-se que a ironia se fundamenta em uma menção feita tomando como base um discurso Outro com o qual o enunciador não concorda. Incorpora-o a seu próprio discurso, mas, através de índices, procura, sutilmente, dar ao enunciatário as pistas para que este compreenda que o efeito de sentido pretendido é o de desqualificar o que seria do Outro. É importante reforçar que esse processo se dá em um nível discursivo, ou seja, não nega algo realmente dito, mas um enunciado virtual associado a um discurso Outro. A ironia não incorpora necessariamente algo de fato enunciado (embora possa fazê-lo), mas também o que o Mesmo entende como enunciados potenciais do Outro.

Um exemplo bastante interessante disso encontra-se em Maingueneau (2001, p. 96), no qual há um comentário feito a um trecho do *Cândido* de Voltaire:

‘As peças começaram logo por dar cabo de uns seis mil homens de cada banda; em seguida, a mosqueteira tirou do melhor dos mundos possíveis nove a dez mil diabos que lhe infestavam a superfície’.

(Trad. Jorge Silva, SP, Athena, 1938)

A segunda frase da passagem é percebida como ‘irônica’. Se adotarmos a problemática polifônica, diremos que o narrador fez com que se perceba na sua fala o ponto de vista de um ‘enunciador’, do qual ele se distancia pelo caráter odioso de suas palavras e que

consideraria apropriado para produzir seriamente um tal enunciado. O ‘enunciador’ assim posto em cena é aliás especificado, pelo contexto e pelo sintagma ‘o melhor dos mundos’, como um adepto da filosofia de Leibniz (pelo menos, tal como Voltaire o caricaturiza). Muito habilmente, o romance não polemiza com a teodiceia leibniziana; contenta-se em criar situações em que os enunciados atribuídos aos discípulos de Leibniz (‘locutores’ ou ‘enunciadores’, dependendo do caso) aparecem deslocados ou mesmo monstruosos. Aqui a ironia desempenha um papel essencial porque, graças a ela, as palavras dos otimistas se destroem no próprio movimento em que são enunciadas. Isso só faz aumentar o crédito do narrador que se distancia.

Há um trecho presente na citação na qual Maingueneau apresenta a ironia no texto de Voltaire em que se lê que “... o romance não polemiza com a teodiceia leibniziana; contenta-se em criar situações em que os enunciados atribuídos aos discípulos de Leibniz (...) aparecem deslocados ou mesmo monstruosos.” Daí, depreende-se algo extremamente importante: a relação existente entre a ironia e a polêmica discursiva tomada como interincompreensão.

O que ocorre é que o enunciado virtual atribuído ao Outro não é o Outro em si, mas o simulacro dele, formulado a partir da tradução efetuada pelo Mesmo. Assim, encontramos na ironia uma característica muito importante que é o fato de ser constituída sobre a polêmica discursiva, ou seja, ter origem e se sustentar em uma relação de interincompreensão entre discursos.

Estabelece-se, na ironia, um jogo de inclusão entre um discurso e suas presenças constitutivas através de estratégias de incorporação do Outro. Desse modo, o Outro é incorporado com objetivo irônico, para ser contestado, desqualificado e, em última instância, silenciado. Tal perspectiva é primordialmente interdiscursiva e, além disso, guarda também um caráter argumentativo³³.

Considerando nossa conclusão acerca da ironia como uma das principais formas pelas quais a interincompreensão se mostra, observemos alguns exemplos. Primeiramente, há algumas ocorrências de ironia polêmica que retiramos de “A arte do insulto”, DVD de comédia em pé de Rafinha Bastos. Ei-las:

³³ A respeito do caráter argumentativo da ironia, pode-se dizer que, apesar de ser um fato, não é o foco da pesquisa.

Como eu falei, eu sou um cara de dois metros de altura, o que é muito ruim. É muito ruim, não é uma coisa tão boa, porque eu ouço revelações surpreendentes na rua, gente que fala assim pra mim: “Nossa, como você é alto!”. Obrigado por me informar. Olha, que bom que você falou, eu achava que eu era um duende. Tem gente que fala: “Nossa, cê deve ter nascido grande, né? Sua mãe e seu pai devem ser grandes”. Eu digo: “Sim, eu nasci com um metro e noventa... O parto foi um horror!”. Eu falo pras pessoas: “Meus pais são bem grandes, meu pai é um boneco de Olinda, e minha mãe é o Chewbacca”.

Fui no restaurante outro dia, falei pro garçom: “Ô, amigo! Cê pode embrulhar?” Ele fala: “É pra viagem?”. Eu falei: “Não, pra presente! Eu vou dar meio bife parmegiana de natal pra uma pessoa!”. Garçons falam coisas complicadas. Fui numa lanchonete, falei: “Garçom, uma coca”. Aí, ele: “Coca normal?”, e eu: “Não, uma cheia de pentelho!”. Mas que pergunta!

Nos dois exemplos de trechos transcritos acima, temos o uso da ironia por parte do enunciador. É interessante percebermos que, em todas as ocorrências irônicas, o sujeito, no intuito de construir um simulacro desabonador de seu Outro, apresenta as falas ou questionamentos deste como estúpidas e absurdas. Uma forma, então, de intensificar esse efeito é a elaboração de ironias, a partir das quais estabelece como respostas enunciados exagerados e até ilógicos, que serviriam para mostrar duas coisas: 1) o interlocutor de que ele fala se refere a algo que, em certa situação, deveria ser óbvio, não passível de gerar comentários ou questionamentos ; 2) o interlocutor, ao lidar com o óbvio como se óbvio não fosse, indica que não considera aquilo de que fala como a única possibilidade, mas como uma das opções possíveis.

Assim, em resposta ao comentário “Como você é alto!”, o enunciador elabora o simulacro de seu Outro como alguém que diz obviedades, algo tão bobo e desnecessário que mereceria como resposta alguma coisa dentro das próprias regras que o Mesmo atribui ao Outro, justamente para evidenciar o caráter de bobagem dos enunciados deste. O enunciado apresentado como resposta pelo enunciador é: “Olha, que bom que você falou, eu achava que eu era um duende”. Nesse caso, a fala do interlocutor é tomada e apresentada de forma desabonadora, porque se ignora ser ela uma forma de expressar surpresa, admiração com a altura de alguém. Contrariamente, o enunciador a interpreta como se a frase de seu interlocutor na história que relata tivesse sido uma informação a ele passada, como

se o que o interlocutor diz precisasse, necessariamente, trazer um conhecimento de algo novo, desconhecido.

Algo semelhante ocorre no segundo exemplo, quando, ao ser questionado pelo garçom sobre a finalidade de embrulhar o restante do prato, se seria para viagem, retruca: “Não, pra presente!”. Sugere, então, que o dizer do outro, ao colocar “embrulhar para viagem” como uma opção e não como a única possibilidade de entendimento do pedido feito, cria imediatamente a outra opção, supostamente óbvia, com o verbo utilizado: “embrulhar pra presente”.

Mecanismo semelhante é utilizado no meme abaixo, da página do facebook “Suricate seboso”:

TEXTO 2³⁴



O personagem que aparece no primeiro quadro faz uma pergunta. A resposta, porém, por ser óbvia demais, a única possível de certo ponto de vista lógico, faz com que se questione a própria legitimidade do questionamento feito, no que concerne ao seu estatuto informacional. O outro personagem, identificado como “Seu Lunga”, desse modo, entendendo que uma pergunta pressupõe que haja mais de uma resposta possível, o que não seria o caso da questão lançada, elabora, a partir do simulacro que elabora do Outro, uma resposta irônica que, por absurda, expõe que a pergunta sequer deveria ter sido feita.

³⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/suricateseboso?fref=ts>

Após mostrarmos esses casos, consideramos necessário esclarecer que, fora do campo discursivo humorístico, no campo político, por exemplo, as ocorrências de ironia são mais claramente polêmicas, indicando efetivamente discursos diferentes em conflito, de modo que um deles apresenta o simulacro do Outro para silenciá-lo, retirar qualquer possibilidade de legitimação. No campo humorístico, porém, a oposição parece ser restrita a certos posicionamentos, e o simulacro do Outro elaborado, frequentemente, é associado a uma certa noção de absurdo, muito utilizada em textos de humor de uma forma geral.

5.3. O uso polêmico do verbo “ser” e a interincompreensão mostrada

Benveniste (1966) desenvolve uma reflexão acerca do verbo “ser”. Algumas de suas observações são de grande valia para nossa proposta. Segundo o teórico, quando falamos sobre esse verbo, é fundamental esclarecer se nos referimos à noção gramatical ou à noção lexical. A noção gramatical em questão, presente nas formas flexionadas de “ser”, é a de cópula, caso em que “ser” serve para predicar a identidade de dois termos. Já a noção lexical é a que faz com que o verbo signifique como “existir, estar realmente aí”. O mais importante, então, segundo o autor, é que se tenha a clareza de perceber que as duas noções presentes no verbo não estabelecem entre si nenhuma relação de natureza ou de necessidade. Em outras palavras, por mais que tendamos a entender tal relação como óbvia, dada, na verdade, não há nela esse caráter necessário.

Para comprovar sua afirmação, Benveniste (1966) apresenta exemplos de várias línguas, como o semítico antigo, o húngaro, o russo e também de línguas turcas, nas quais a noção de predicação (cópula) se dá, simplesmente, por uma pausa entre os termos e não se encontra associada à ideia de “existir”. Outros exemplos há, ainda, em que a cópula é expressa por meio de signo positivo, mas sem associação à noção lexical que percebemos em línguas como o francês e o português.

Além das contribuições de Benveniste (1966) para compreendermos as funções do verbo “ser”, é bastante relevante considerarmos o que nos apresenta Foucault (1970) acerca das vontades de verdade, um dos procedimentos de

exclusão³⁵ apresentados pelo autor (os outros são a interdição e a segregação da loucura). Utilizaremos as ideias do teórico por considerarmos que o uso do verbo “ser” é uma forma de expressar, linguístico-discursivamente, essas vontades de verdade transformadas nas próprias verdades válidas em cada prática discursiva.

É necessário, antes de prosseguirmos, enfatizar que o verbo “ser” pode ser utilizado sem esse caráter associado à interincompreensão. Se alguém afirma, simplesmente, “A parede é azul”, não temos, obviamente, uma aplicação que exemplifique o uso do verbo como estratégia através da qual a interincompreensão se mostra. Há casos, todavia, em que seu uso é polêmico, e é exatamente nele que nos concentraremos. Começemos a delinear esta concepção com Foucault (1970).

Segundo Foucault (1970), pode parecer estranho, à primeira vista, apresentar a oposição entre mentira e verdade como um sistema de exclusão tal como os outros expostos por ele. Entretanto, quando se pensa que tal separação não se fundamenta, simplesmente, em fatos, mas na interpretação dos fatos baseada em vontades de saber que se deslocam no decorrer do tempo, dependendo de uma série de condições sócio-históricas, o estranhamento quanto à proposição da vontade de verdade como procedimento de exclusão perde seu lugar. Vejamos as palavras de Foucault a respeito do tema:

Certamente, se nos situamos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situamos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se. (FOUCAULT, 1970, p. 14)

Assim, as diferentes conjunturas históricas trazem consigo diferentes discursos concebidos como verdadeiros. Esses discursos incluem, além do dizer legítimo, ou seja, do que pode e deve ser dito, também o ritual, o modo como se

³⁵ Formas de controle do discurso que atuam “de fora para dentro”, ou seja, são procedimentos aplicados a um amplo conjunto de discursos que compõem uma sociedade.

deve dizer algo. Não é difícil perceber, olhando para o passado, que o discurso tomado como verdadeiro, em um momento, submetendo toda uma sociedade a certo regime de medo, justiça e divisão de papéis, era completamente deixado de lado por outro, em momento diverso, com condições também diversas. As próprias alterações na forma de conceber / fazer ciência, que podem ser entendidas como fruto de descobertas, podem ainda ser compreendidas como mudanças de direção resultantes de novas vontades de verdade, devidas a um contexto mais amplo.

Acrescenta ainda o teórico que, tal quais os demais sistemas de exclusão, a vontade de verdade repousa sempre sobre um suporte institucional (a pedagogia, o sistema de livros, as bibliotecas, os laboratórios etc., para apresentar exemplos baseados no contexto atual), que a reforça e reconduz. Ao mesmo tempo, outra forma de recondução e reforço, ainda mais profunda, é a maneira segundo a qual “o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 1970, p. 17). Considerando toda essa intrincada teia de atuação e influência da vontade de verdade, Foucault pondera que esta sempre exercerá uma pressão sobre os demais discursos que circulam em uma sociedade e aplicará sobre eles o seu poder de coerção. Acrescenta ainda que:

Dos três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso, a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade, foi do terceiro que falei mais longamente. É que, há séculos, os primeiros não cessaram de orientar-se em sua direção; e que, cada vez mais, o terceiro procura retomá-los, por sua própria conta, para, ao mesmo tempo, modificá-los e fundamentá-los; é que, se os dois primeiros não cessam de se tornar mais frágeis, mais incertos na medida em que são agora atravessados pela vontade de verdade, esta, em contrapartida, não cessa de se reforçar, de se tornar mais profunda e mais incontornável. (FOUCAULT, 1970, p. 19)

A partir do que foi exposto, podemos concluir ser a vontade de verdade um sistema mais geral que direciona os sujeitos para o dizer legítimo e para os ritos desse dizer. No discurso jurídico, por exemplo, há, hoje, um “conteúdo” considerado verdadeiro, assim como uma linguagem vista como legítima e uma série de determinações quanto a como e por quem devem ser ditos os enunciados oriundos dessa prática. Esse sistema mais geral determinará os aspectos dos demais procedimentos de exclusão. Vale a pena observar, por exemplo, os termos da

definição de nosso sistema legal para a loucura e também restrições associadas a palavras proibidas (crimes ou contravenções que podem ser cometidos através da palavra, como o crime de racismo, entre vários outros).

É necessário considerar, neste ponto, que a vontade de verdade atua também no estabelecimento da interincompreensão. Suponhamos um momento em que, por exemplo, a verdade estabelecida esteja relacionada a certos princípios de democracia e igualdade. Essa verdade responde aos anseios de uma sociedade, ou seja, encaixa-se em sua vontade de verdade, de acordo com várias características de sua história e de seus aspectos sócio-ideológicos. Nesse quadro todo, podemos pensar em dois sujeitos, cada um inserido em uma prática discursiva diferente, opostas as duas entre si, mas defendendo ambos seus posicionamentos com base no modo como cada uma dessas práticas interpreta os semas democracia e igualdade, anteriormente referidos. E isso só se pode explicar se tomarmos como base a interincompreensão: cada uma dessas duas práticas discursivas engendra efeitos de sentido próprios para os semas em questão.

Antes de passarmos para a análise dos enunciados selecionados, é de fundamental importância fazermos alguns esclarecimentos. Primeiramente, apesar de essa ideia encontrar-se já subentendida, consideramos relevante explicitar a relação entre o uso polêmico do verbo “ser” e as vontades de verdade de que tratamos. O fato é que, ao exprimir “verdades”, em conformidade com os princípios de sua situação sócio-histórica e ideológica, o sujeito tende a fazê-lo marcando seus posicionamentos a partir de enunciados nos quais faz uso do verbo “ser”. É o que se dá, por exemplo, quando enunciadores dizem: “As cotas raciais são um privilégio que não deveria existir”, “Mulheres que não se dão ao respeito são vadias” ou “Isso é coisa de pobre”. Obviamente, sabemos que outras estruturas são possíveis para expressar os mesmos posicionamentos discursivos. Entretanto, entendemos que, exceto quando utilizado de modo mais próximo do referencial, digamos assim, o verbo “ser” tem uma aplicação polêmica, uma vez que serve como pista para indicar um posicionamento marcado de forma explícita no enunciado.

Além desse primeiro esclarecimento, faremos mais um, bastante necessário: o modo de mostrar a interincompreensão através do verbo “ser” é diferente daquele que vimos com relação à refutação e à ironia e mesmo do que veremos nas

estratégias elencadas no sexto capítulo desta tese. Em todos esses casos, encontramos o Outro na elaboração de simulacro presente no Mesmo. Já verbo “ser”, nos usos que estamos destacando, aponta para a polêmica de outra forma: a partir da mobilização de semas em si mesmos polêmicos, presentes em ao menos um dos membros da relação que estabelece. Conforme veremos nos exemplos a seguir, o verbo “ser” indica afirmações de “verdades”, o que funciona, para nós, como pista de estarmos diante da interincompreensão. Tais enunciados apresentarão, muito frequentemente, semas que indicam relações sócio-ideológicas tensas, e esses semas serão interpretados diferentemente, a depender do lugar discursivo de onde forem enunciados / traduzidos. Assim é a interincompreensão mostrada a partir do verbo “ser” em sua aplicação polêmica. Dito isso, observemos alguns exemplos:

1. a) “Qual é a paleta de cores?”

b) “Neguinho é foda.” (Senhora dos Absurdos, “Adoção”)

2. a) “Aquilo ali é um terreno maravilhoso, entendeu?” (Senhora dos Absurdos, “Amazônia”)

3. a) “Carnaval são os quatro dias mais insuportáveis do ano, são os dias de Carnaval...”

b) “Cê desce ali, cheio de gente suada, decadente, pobre misturado com rico, com viado, com lésbica, com tudo. É uma lambança, cê não sabe quem é quem! É uma vergonha!”

c) “Outro lugar ridículo que eu acho é aquela apoteose...”

d) “... desfilando na apoteose com uns casacos lindos de pele, de pele de urso, que cê vê a obra, o esforço do homem de ir lá na serra matar aquele urso para fazer aquele casaco, cê vê o esforço do homem pra fazer aquela coisa bonita pra você. Isso é *que é bonito de se ver*. Os valores hoje são outros, entendeu?” (Senhora dos absurdos, “Carnaval”)

4. a) “Eu acho, gente, que telefone devia ter um dispositivo pra você descobrir que é solidariedade.”

b) “Papai fazia o seguinte, ele ficava na orla que nem um jacaré; quando chegava um barco com os pescadores que tinham pescado o dia inteiro, ele pegava os peixes dos pescadores, e eles ficavam quietos, que eles são toscos, eles não falam nada, entendeu?” (Senhora dos Absurdos, “Caridade”)

Os excertos acima foram retirados de quatro episódios do quadro “Senhora dos Absurdos”, apresentado semanalmente no programa de TV 220 Volts, do canal Multishow. Conforme adiantamos na metodologia, no quadro, a personagem que, quase sempre, apresenta-se sozinha, falando com um interlocutor identificado com o público da atração, é uma mulher que parece ter cerca de cinquenta anos de idade. É moradora da zona sul carioca, rica, branca. Algumas variações ocorrem em certos episódios, como quando ela fala ao telefone (é o que ocorre em “Adoção” e “Amazônia”, por exemplo) ou quando interage com algum outro personagem que aparece no quadro. A personagem, enquanto enunciador em um texto humorístico, fornece-nos vários exemplos interessantes para a análise da interincompreensão que dá pistas da sua existência através do uso do verbo “ser”.

Em 1a, observamos uma pergunta, formulada com o verbo em questão, através da qual o enunciador busca encontrar um dos termos da predicação que pretende estabelecer. Em outras palavras, com a pergunta, ele procura obter uma resposta que complete o enunciado “A paleta de cores é...”. Aqui, vale ressaltar, primeiramente, o que acreditamos ser o caso da maior parte dos enunciados, em língua portuguesa, nos quais se usa o verbo “ser”: esse verbo apresenta, de maneira bastante saliente, a noção gramatical, ou seja, “ser” aparece como cópula, predicando dois termos identificados. Apesar de não haver uma relação necessária, conforme já afirmado, entre a noção gramatical e a lexical (“ser” como “existir”), cremos que, secundariamente, esta noção está presente na maioria dos enunciados com “ser” em português, acumulando-se àquela, à noção primária, mais evidente.

O que isso significa é que, a partir do uso de “ser”, apresenta-se a existência do primeiro termo de modo subjacente, ao mesmo tempo que se cria de forma saliente a identidade dele com o que é posto como segundo termo da predicação. Assim, no enunciado pretendido como resposta à pergunta de 1a, o sintagma nominal “A paleta de cores” funcionará como primeiro termo, o que garante, através de uma estratégia linguístico-discursiva, a existência dessa “paleta de cores”. Além disso, deverá ser complementada com outro termo com o qual constituirá identidade.

Neste ponto, é válido esclarecer que, no texto, a pergunta com “ser” aparece numa sequência em que a personagem, ao telefone, entra em contato com a embaixada africana, a fim de falar sobre adoção. Explica que quer aproveitar o

momento, pois Angelina Jolie e Madonna adotaram, e que deseja adotar duas crianças. Daí, vem a pergunta “Qual é a paleta de cores?”. O verbo “ser”, então, promove, da maneira como está colocado, a existência de uma paleta de cores para as crianças africanas, além de fazer aguardar o segundo termo que, por sua vez, complementaria a identidade estabelecida com a predicação e, ao mesmo tempo, reforçaria a existência da referida paleta de cores.

A interincompreensão em 1a, sinalizada pela presença do verbo “ser”, é percebida como a relação polêmica existente entre diferentes efeitos de sentido decorrentes do uso de “paleta de cores” como primeiro termo da relação de predicação. Os possíveis efeitos de sentido oriundos dele serão diversos, dependendo do lugar discursivo onde se encontram enunciador e enunciatários. Desse modo, enquanto, do lugar discursivo do enunciador, esse enunciado é interpretado de maneira positiva, sua constituição será traduzida negativamente por outras FDs, notadamente as marcadas por ideologias que defendem a igualdade racial. A tradução realizada por um “Outro” que tenha tal posicionamento provavelmente trará como efeito de sentido principal a noção de reificação dos seres que, segundo o enunciador, se organizariam a partir de uma paleta de cores. Em outras palavras, em uma FD contrária à do enunciador, o efeito de sentido de “paleta de cores”, nesse enunciado, estaria irremediavelmente associado à ideia de que as crianças africanas estão sendo colocadas, aí, como objetos.

Em 1b, vemos algo curioso com relação à interincompreensão sinalizada pelo verbo “ser”. Em sua proposta, Maingueneau (1984), ao trabalhar a semântica global de FDs que estabeleciam entre si relações interdiscursivas, apresentou a ideia de que um sema polêmico tomado como positivo por um discurso seria necessariamente interpretado como negativo por outro, que se encontrasse fazendo oposição ao primeiro, dentro de um campo discursivo. O que observamos, entretanto, é que um mesmo sema pode ocasionar efeitos de sentido negativos nas duas FDs contrárias, assim como efeitos positivos em ambas. O fato mais relevante é que os efeitos de sentido serão diferentes, mas não necessariamente contrários em termos absolutos.

É o que temos em “Neguinho é foda”, em que o primeiro termo da predicação merece destaque. Primeiramente, porque promove a existência de um ser com

certas características, que já se deixam antever pelo uso do diminutivo. Além disso, tanto na FD do enunciador quanto em FDs opostas em virtude da ideologia racial contrária, “neguinho” é um sema negativo. Na do enunciador, é negativo porque “neguinho” é percebido como ser inferior, incapaz, “sem visão”, como diz o enunciador em trecho imediatamente anterior, no mesmo texto. Já em um discurso que funcione como materialização de uma ideologia marcada pela noção de igualdade racial, “neguinho” será interpretado como uma ofensa e, ao mesmo tempo, como uma forma de criar para os negros uma imagem de inferioridade que não corresponderia à realidade. Eis, então, a principal diferença entre o efeito de sentido de “neguinho” em uma e outra prática discursiva: enquanto na do enunciador os atributos negativos associados ao sema são tomados como verdade, em prática contrária, os mesmos atributos são entendidos como mentira, ofensa, injustiça. Vale ressaltar, ainda, que, em ambas, o segundo termo da predicação só reforça a interpretação negativa que cada uma tem do sema em questão.

Em 2a, há alguns aspectos que merecem destaque. O primeiro deles é o uso de “Aquilo ali” como primeiro termo da predicação. No texto, também em forma de conversa telefônica, o enunciador fala da Amazônia como solução para o problema da pobreza na Zona Sul do Rio de Janeiro. A proposta é derrubar as árvores e construir iglus onde os mendigos que ocupam a região nobre passarão a viver. “Aquilo ali”, então, acompanhado do verbo “ser”, faz existir um local distante do enunciador, não só geograficamente, mas também no que concerne ao seu estilo de vida e ao que é alvo de suas preocupações e afetos. O segundo termo da predicação, que tem sua identidade com “Aquilo ali” estabelecida pela presença do verbo “ser”, é “um terreno maravilhoso”. Colocar a Amazônia como “um terreno maravilhoso”, desse modo, do lugar discursivo do enunciador, gera efeito de sentido positivo associado a valor pecuniário, remetendo-nos a um discurso capitalista e, conseqüentemente, de percepção da Amazônia como produto, como algo que pode ser vendido, negociado e usufruído tal qual qualquer bem material. Em contrapartida, sujeitos de um discurso ambientalista traduzirão esse segundo termo da predicação como negativo, uma vez que o associarão à ausência de consciência ambiental e à falta da noção de que a natureza não seria um bem material, mas, entre outras coisas, fonte de vida fundamental ao ser humano.

No episódio “Carnaval”, do qual extraímos 3a, temos posicionamentos do enunciador acerca do Carnaval e de vários elementos que compõem a festa. Daí, o enunciado “Carnaval são os quatro dias mais insuportáveis do ano”. Aqui, fica bastante evidente o papel de pista de interincompreensão atribuído ao verbo “ser”: em sua função de cópula, liga “Carnaval” a seu atributo, “os quatro dias mais insuportáveis do ano”. Tal atributo funciona como o efeito de sentido causado pelo sema “Carnaval” no lugar discursivo a partir do qual o sujeito enuncia. Em outros lugares discursivos, porém, o primeiro termo da predicação provocaria efeitos de sentido diferentes. Em uma FD religiosa cristã, por exemplo, o sema poderia ser traduzido como festa religiosa de preparação para a quaresma. Outros sintagmas poderiam ocupar o lugar de segundo termo, correspondendo a efeitos de sentido do sema “Carnaval” em diferentes FDs. Assim, uma elaboração como a que temos em 3a é bastante produtiva, no que concerne a demonstrar o papel do verbo “ser” como pista de presença da interincompreensão.

Em 3b, encontramos dois períodos iniciados pelo verbo “ser”: “É uma lambança, cê não sabe quem é quem! É uma vergonha!”. Ambos funcionam como segundo termo de predicações. O primeiro termo foi enunciado anteriormente, no texto: “Cê desce ali, cheio de gente suada, decadente, pobre misturado com rico, com viado, com lésbica, com tudo”. O primeiro termo das referidas predicações, portanto, é todo esse trecho, através do qual podemos perceber certos aspectos do posicionamento do enunciador. Primeiramente, podemos destacar a oposição, relativa à classe social, estabelecida quando o sujeito fala de “pobre misturado com rico”. A categorização, porém, não para por aí, e outras classes são incluídas, dessa vez relativas a orientações sexuais: “com viado, com lésbica, com tudo”. Tanto a escolha dos semas quanto a organização textual apontam para uma oposição entre um grupo de pessoas divididas entre pobres e ricas (pessoas que supomos serem as heterossexuais) e uma categoria diferente, com as subcategorias “viado”, “lésbica”, “tudo”. Esse primeiro termo que antecede o verbo “ser”, por si só, já é extremamente polêmico, uma vez que opõe “pobre” e “rico”. Essa oposição tem efeito de sentido de algo dado, natural, na FD do enunciador. É uma oposição que apenas refletiria como as coisas são e se organizam no mundo. Em outras práticas discursivas, porém, poderia ser questionada, pois seria traduzida como “hierarquia de classes”, como uma oposição social e cultural, não necessária e, a partir de

certos posicionamentos, até mesmo nociva para a sociedade. O potencial polêmico de semas como “viado” e “lésbica”, principalmente apresentados à parte, como foram, é ainda mais evidente, o que faz com que nos dispenseemos de comentá-los. Restrinjamo-nos a “... uma lambança...”, “... uma vergonha!”, que são mobilizados como segundo termo das predicções que estamos analisando. Ambos apresentam uma noção negativa, que se costuma associar a algo que não deveria ser feito por ser social e moralmente reprovável. São sintagmas que funcionam de maneira bastante semelhante nas diversas FDs cujos posicionamentos estão, de alguma maneira, implicados em 3b. Seus efeitos de sentido, portanto, devem ser investigados como confirmações, recrudescimento, dos efeitos decorrentes das interpretações realizadas por cada discurso sobre o que está contido no primeiro termo das predicções. Servem, portanto, para enfatizar as traduções operadas sobre o primeiro termo por cada discursividade. Se uma FD está em relação de conflito com a do enunciador, por exemplo, traduzirá diferentemente desse sujeito todos os semas potencialmente polêmicos presentes no primeiro termo. E os segundos termos funcionarão como uma continuidade dos efeitos de sentido presentes no primeiro, sendo, também, negados por esse discurso oposto.

Em 3c, lemos: “Outro lugar ridículo que eu acho é aquela apoteose”. Aqui, gostaríamos de salientar apenas o mecanismo de distanciamento semelhante ao que já foi utilizado em 2a. Neste caso, “aquela apoteose” aponta para a falta de identificação do enunciador com o objeto criado pelo seu discurso, criação promovida, em parte, pelo uso do verbo “ser”. Esse procedimento de distanciamento indica, logo de saída, a interpretação do sema “apoteose”, pela FD do enunciador, de maneira negativa, o que o opõe às demais FDs que o traduzem de forma positiva e estabelece, assim, a forma mais tradicional e prevista por Maingueneau (1984) de interincompreensão.

O trecho selecionado para compor 3d apresenta o verbo “ser” como pista da presença da interincompreensão no seguinte trecho: “Isso é que é bonito de se ver. Os valores hoje são outros, entendeu?”. Inicialmente, é necessário esclarecer que entendemos “é que é” como expressão de realce equivalente a “é”, exceto por seu papel de gerar proeminência para alguma das informações presentes no enunciado. Por isso, não consideraremos a existência de duas ocorrências do verbo “ser”, mas

somente de uma ocorrência, ao mesmo tempo que não ignoraremos que a forma enfática utilizada põe ainda mais luz sobre a ocorrência de interincompreensão em questão.

No primeiro período do excerto, “Isso”, primeiro termo da predicação, retoma “... desfilar na apoteose com uns casacos lindos de pele, de pele de urso, que cê vê a obra, o esforço do homem de ir lá na serra matar aquele urso para fazer aquele casaco, cê vê o esforço do homem pra fazer aquela coisa bonita pra você.”. “Isso”, portanto, é um sema extremamente complexo, pois comporta mais de um posicionamento discursivo relevante. Há, aí, a valorização do casaco de pele como sinônimo de luxo, que se contrapõe a outro posicionamento, oriundo de FDs com ideologia associada à proteção dos animais. Há, ainda, a valorização do objeto pela beleza e também pelo esforço do homem ao fazê-lo, relacionando um discurso sobre o belo a um discurso sobre o trabalho, ambos conservadores e em conflito com outros discursos participantes dos mesmos campos discursivos. “Isso é que é bonito de se ver”, portanto, considerando tudo o que está incluído em “Isso”, faz repousar sua carga de interincompreensão, principalmente, em “bonito de ser ver”, ou seja, o efeito de sentido de “bonito de se ver” para seu enunciador será confirmado por algumas FDs, interpretado como um erro, um engano, por outras e, ainda, tomado com neutralidade por um terceiro grupo.

4a é um dos exemplos mais prototípicos do verbo “ser” como forma de se mostrar da interincompreensão: “Eu acho, gente, que telefone devia ter um dispositivo pra você descobrir que é solidariedade.”. O verbo, desse modo, chama-nos a atenção para a existência de interincompreensão mostrada na superfície discursiva, e, nesse caso, há um sema para o qual converge toda a forma polêmica do enunciado, a saber, “solidariedade”. Na prática discursiva do enunciador, solidariedade produz o efeito de sentido de “pessoa ou instituição que pede dinheiro a outra pessoa”, sendo efeito negativo, associado a algo indesejável e inconveniente. Contrariamente, uma FD cristã poderia traduzir “solidariedade” como sinônimo de “caridade” e, portanto, como forma de proximidade com sua figura de referência maior, Jesus Cristo. Outro exemplo seria um discurso de cunho socialista, que poderia traduzir “solidariedade” como forma de manter a igualdade entre os

homens. Ou mesmo uma FD do campo jurídico, em que “solidariedade” se refere a uma relação de divisão de obrigações.

Por fim, no que se refere ao uso de “ser” como forma de mostrar a interincompreensão, há o caso de 4b, excerto no qual a “Senhora dos Absurdos” dá continuidade ao trecho em que explica que não se deve dar o peixe, mas ensinar a pescar, ao que ela mesma retruca que não tem essa obrigação, até por não saber pescar, uma vez que herdou todos os “peixes” do pai. Passa, então, a explanar o procedimento do pai, que também não “pescava”, mas aguardava os “pescadores” chegarem com os “peixes” e os tomava deles. E complementa: “... e eles ficavam quietos, que eles são toscos, eles não falam nada...”. O efeito de sentido de “tosco”, na FD do enunciador, está relacionado a rudeza, ignorância, pobreza. Tais efeitos de sentido para o sema em questão parecem se aproximar dos efeitos que o mesmo sema pode ter em outras FDs. O que, provavelmente, não significaria igualmente em discurso oposto seria a própria identidade em si, entre “ficar quieto”, “não falar nada”, de um lado, e “ser tosco”, de outro, pois os efeitos de sentido de “ficar quieto” e “não falar nada” poderiam ser identificados, em prática discursiva oposta, não a características desabonadoras atribuídas aos pescadores, mas à conjuntura socioeconômica, que imporia o silêncio do mais pobre diante do mais rico.

6 A INTERINCOMPREENSÃO MOSTRADA ATRAVÉS DE ESTRATÉGIAS DIVERSAS

A seguir, explicitamos os mecanismos linguístico-discursivos encontrados nos diversos textos analisados. Consideramos fundamental esclarecermos, de antemão, termos realizado uma pré-análise que nos fez optar por expor o conjunto de textos que apresentamos abaixo. Apesar de, inicialmente, pretendermos examinar, neste trabalho, uma quantidade maior de enunciados, observamos que as estratégias ocorrem em número mais limitado do que havíamos hipotetizado, e os mecanismos através dos quais a interincompreensão se mostra são mais repetitivos que variados. Assim, chegamos às sete estratégias descritas e explicadas nos tópicos que compõem este capítulo.

6.1. Uso da 1ª pessoa do discurso enunciando conforme simulacro do Outro

Analisaremos, como ponto de partida, a seguinte tirinha:

TEXTO 1³⁶



Nesse texto, parecemos ter dois diferentes enunciadoreis: o primeiro é o que enuncia a própria tirinha; o segundo, por sua vez, é o personagem que aparece no texto, nos dois quadrinhos que o compõem. O fato é que, a partir de uma leitura atenta e considerando as noções de interdiscurso, interincompreensão e simulacro, que tomamos como base, entendemos que, na verdade, o enunciador é sempre o mesmo, dividido em duas instâncias. Na primeira, temos o sujeito que enuncia a tirinha como um todo; na segunda, trata-se ainda do mesmo sujeito, entretanto, ele

³⁶ Disponível em: umsabadoqualquer.com

aparece de forma disfarçada, utilizando-se de um personagem através do qual temos acesso ao simulacro do discurso de seu Outro, apresentado por ele. O mecanismo, aí, é o de expor essa “interpretação” do discurso do Outro, a que temos chamado de simulacro, de modo a evidenciar aquilo que, do ponto de vista do discurso-agente, seria enunciado por esse Outro e, indo um pouco adiante, seria o próprio Outro.

Observamos, então, o efeito de sentido humorístico diretamente atrelado ao procedimento, realizado pelo enunciador, de assumir uma primeira pessoa, mas sem tomar para si a responsabilidade pelo que está sendo dito. Contrariamente, o enunciado maior, que corresponde ao próprio texto, é construído de maneira que aquele personagem que se repete nos dois quadrinhos pareça, ao enunciatário, enunciar de forma absurda e inconsistente.

Assim, no primeiro quadrinho, temos um enunciado, atribuído ao personagem loiro, vestido formalmente, com paletó e gravata, e vários outros elementos de linguagem não verbal, como a nota de dólar e o carro presos por pára-quadras (aspectos reforçadores da idéia presente na linguagem verbal, representando os desejos do personagem), que apontam todos para a existência de dois discursos entrelaçados: o discurso capitalista e o discurso de autoajuda, aquele funcionando como base para este. Cumpre salientar que esses dois discursos se encontram em relação de aliança entre si, mas em relação de conflito com o posicionamento do enunciador da tirinha.

Sintetizando, podemos dizer que o mecanismo de que aqui se lançou mão para a produção do efeito de sentido de humor foi a assunção da primeira pessoa, mas uma primeira pessoa do discurso que, em vez de enunciar conforme o posicionamento do sujeito que produz o enunciado, apresenta-se como uma estratégia a partir da qual esse sujeito forja o ato de assumir o lugar de seu Outro e, assim, enuncia não conforme as regras do Outro, mas conforme as suas próprias regras, que lhe permitem elaborar uma interpretação desse Outro, que inclui regras de funcionamento e de produção de enunciados. Elabora, enfim, um simulacro.

Vale a pena lembrar que o sujeito, ao produzir o enunciado que identificamos como a tirinha lida, não tem consciência de que, ao tomar para si a primeira pessoa

conforme fez, não está enunciando o que o Outro enunciaria, de acordo com a forma como o Outro enunciaria. Em outras palavras, o sujeito do enunciado tinha crê estar, efetivamente, enunciando o enunciado de seu Outro, revelando seus erros e seus deslizes de maneira direta.

Antes de passarmos adiante, gostaria ainda de salientar que evitaremos, neste capítulo, análises que apenas parafraseiem os textos examinados. Compreendemos serem eles de fácil entendimento e, portanto, concentrar-nos-emos em apontar as relações existentes entre discursos e os mecanismos pelos quais emerge o efeito de sentido humorístico. Assim fizemos com o primeiro texto deste capítulo e pretendemos continuar fazendo nas análises seguintes.

6.2. Uso de aspas / Recurso ao debate entre personagens (Mesmo X Outro)

TEXTO 2 - O ATEU³⁷

Um ateu estava passeando em um bosque, admirando tudo o que aquele "*acidente da evolução*" havia criado.

"Mas que árvores majestosas! Que poderosos rios! Que belos animais!".

Lá ia ele dizendo consigo próprio.

À medida que caminhava, ao longo do rio, ouvia um ruído nos arbustos atrás de si.

Ele virou-se para olhar. Foi então que viu um corpulento urso-pardo caminhando na sua direção.

Ele disparou a correr o mais rápido que podia.

Olhou, por cima do ombro, e reparou que o urso estava demasiado próximo.

Ele aumentou mais a velocidade.

Era tanto o seu medo que lágrimas lhe vieram aos olhos.

Olhou, de novo, por cima do ombro, e, desta vez, o urso estava mais perto ainda. O seu coração batia freneticamente. Tentou imprimir maior velocidade.

Foi, então, que tropeçou e caiu desamparado.

Rolou no chão rapidamente e tentou levantar-se.

Só que o urso já estava em cima dele, procurando pegá-lo com a sua forte pata esquerda e, com a outra pata, tentando agredi-lo ferozmente.

Nesse preciso momento, o ateu clamou: "Oh meu Deus!".

O tempo parou. O urso ficou sem reação. O bosque mergulhou em silêncio.

³⁷ Disponível em: <http://umec.no.comunidades.net/index.php?pagina=1122993359>

Até o rio parou de correr. À medida que uma luz clara brilhava, uma voz vinda do céu dizia: "Tu negaste a minha existência durante todos estes anos, ensinaste a outros que eu não existia, e reduziste a criação a um acidente cósmico.

Esperas que eu te ajude a sair desse apuro? Devo eu esperar que tenhas fé em mim?"

O ateu olhou diretamente para a luz e disse: "Seria hipócrita da minha parte pedir que, de repente, me passes a tratar como um cristão, mas, talvez, possas tornar o urso um cristão?!"

"Muito bem", disse a voz. A luz foi embora. O rio voltou a correr. E os sons da floresta voltaram.

E, então, o urso recolheu as patas, fez uma pausa, abaixou a cabeça e falou:

"Senhor, abençoe este alimento que agora vou comer. Amém".

Na piada acima, retirada de um site evangélico, mais especificamente, da seção "Humor Gospel", percebemos que o enunciador se utiliza de alguns recursos para provocar os efeitos de sentido humorísticos. Primeiramente, é necessário especificar que, já no primeiro parágrafo, há uma ocorrência de interincompreensão mostrada. O mecanismo adotado é um dos que encontramos com mais frequência nos textos em geral: o uso de aspas. Tal estratégia, sobretudo quando as aspas têm como escopo apenas uma palavra, expressão ou trecho inserido no próprio dizer do enunciador, permite-lhe introduzir o que seria, de acordo com as regras do discurso a partir do qual enuncia, o dizer do Outro. Assim "acidente da evolução", é um sintagma apresentado como simulacro de algo que seria produzido pelo discurso do Outro. Como o lugar discursivo de onde a piada é enunciada é o discurso religioso cristão, as aspas são utilizadas justamente no sentido de sinalizar que aquilo que está aspeado é do Outro e não do discurso-agente.

Há aspas em vários outros pontos do texto, de modo geral, marcando o discurso direto. Nesses casos, o personagem ateu enuncia conforme o simulacro do Outro elaborado pelo discurso religioso cristão, enquanto Deus e mesmo o urso, ao final do texto, enunciam em conformidade com as regras do discurso-agente. É interessante perceber uma estratégia, usada na piada, de reprodução de um já-dito bastante retomado pelo discurso religioso: mesmo o ateu, em momentos de perigo ou na situação-limite de deparar-se com a morte, demonstra crença em Deus. No discurso referido, isso aparece, comumente, servindo como indício da existência de uma entidade superior dotada de todos os poderes possíveis.

Desse modo, o personagem ateu diz “Oh meu Deus”, inserindo-se nas regras do discurso religioso cristão segundo as quais, mesmo os que negam qualquer crença, em última instância, acreditam em Deus e a Ele³⁸ recorrerão no momento de perigo maior. A fala de Deus também segue uma ideologia cristã e encontra-se permeada pela crença sobre milagres e sobre a postura de Deus, que, no texto, se evidencia, mostrando-nos uma entidade que se coloca com autoridade e de maneira cobradora, pois questiona a sinceridade do pedido de ajuda e também, de alguma maneira, parece punir o ateu, remetendo, assim, a vários aspectos ideológicos que dão suporte ao discurso religioso cristão: a ideia de autoridade, a concessão do milagre a depender do merecimento e da fé do solicitante e a imposição de um castigo caso aquele que pede algo à entidade superior, no caso, Deus, não cumpra os pré-requisitos necessários para encaixar-se no perfil do cristão merecedor de ajuda.

Por fim, vale ainda analisar o pedido do ateu e a resposta do urso, ao final. No pedido do ateu, compreendemos haver pressuposta a crença, presente na memória discursiva de sujeitos do próprio discurso religioso em questão, de que o cristão é bondoso e misericordioso e, portanto, o urso, enquanto cristão, não devoraria o ateu. O que chama atenção aqui é a relação entre essa crença que há no personagem e a noção de condições de produção, da AD. As condições de produção envolvem as imagens elaboradas no processo enunciativo. Assim, o sujeito, ao enunciar, produz: uma imagem de si e de seu discurso; uma imagem do outro (enunciário) e de seu discurso; uma imagem da imagem que o outro faz dele (enunciador) e de seu discurso). No caso da piada, vemos esse “jogo” ocorrendo internamente, com a mediação e o gerenciamento de imagens sendo realizado pelo enunciador do texto. Na piada, desse modo, acompanhamos a imagem da imagem que o Outro faz dele, a partir do ponto de vista do discurso religioso cristão.

O mais interessante é perceber que essa imagem que o discurso religioso cristão entende que seu Outro, o discurso ateu, faça dele, está de acordo também com certos princípios ideológicos cristãos de piedade, misericórdia e amor ao próximo. Entretanto, o que prevalece, no texto, é a gratidão a Deus pelo alimento, o que nos mostra ter havido uma espécie de “recorte” do discurso cristão diferente

³⁸ Ele, com inicial maiúscula, remete ao modo como esse pronome, quando se refere a Deus / Jesus, costuma aparecer no discurso religioso.

daquele que o simulacro do discurso ateu supunha que ocorreria. Aqui, é válido lembrarmos a proposta de Raskin, retomada por Possenti, segundo a qual um script mais plausível seria substituído por outro para produzir humor.

O trecho do texto em que se delineia a ideia de castigo, fundamento para o discurso religioso cristão, também merece destaque em nossa análise. Engenhosamente, o enunciador da piada usa a fala de Deus em que ele sugere não ser o ateu merecedor de ajuda para incluir mais aspectos do simulacro do Outro que, então, é colocado como o que não creu por anos, ensinou outras pessoas a não crer e defendeu ser a criação um acidente cósmico. Tudo isso, é relevante ressaltar, a partir da perspectiva do discurso-agente, uma vez que, em nenhum momento, o discurso ateu efetivamente tem voz, sendo representado apenas por essa imagem que o discurso religioso cristão faz dele.

A piada é finalizada com a resposta do urso, então cristão, que mobiliza o aspecto do discurso religioso que não era o esperado pelo simulacro do Outro que se elaborou e nem pelo enunciatário pressuposto. O efeito de sentido humorístico nesse texto, portanto, é fruto de uma reunião de estratégias: o uso de trecho com aspas inserido no enunciado do discurso-agente já inicia a expectativa acerca do humor que virá adiante, ou seja, o fato de isso aparecer como aparece indica para o enunciatário pressuposto qual a polêmica sobre a qual o humor é produzido na piada; a alternância de personagens que dão voz, de um lado, ao discurso religioso cristão e, de outro, ao simulacro do discurso ateu, de modo que haja uma espécie de embate vencido pelo discurso-agente; a explicitação das condições de produção do enunciado, de modo que o discurso-agente evidencie a imagem que ele constrói da imagem que o Outro faz dele.

6.3. Associação do Outro a discursos que retiram sua credibilidade / legitimidade

Passemos ao terceiro exemplo, a história em quadrinhos (HQ) intitulada “SAC Celestial”:

TEXTO 3³⁹

Nessa HQ, percebemos um enunciador oposto aos discursos cujos simulacros são mobilizados no texto: o discurso religioso e o discurso capitalista. Na verdade, não seria completamente exato afirmar ser o posicionamento do enunciador conflituoso com relação ao discurso capitalista. Conseguimos identificar, porém, uma relação de conflito com o discurso religioso deísta, que tem como dado determinante de seu simulacro, elaborado pelo discurso-agente, um entrelaçamento com o discurso capitalista.

Assim, o simulacro do discurso religioso deísta o apresenta como completamente permeado por valores de uma ideologia capitalista mercadológica que, seguindo a tendência das empresas da contemporaneidade, faz com que a própria religião tenha um serviço de atendimento ao consumidor. É relevante percebermos que não são os líderes religiosos que aparecem aqui retratados, mas o

³⁹ Disponível em: umsabadoqualquer.com

enunciado nos oferece a figura de Deus, como se fosse ele o dono da “empresa”, seu administrador interessado em parecer atraente para seus fiéis-clientes, de modo a não perdê-los para outras religiões-empresas.

Uma série de semas e expressões relacionados ao discurso capitalista são, então, mobilizados: “relatórios”, “nossos planos”, “mercado religioso”, “pacote”, “plano bônus”, “cancelar”. Esses semas e expressões, que buscam reproduzir, por exemplo, o contexto de uma empresa de telefonia celular, servem para retirar, do simulacro do discurso religioso evocado, certas características que poderiam estar a ele associadas e, ao mesmo tempo, funcionam no sentido de por ênfase naquilo que a religião, do ponto de vista do enunciador do texto, tem de mercadológico.

Há, ainda, outro discurso que aparece associado ao religioso. Tal discurso recebe menos destaque, mas também é relevante para o simulacro de religião que é criado aqui. Trata-se do discurso machista, apresentado na referência feita ao oferecimento de virgens como recompensa pela adesão a determinado “plano” religioso. As virgens são oferecidas pelos concorrentes, e isso significa que a religião-empresa deve proporcionar o mesmo ou algo melhor aos seus fiéis-clientes, ideia também associada ao discurso capitalista. O que merece atenção nesse caso, porém, é o fato de as mulheres, virgens ou strippers, serem ofertadas como prêmio ou bônus pelas religiões, inclusive as monoteístas ocidentais, de forma bastante naturalizada, numa espécie de vale-tudo pelos fiéis-clientes.

Levando tudo isso em consideração, concluímos que o mecanismo utilizado para mostrar a interincompreensão e, simultaneamente, produzir o efeito de sentido humorístico, no enunciado que estamos analisando, é a associação do discurso com o qual o discurso-agente está em conflito a outros que possam desaboná-lo, tirar sua credibilidade ou legitimidade. É o que ocorre com o discurso religioso deísta ocidental e contemporâneo, mostrado na HQ.

Chegamos ao fim dessa análise, assim, apontando mais um mecanismo através do qual a interincompreensão se mostra e o efeito de sentido humorístico surge: o uso de personagens que demonstrem a correlação de simulacros de discursos, sendo um deles aquele com o qual o discurso-agente estabelece relação conflituosa e os demais funcionando como discursividades que se encontram

entrelaçadas à primeira, todo esse arranjo pondo luz sobre contradições e absurdos do Outro.

6.4. Recurso ao debate Mesmo X Outro a partir de sema polêmico

TEXTO 4⁴⁰



Estamos diante de uma charge na qual observamos dois personagens conversando. Do breve diálogo estabelecido entre eles, interessa-nos, especialmente, o jogo que é realizado com a palavra “educação”. Vale ressaltar que o título do enunciado, que também faz parte dele, atua como excelente indicador do lugar discursivo de onde enuncia o sujeito da charge. Sabendo ser o título “Brasil é o penúltimo em qualidade da educação”, podemos determinar, associando isso ao resto do texto, encontrar-se o enunciador produzindo a partir de uma discursividade que se confronta com o discurso oficial sobre o ensino e a qualidade da escola no Brasil.

Além disso, damos-nos conta, pela figura do policial e por sua fala, que o discurso Outro, neste caso, é também o do conservadorismo e, por que não dizer, o do autoritarismo de direita segundo o qual manifestações em geral são classificadas

⁴⁰ Disponível em: jestudante.blogspot.com

como vandalismo, baderna etc. Assim, compreendemos que o personagem policial encarna o discurso do conservadorismo, da repressão, enquanto o jovem “fora da lei” apresentaria uma perspectiva bem mais próxima da do discurso-agente. Em outras palavras, o policial é o personagem que, através de sua fala, permite ao enunciador do texto evidenciar o simulacro que construiu do seu Outro, enquanto o jovem que pichou as paredes enuncia conforme o lugar discursivo do enunciador.

Até aqui, nenhuma novidade no mecanismo de explicitação da interincompreensão, tomando como base os textos já vistos e analisados, uma vez que, na piada “O ateu”, por exemplo, já havíamos observado essa estratégia de usar personagens em debate para fazer vencer aquele que enunciava conforme o discurso-agente. Nessa charge, porém, a diferença fica por conta do uso do sema “educação”. Esse sema é base para o efeito de sentido humorístico e, ao mesmo tempo, funciona como elemento que possibilita a exposição da interincompreensão.

Isso é feito a partir do momento que vemos ter esse sema um efeito de sentido no enunciado do policial e outro no do menor em conflito com a lei. Enquanto, no discurso daquele, a educação seria entendida como algo próximo a “boas maneiras”, no deste, educação seria algo mais amplo, relacionado a aprendizagens escolares. Faz-se mister deixarmos claro que não ignoramos o fato de a palavra educação ter esses dois significados possíveis, dicionarizados, inclusive, e até outros que não são mobilizados na charge. O que defendemos aqui, porém, fundamenta-se no efeito de sentido mais saliente para o sema educação, no enunciado, de acordo com o posicionamento do enunciador, que mostra uma fala de acordo com seu lugar discursivo e outra com o qual o discurso que está realizando se contrapõe.

O mecanismo para evidenciação da interincompreensão no enunciado, então, identifica-se com o uso destacado de um sema cujos efeitos de sentido serão diferentes, dependendo do lugar discursivo do enunciador. Nesse caso, vale ressaltar o que dissemos sobre o uso destacado do sema, pois não perdemos de vista o fato de que qualquer sema produz efeitos de sentido potencialmente diversos em discursos diferentes. Assim, o mecanismo de que aqui tratamos consiste justamente em colocar em foco as distintas possibilidades de interpretação de um

termo, tendo, de um lado, a leitura e/ou produção desse termo a partir do discurso do enunciador e, de outro, do ponto de vista do simulacro do Outro.

6.5. Uso da 1ª pessoa e evidenciação do simulacro do Outro a partir do exagero

O próximo texto é a transcrição de um quadro do programa de TV “220 Volts”, intitulado “Senhora dos Absurdos”. Nesse episódio, a senhora está ao telefone. Não ouvimos seu interlocutor, apenas o que ela diz, mas podemos inferir facilmente o que estaria sendo dito do outro lado da linha:

TEXTO 5 - ADOÇÃO

Alô! É da embaixada africana, queridos? Eu tô ligando pra falar com relação à adoção, que eu queria aproveitar esse momento que a Angelina Jolie e a Madonna, essas garotas aí adotaram, tava pensando em adotar duas crianças... Qual é a paleta de cores? Vocês têm o quê? Eu tava querendo uma pret... um negro e uma marrom claro! Hum! Qual? Um degradê. Hum! Não, eu não tenho comprovante de residência na África, não! Hum! Não, não sei onde que é a África, não, só sei onde que é Paris. Vocês têm como mandar por Sedex 10? Sedex 10! Hum! Não tem como? Tá, eu vou resolver, mas me diz uma coisa... Eu queria botar uma cláusula no meu contrato que depois que crescer eu queria devolver. Quando passar a moda, eu devolvo... Eu cuido direitinho, dou comida, dou tudo... Deixo na sala... Hum! Deixo na sala! Vocês têm como resolv... Não tem como devolver? Mas quanto tempo que vive isso? Eles vivem quanto tempo, que eles já vêm magro?... Ihh, com esse tempo todo não tem como, não... Bom, vou pensar, então... Se você mudar de ideia, você me contacta... Tá, querido? Tá! Outro! Tá vendo, gente? Esse povo da África, eles não têm visão! Neguinho é foda...

Primeiramente, como se trata do registro apenas de uma parte do texto, ou seja, da fala da personagem em questão, retirada de um episódio em vídeo, é importante fazermos alguns comentários adicionais. Ao longo da sequência de episódios do programa, apresenta-se o ethos que nos ajudará a compreender de que lugar discursivo esse sujeito enuncia. Elementos como cabelos loiros, curtos e armados, maquiagem forte, roupas conservadoras que remetem a uma classe social elevada e declarações como, por exemplo, “Eu sou branca, rica e hétera (sic), sou

toda certa!”, que é repetida várias vezes, já funcionam como pistas para compreendermos os posicionamentos presentes nos enunciados.

Com relação às falas propriamente ditas, percebemos que os textos mobilizam uma personagem a qual serão atribuídos vários discursos bastante controversos no meio social e que apresenta sempre posicionamentos conservadores e ofensivos a diferentes minorias. No texto transcrito, o principal “alvo” são os negros, especialmente, os negros africanos.

O discurso da personagem, portanto, é um discurso racista, conforme percebemos, entrelaçado a outros igualmente considerados conservadores e elitistas, sob a perspectiva dos discursos com os quais estes se encontram em relação de conflito. O discurso racista é evidenciado desde o início, com a expressão “paleta de cores” associada às crianças que a personagem diz pretender adotar, de modo a sugerir que não entendia tratarem-se exatamente de pessoas, mas de coisas. Tal concepção emerge também quando a personagem pergunta se pode devolver quando crescerem e ao questionar quanto tempo vive “isso”. Outro momento relevante é aquele em que a Senhora dos Absurdos afirma que dará comida às crianças africanas, cuidará bem deles, as deixará na sala, remetendo, provavelmente, ao modo como se criam bichos de estimação.

A relação aí existente entre o posicionamento do enunciador do texto e os enunciados da personagem é interessante. Mais uma vez, testemunhamos o uso da estratégia da adoção da primeira pessoa do discurso, algo que já havíamos visto em textos anteriormente analisados. Assim, o enunciador assume a primeira pessoa para, desse modo, produzir enunciados atribuídos por ele a seu Outro. Há aí, entretanto, uma diferença com relação à manobra que já havíamos analisado anteriormente. Nela, deparamo-nos com um simulacro do Outro que, para ser desqualificado, entrava em embate claro com o Mesmo, ou seja, o enunciador apresentava diferentes personagens, representando um deles o simulacro do Outro, enquanto os enunciados do discurso-agente eram assumidos por outro personagem (como ocorreu no texto “O ateu”, por exemplo). A partir dessa estratégia, forjavam-se as falhas e contradições atribuídas ao Outro, com o objetivo de reafirmar a superioridade do Mesmo.

Nesse texto, entretanto, não temos a construção do diálogo do Mesmo com o simulacro do Outro. Aqui, apenas essa imagem do Outro aparece, sem que haja o recurso direto ao rebaixamento ou desvalorização de seu dizer por outro personagem, desvendando-o e mostrando a “verdade” sobre ele. Sendo assim, como, então, deixar claro que as perspectivas apresentadas não correspondem aos posicionamentos do enunciador e, mais que isso, como provocar o riso sobre o dizer e o fazer do Outro? A estratégia utilizada é bastante engenhosa: o exagero. Se a maneira como o simulacro do Outro é apresentado não fosse tão claramente exagerada, é possível que houvesse dúvidas quanto ao posicionamento do enunciador. Para evitá-las e, ao mesmo tempo, afirmar seu ponto de vista e provocar o efeito de sentido humorístico, o enunciador assume a primeira pessoa e, ao mesmo tempo, toma como base o simulacro que elabora do Outro e extrapola as características que atribui a ele. Essa é a estratégia utilizada pelo enunciador para se afirmar e negar o Outro, mas, além disso, ela acaba por funcionar também como forma de mostrar a interincompreensão que serve de sustentáculo a esse texto.

6.6. Atribuição de voz ao simulacro do Outro de modo a “flagrá-lo” em suas contradições

O próximo texto a ser analisado é mais uma tirinha:

TEXTO 6⁴¹



⁴¹ Disponível em: humorparatodoss.blogspot.com.br/2011/03/algumas-charges.html

Na tirinha acima, temos um procedimento em que, mais uma vez, personagens são colocados enunciando em primeira pessoa, de modo a mostrar o simulacro do Outro. Diferentemente do que vimos nos exemplos anteriores, mesmo havendo dois personagens, não há sujeito assumindo a voz do Mesmo enquanto se faz mais um personagem enunciar conforme o simulacro do Outro. O jogo, aqui, é um tanto diferenciado: a voz do simulacro do Outro é colocada em posição de destaque, recebendo, inclusive, suporte para o que defende, por parte do outro personagem que aparece no texto. Aqui, a estratégia assumida para fazer o discurso Outro ser mostrado e desqualificado é dar a ele (mais especificamente, ao seu simulacro) voz e aparente legitimidade. Logo em seguida, a manobra de evocar para negar se conclui, quando o próprio personagem que representa o Outro entra em contradição, demonstrando que o estereótipo negativo que se tem dele e do grupo ao qual pertence merece ser tomado como verdade.

Alguns comentários nos parecem pertinentes. Primeiramente, vale observar que, a esse caso, aplica-se a ideia de Raskin acerca dos scripts, posteriormente retomada por Possenti. O final do texto é inesperado, pois o mais óbvio seria que, após defender ser falsa a ideia do baiano preguiçoso, o personagem identificado como baiano terminasse de outro modo, com um comportamento coerente com o que acabou de dizer. O que ocorre, entretanto, é a troca do script, a assunção de atitudes que apontam para outro script e, no texto em questão, para o reforço do estereótipo socialmente estabelecido. Esse é o esquema gerador de humor do enunciado.

Assim, do ponto de vista de Raskin e Possenti, o inesperado e a predominância de um script sobre o outro são os responsáveis pelo efeito de sentido humorístico. Da nossa perspectiva, porém, além disso, há, por vezes, uma relação polêmica que se mostra na superfície do texto, aparecendo relacionada ao efeito de humor. Vale ressaltar que nem sempre o efeito de sentido humorístico e a interincompreensão se encontram diretamente ligados. É possível, mesmo quando se dá a interincompreensão mostrada, que o humor ocorra mais diretamente pelo uso de um outro gatilho mais imediato. É necessário deixar claro, porém, que ainda que o gatilho não seja a ocorrência de interincompreensão mostrada em si, esta serve para compor o quadro que possibilita o efeito de sentido humorístico.

Nesse enunciado, o simulacro do Outro permeia o texto inteiro e é decisivo para que o efeito humorístico possa emergir. Primeiramente, temos, atribuída ao

simulacro, a característica de tentar negar o estereótipo e, posteriormente, de confirmá-lo por ações. Mais importante, porém, que associar interincompreensão e humor é deixar clara a presença de uma interincompreensão explicitada aqui, presença que efetivamente observamos pelo uso do personagem que representa o simulacro do Outro e, ao mesmo tempo, pelo mecanismo de parecer negar o simulacro / estereótipo para depois afirmá-lo, forjando a contradição do Outro.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, nosso objetivo principal era mostrar que a polêmica como interincompreensão, conceito criado e desenvolvido por Maingueneau (1983, 1984), ultrapassa o caráter constitutivo que o teórico lhe atribuiu. Assim, compreendendo ser a interincompreensão a base para a heterogeneidade discursiva, consideramos oportuno apresentar outras perspectivas, segundo as quais outros discursos se fazem presentes no interior de um discurso determinado. Para isso, utilizamos Bakhtin (1929/1963), com sua teoria do dialogismo e da polifonia, e Authier-Revuz (1982), com sua perspectiva de heterogeneidade bastante pautada na noção de um sujeito psicanalítico lacaniano.

Cada uma dessas teorias acerta ao enfatizar a relevância da presença alheia no discurso, e as duas tomam como fundamento a concepção de que tal presença é imprescindível para a própria constituição dos enunciados. Nenhuma delas, porém, considera a ausência de compreensão mútua que sustenta os discursos. A interincompreensão, possibilitando a existência de diferentes lugares discursivos e, assim, o estabelecimento de práticas discursivas diversas, merecia ser foco de um olhar mais atento do que aquele que recebeu ao ser apresentada por Maingueneau (1983, 1984) e, depois, praticamente esquecida pelos analistas do discurso.

Desse modo, assim como Bakhtin (1929/1963) e Authier-Revuz prevêem uma dimensão mostrada e outra não-mostrada para a presença do discurso outro no interior daquele de onde se enuncia/traduz, propomos também que a interincompreensão, ainda que constitutiva, com frequência considerável, permite-se flagrar no fio do discurso.

Tomando como base essa hipótese, utilizamos textos oriundos do campo discursivo humorístico em nossas análises. A opção por textos desse campo se deu pelo fato de eles se mostrarem especialmente marcados, de forma privilegiada, pela interincompreensão, uma vez que figuram como enunciados que, muitas vezes, apresentam um alvo determinado do riso ou da zombaria. Aqui, vale a pena deixar claro que findamos por operar com uma tese secundária, a saber, a de que parte

considerável dos enunciados do campo humorístico produz efeitos de sentido baseados na interincompreensão mostrada, o que, efetivamente, observamos no decorrer das investigações realizadas.

Nas análises propriamente ditas, partimos do conhecimento anterior acerca de três estratégias linguístico-discursivas que, ao serem utilizadas nos enunciados, promovem a explicitação da interincompreensão. São elas a refutação, a ironia e uso polêmico do verbo “ser”. Sobre essas três estratégias, debruçamo-nos mais longamente e trouxemos algumas reflexões que consideramos contribuir para o debate científico que já se estabelece há bastante tempo sobre elas.

Na outra parte da análise que desenvolvemos, encontramos sete estratégias que se repetem bastante no exemplário examinado e das quais mostramos alguns exemplos ilustrativos: o uso da 1ª pessoa do discurso enunciando conforme simulacro do Outro; uso de aspas; recurso ao debate entre personagens (Mesmo X Outro); associação do Outro a discursos que retiram sua credibilidade / legitimidade; recurso ao debate Mesmo X Outro a partir de sema polêmico; uso da 1ª pessoa e evidenciação do simulacro do Outro a partir do exagero; atribuição de voz ao simulacro do Outro de modo a “flagrá-lo” em suas contradições.

Concluimos, a partir das análises, que, com efeito, é possível falarmos em termos de uma interincompreensão mostrada. Além disso, observamos também a existência de estratégias linguístico-discursivas em que há um equilíbrio maior entre o componente linguístico e o discursivo. É o que ocorre com as três estratégias que enfocamos no quinto capítulo. De outra forma, há ainda mecanismos em que, certamente, observamos o componente linguístico, mas temos consciência de ser ele, nesses casos, mais flexível, ou seja, passível de ser realizado através de composições formais mais variadas, menos predeterminadas. É o que testemunhamos quanto às sete estratégias elencadas no sexto capítulo.

Outra ressalva importante é o fato de, ainda que tenhamos atingido nossos objetivos essenciais de evidenciar a dimensão mostrada da interincompreensão, elencando mecanismos através dos quais essa explicitação da presença do Outro se dá, sabemos ser possível levar a sistematização da polêmica discursiva adiante,

uma vez que entendemos que outros exemplários poderiam nos fornecer estratégias de demarcação dessa presença ainda não previstas por nós.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. (1982) *Entre a transparência e a opacidade*. Porto Alegre: EDIPUCS, 2004.

_____. (1992) *Palavras incertas – as não-coincidências do dizer*. Campinas: Unicamp, 1998.

BAKHTIN, M. M. (1979) *Estética da criação verbal*. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. (1929) *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. (1929/1963). *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

Benveniste, É. (1966) *Problemas de Linguística Geral I*. 5ed. Campinas: Pontes, 2005.

BERGSON, H. (1899). *O riso – ensaio sobre a significação do cômico*. 2ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BRAIT, B. (1996). *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: UNICAMP.

BRANDÃO, H. N. (1991) *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 2004.

_____. (1998) *Subjetividade, argumentação, polifonia: a propaganda da Petrobrás*. São Paulo: UNESP.

CHARAUDEAU, P. (1992) *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **(2004)** *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto.

COSTA, N. B. da (org.). **(2005)** *Práticas Discursivas – exercícios analíticos*. Campinas: Pontes.

DUCROT, O. **(1984)** *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT, O.; BARBAULT, M. C. **(1981)** O papel da negação na linguagem comum. In: *Provar e dizer: leis lógicas e leis argumentativas*. São Paulo: Parma.

FIORIN, J. L. **(2006)** *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática.

FOUCAULT, M. **(1969a)** *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **(1970)** *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **(1969b)** *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema (vol. III)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **(1978)** *Déambulation en territoire aléthique*. Stratégies discursives. Lyon: Pul.

KOCH, I. **(2001)** *O texto e a construção do sentido*. 5ed. São Paulo: Contexto.

MAINGUENEAU, D. **(2001)** *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez.

_____. **(1984)** *Gênese dos Discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

_____. **(1998)** *Os humores da língua: análise linguística de piadas*. São Paulo: Mercado de Letras, .

_____. **(1983)** *Semantique de la polemique: discours religieux et ruptures ideologiques au XVIIe siècle*. Lausanne : L'Age d'Homme.

MUSSALIM, F. **(2009)** *Aspectos da semântica discursiva do modernismo brasileiro: polêmica e interincompreensão em torno da noção de “cópia”*. Revista Alfa, v. 53, n. 1, p. 61-75.

PANTOJA, B. J. B. **(2010)** *A polêmica como interincompreensão no discurso da política acadêmica da Universidade Federal do Pará*. 78f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém.

PÊCHEUX, M. **(1975)**. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2ed. Campinas: Unicamp, 1995.

POSSENTI, S. **(2010)** *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto.

_____. **(1998)** *Os humores da língua: análises linguísticas de piadas*. Campinas: Mercado de Letras.

PROPP, V. **(1976)** *Comicidade e riso*. São Paulo: Ática, 1992.

RASKIN, V. **(1985)** *Semantic mechanisms of humour*. Dordrecht: D. Reidel.

SILVA, E. G. da. **(2008)** *Os (des)encontros da fé: análise interdiscursiva de dois movimentos da Igreja Católica*. 293f. Tese (Doutorado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas.

SPERBER, D. ; WILSON, D. **(1978)**. *Les ironies comme mentions*. Poétique 36, Paris: Seuil.

_____. **(1981)**. *Irony and the use-mention distinction - Radical Pragmatics*. Nova Iorque: Academic Press.